



**Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito**

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E DE SUA REGULAÇÃO PROTETIVA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA JUVENTUDE PERIFÉRICA DE SALVADOR (BA)**

Sílvia Angélica Tavares Santos

Brasília
2024

SÍLVIA ANGÉLICA TAVARES SANTOS

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E DE SUA REGULAÇÃO PROTETIVA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA JUVENTUDE PERIFÉRICA DE SALVADOR (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito da Faculdade de Direito, Universidade de Brasília,
como requisito para obtenção do título de Mestra.

Área de concentração: Direito, Estado e Constituição.

Linha de Pesquisa 3: “Trabalho, Internacionalização e
Sustentabilidade”

Orientadora: Prof.^a Dra. Renata Queiroz Dutra

Brasília
2024

SÍLVIA ANGÉLICA TAVARES SANTOS

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E DE SUA REGULAÇÃO PROTETIVA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA JUVENTUDE PERIFÉRICA DE SALVADOR (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito da Faculdade de Direito, Universidade de Brasília,
como requisito para obtenção do título de Mestra.

Área de concentração: Direito, Estado e Constituição.

Linha de Pesquisa 3: “Trabalho, Internacionalização e
Sustentabilidade”

Orientadora: Prof.^a Dra. Renata Queiroz Dutra

Aprovada em _____ de _____ de 2024.

Banca Examinadora

Antonio Sérgio Escrivão Filho _____

Doutor em Direito pela Universidade de Brasília

Universidade Federal da Bahia

(Avaliador)

Luiz Paulo Jesus de Oliveira _____

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

(Avaliador)

Isabela Fadul de Oliveira _____

Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo

Universidade Federal da Bahia

(Suplente)

Brasília

2024

“Divi-divi-divi-dividir Salvador
Diz em que cidade que você se encaixa
Cidade Alta, Cidade Baixa
Diz em que cidade que você...”
(Duas Cidades - BaianaSystem)

“Boa noite! Tudo bem? Quando vai defender?”
(Maria Dalva Freire)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui registro ultrapassam a literalidade das palavras, se manifestando no olhar, no admirar ou no singelo sentimento de gratidão.

Com todo este sentimento, agradeço a todas as pessoas que me acompanharam no período de conclusão do mestrado, mas em especial à juventude e aos articuladores dos coletivos que possibilitaram a minha pesquisa de campo, a Pastoral da Juventude de Sussuarana, o Sarau da Onça, o Crias da Mata, todos em Salvador(Ba), sem os quais eu não teria substrato para o texto da dissertação.

Também agradeço aos meus amigos e amigas da Pastoral da Juventude em Salvador que muito me ajudaram durante a pesquisa de campo, assim como aos meus familiares que se fizeram presentes e incentivadores dessa empreitada acadêmica e aos meus amigos e amigas de infância em Caculé que ficaram extremamente felizes com a minha obtenção do título de Mestra e, pacientemente, me ouviram falar da experiência do Mestrado.

Aos integrantes do grupo de pesquisa “Trabalho, Interseccionalidades e direitos”, vinculado à Faculdade de Direito da UnB, espaço que foi de extrema importância para o refinamento da discussão interseccional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pois fui bolsista Capes durante um período da Pós-Graduação.

Aos professores Luiz Paulo e Antonio Sérgio que durante a banca de avaliação trouxeram várias contribuições, acréscimos e reflexões que foram decisivos para o aprimoramento do texto, de modo que essa pesquisa teve o lapidar de suas mãos.

E, por fim, à minha Orientadora, Professora Renata Dutra, pelo incentivo de sempre e que, pacientemente, me auxiliou na sua condição especial de gestante durante o período final do Mestrado. Sem palavras para agradecer a parceria e a sensibilidade.

São com essas mínimas palavras que deixo registrado toda a minha gratidão que, com toda a certeza, transborda as palavras grafadas nesta lauda. Muito obrigada!

RESUMO

O intento nesta pesquisa é investigar, por meio de uma abordagem multidisciplinar e interseccional, i) as peculiaridades da experiência de trabalho da juventude periférica localizada nos bairros de Sussuarana e Mata Escura, situados na cidade de Salvador (BA), que se organizam nos coletivos da Pastoral da Juventude, do Sarau da Onça e do Crias da Mata, bem como ii) em que medida essas organizações coletivas juvenis assimilam e reivindicam o trabalho regulado ou protegido. Para tanto, utilizou-se pesquisa empírica e leituras de estudos interdisciplinares (doutrinas, artigos, livros, periódicos, legislações, entrevistas) sobre as temáticas suscitadas no trabalho de campo para inferir quais as expectativas que essa juventude guarda em relação ao trabalho regulado e de que maneira tais expectativas são traduzidas pelos movimentos coletivos locais que organizam. A conclusão da pesquisa indica que as expectativas de trabalho para a juventude periférica ou não são próximas do trabalho regulado, ou não se iniciam pelo trabalho com carteira assinada, diante dos relatos sobre as experiências com a nova e velha informalidade, ou seja, vivências caracterizadas por ausência de direitos. Além disso, as expectativas sobre a pauta laboral são assimiladas pelos movimentos juvenis investigados como secundária diante de outras consideradas latentes no contexto periférico.

Palavras - chave: Juventude. Periferia. Trabalho. Coletivos.

ABSTRACT

The intention of this research is to investigate, through a multidisciplinary and intersectional approach, i) the focuses of the work experience of peripheral youth located in the neighborhoods of Sussuarana and Mata Escura, located in the city of Salvador (BA), which are organized into collectives Pastoral da Juventude, Sarau da Onça and Crias da Mata, as well as ii) to what extent these collective youth organizations assimilate and demand regulated or protected work. To this end, empirical research and readings of interdisciplinary studies (doctrines, articles, books, periodicals, legislation, interviews) were used on the themes raised in the fieldwork to infer what expectations this youth has in relation to regulated work and how these expectations are translated by the local collective movements they organize. The conclusion of the research indicates that work expectations for peripheral youth are either not close to regulated work, or do not begin with work with a formal contract, given the reports on experiences with the new and old informality, that is, experiences characterized due to lack of rights. Furthermore, expectations about the labor agenda are assimilated by the youth movements investigated as secondary to others considered latent in the peripheral context.

Keywords: Youth. Periphery. Work. Collectives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Registro da visita ao sarau do Crias da Mata	28
Figura 2	Coletivo Pastoral da Juventude de Sussuarana	36
Figura 3	Convite para debate - Coletivo Pastoral da Juventude de Sussuarana	38
Figura 4	Coletivo Sarau da Onça	42
Figura 5	Coletivo Crias da Mata	45

LISTA: ORGANOGRAMA, TABELA E GRÁFICOS

Organograma	Bola de neve (<i>snowball</i>).....	25
Tabela	Perfil sociodemográfico da juventude entrevistada	31
Gráfico 1	Perfil escolar	33
Gráfico 2	Relação estudo e trabalho	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE	Ação Católica Especializada
ANTDJ	Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CENPAH	Centro Pastoral Afro Heitor Frisoti
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
JNPP	Juventude Negra pela Paz
MP	Medida Provisória
PJ	Pastoral da Juventude
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PPGD	Programa de Pós-Graduação em Direito
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TL	Teologia da Libertação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com Sigilo	118
Anexo II	Roteiro de Entrevista (Jovem integrante de Movimento no bairro)	120
Anexo III	Roteiro de Entrevista (Jovem liderança de Movimento no bairro)	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A VOZ JOVEM DA PERIFERIA: HORA DA FALA E DA ESCUTA	20
1.1 Aspectos teórico-metodológicos: o caminho e os procedimentos de pesquisa	20
1.1.1 A Interseccionalidade como Instrumento metodológico e os sujeitos como agentes	20
1.1.2 Notas sobre a proposta e a fase empírica da pesquisa	21
1.1.3 Resultados nos becos da pesquisa de campo: adendos sobre descontinuidade, inviabilidade, opções e impossibilidades	27
1.1.4 O método de análise das entrevistas	29
1.2 O perfil da juventude entrevistada	30
1.3 Os coletivos de juventude considerados na análise dos dados	34
1.3.1 Pastoral da Juventude de Sussuarana	35
1.3.2 Sarau da Onça	41
1.3.3 Sarau Crias da Mata	44
CAPÍTULO II – JUVENTUDE, PERIFERIA E TRABALHO	49
1.1 Juventude, projeto de vida e campo de possibilidades: a periferia como lugar social	49
1.2 Trajetória e trabalho para a juventude periférica	57
1.3 Políticas públicas para o trabalho e para qualificação da juventude	66
1.4 O anseio pelo trabalho protegido em desencontro com as políticas de regulação	73
CAPÍTULO III – MOVIMENTOS JUVENIS ORGANIZADOS NA PERIFERIA	74
1.1 Os coletivos e a pauta do trabalho	74
1.1.1 Pastoral da Juventude de Sussuarana	74
1.1.2 Sarau da Onça e Crias da Mata	78
1.2 “Crise” do sindicalismo e limites do discurso sindical	84
1.3 Aproximações e distanciamentos do Movimento Social e Sindical	92
CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

Para iniciar elenco os motivos pelos quais entrelacei as temáticas da juventude periférica, do trabalho, da informalidade e de movimentos organizados como eixos de investigação. Compartilho da ideia de que toda pesquisa se trata de uma pesquisa de vida e as inquietações aqui lançadas surgem a partir das minhas vivências durante o engajamento com a Pastoral da Juventude¹, tanto em Caculé (Ba) quanto em Salvador (Ba), dos estudos acadêmicos e da militância na advocacia trabalhista.

Pela influência do catecismo católico, aos dezesseis anos de idade me inseri em experiências coletivas do grupo de base da Pastoral da Juventude na minha cidade natal, Caculé (Ba). Neste espaço obtive formação pastoral e política sobre as mazelas sociais que impulsionou o protagonismo juvenil sob a influência dos métodos da Teologia da Libertação (ver, julgar e agir) na interação com a realidade de bairro, de comunidades rurais e da própria cidade como prática de um trabalho pastoral diante das opressões sociais.

A partir daí me engajei em manifestações coletivas outras como o Grito dos Excluídos, a Campanha da Fraternidade, a Semana da Cidadania, o Dia Nacional da Juventude, além de reuniões diocesanas e debates nos grupos de base sobre assuntos que permeiam a vida da juventude em sociedade como o trabalho, o estudo, a vida afetiva, entre outros.

Aos vinte e um anos de idade galguei passos retirantes. Da realidade de interior fui para a realidade da capital do estado para iniciar a graduação no curso de Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). No desenrolar da adaptação conheci outros(as) jovens universitárias(os) que articulavam o mesmo trabalho pastoral e são moradores da periferia da cidade de Salvador. Com esta singularidade me identifiquei socialmente e criei laços de amizade.

A proximidade com a juventude periférica me fez perceber o que diz Correia (2023) quando aduz que “[...] não existe uma ruptura entre o sertão e a favela, mas uma continuidade”, certamente pelo modo de conceber a vida como um panorama de repertório de lutas frente aos contextos de exploração, opressão e desigualdades que se comunicam nesses cenários.

Da militância pastoral em uma cidade sertaneja do interior baiano o olhar amadureceu para o panorama periférico da capital baiana que, mesmo perpetuando as mesmas injustiças sociais visíveis no sertão, apurou e alargou o horizonte para outras dinâmicas de resistência de

¹ Organização coletiva juvenil vinculada à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB).

maior representatividade na capital como o movimento negro, a cultura afro e o engajamento de movimentos religiosos com movimentos culturais da periferia.

Foi com essa bagagem de vivências que tomei consciência da importância dos movimentos organizados enquanto coletividade de relevância social. E disso identifiquei implicações na minha vida pessoal, na profissional, nos estudos acadêmicos, tanto em uma dimensão objetiva sobre a necessidade do sujeito coletivo, quanto em uma dimensão subjetiva de se reconhecer como parte deste. Por isso, a proposta dessa pesquisa dialoga, também, com o sentido da coletividade.

Durante a graduação fui estagiária da Justiça do Trabalho e ao fim do curso optei pela militância na advocacia trabalhista, dada a consciência sobre a condição de classe e a importância da proteção às trabalhadoras e aos trabalhadores, assim como do movimento sindical.

Após alguns anos de atuação profissional, especificamente com sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, retornei ao espaço acadêmico como integrante do grupo de pesquisa “Trabalho, Interseccionalidades e direitos”, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado à Faculdade de Direito da UnB. Nele os estudos sobre a informalidade provocaram desconcertos e reajustes na forma de interpretar o Direito do Trabalho e sua regulação, a noção do que é trabalho e de quem são as pessoas trabalhadoras protegidas.

Essa trajetória despertou o interesse em trabalhar com a temática laboral a partir da juventude organizada em movimentos nos bairros periféricos da cidade de Salvador (Ba), especificamente do bairro de Sussuarana, por já ter tido contato com jovens da localidade enquanto militante da Pastoral da Juventude e, em alguma medida, pelo conhecimento sobre a vivência da condição de precariedade no trabalho, seja nas oportunidades de emprego, quando não, na própria informalidade.

Aqui ressalto que o meu olhar sobre a realidade de trabalho da juventude de periferia parte do lugar de uma mulher branca que residiu no centro da cidade de Salvador, mas que entende pela necessidade de produção acadêmica sobre o debate racial e seus desdobramentos sociais, geográficos, entre outros, principalmente porque a sugestão da pesquisa colabora para interseccionar os estudos sobre o trabalho.

A intersecção será concretizada a partir da escuta dos sujeitos da pesquisa, os quais trazem os marcadores de classe, de raça e de geração que vão se alinhar com as considerações de referências teóricas que contemplem as questões oriundas da fala da juventude entrevistada.

As experiências de vida em espaços de coletividade e a apreensão sobre a necessidade do repertório de reivindicação sobre as condições de trabalho me trouxe as seguintes inquietações:

1. Por qual motivo o trabalho faz, ou não faz, parte do repertório dos movimentos de juventude da periferia?
2. Por qual razão a precarização e o desemprego é marcante entre esses jovens e quais os seus significados?
3. Quais as distâncias do discurso jurídico para o discurso sobre o trabalho a partir da juventude periférica?

Nesse sentido, **a proposta da pesquisa sugere a análise das peculiaridades da experiência do trabalho pela juventude periférica e em que medida as organizações coletivas juvenis assimilam e reivindicam o trabalho regulado ou protegido.**

O tema laboral é peça chave na pesquisa e perfilho o entendimento de Antunes sobre a centralidade do trabalho como “[...] referencial ontológico fundante da práxis social” (2009, p. 139). É dizer que o trabalho se trata de uma “[...] categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o que se torna social” (2009, p.145). Nesse entender, o sentido que se dá ao trabalho é de uma “[...] categoria central para a explicação das estruturas e relações sociais” (Dutra, 2021, p. 30).

A centralidade também é reafirmada por Castel quando pensa sobre as transformações na questão social considerando os movimentos das pessoas em situação de desemprego ou de precarização ao discorrer que o “[...] trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (2015, p. 578).

Na perspectiva juvenil, o trabalho é elemento de modificação social (Durães, 2020), essencial à construção do projeto de vida (Borges; Coutinho, 2010) e que não perde importância diante do desemprego, da precarização, da flexibilização das relações contratuais e da desarticulação da classe trabalhadora como reflexo da racionalidade neoliberal pelo estímulo da competição e da individualidade entre as pessoas que necessitam do trabalho para (sobre)viver (Dardot; Laval, 2016).

Logo, a constituição da categoria trabalho é vital “para a estruturação das relações sociais, mesmo entre os jovens.” (Cassab, 2007, p. 137). É, ainda, “eixo estruturante da condição juvenil brasileira” (Oliveira, 2013, p. 23), ao viabilizar a participação em despesas (familiar, estudos, lazer, socialização, afetividade). E, independente da perspectiva adotada (social, cultural, econômica/salarial etc.) pensar a centralidade do trabalho e o padrão de

regulação incidente sobre a juventude da periferia é ponto de partida para análise das particularidades de precarização social e informalização laboral que esta parcela vivencia.

O debate é ainda fundamental para repensar qual é o projeto de vida² viável diante do contexto de precariedade e desproteção, o que sugere o resgate histórico sobre o perfil regulatório que modelou o Direito do Trabalho no Brasil e como afetou, e possivelmente ainda afeta, determinado segmento da classe trabalhadora brasileira que foi escravizada e cuja descendência hoje, majoritariamente, ocupa as comunidades periféricas.

Nesse ponto, Ynaê Santos (2021), quando fala sobre a formação do Brasil e a presença do elemento racismo no projeto de país consolidado, refere que o êxodo rural das pessoas que foram escravizadas em busca de novas formas de sobrevivência, sem considerar as pessoas que já eram “livres” ou “libertas”, se intensificou após a Lei Áurea.

No entanto, o deslocamento dessas pessoas para os grandes centros urbanos instigou outro tipo de regulação, agora seria pela seara penal com o tipo descrito no artigo 399³ do Decreto nº 847 (Código Penal de 1890 – Código Penal da República). A “vadiagem”, ou a ausência do exercício de profissão, ou de meios de subsistência seriam motivos para a prisão de pessoas nessas situações de vida, por quinze dias até um mês.

Ocorre que essas pessoas eram negras, pois a chegada dos imigrantes no Brasil fomentada pelo projeto político de tentativa de “embranquecimento” da população atravessou, de forma negativa, a inserção da população racializada no mercado de trabalho livre urbano e contribuiu para a permanência destas no contexto de pobreza em regiões centrais. A autora observa que tal conjuntura ocorre no período republicano, em que a opção política foi pelo controle sobre os aspectos da vida privada das pessoas que pudessem, de alguma forma, ser propulsoras da “desordem” social (Santos, 2021).

São ilustrativas desse controle as intervenções políticas para que as pessoas trabalhadoras pobres presentes em áreas centrais fossem residir em espaços compreendidos como subúrbios, mediante uma facilitação de acesso aos trilhos dos trens. E é com o percurso

² O conceito de projeto de vida transita em vários debates na academia e na seara política. O que utilizo nessa pesquisa é o encabeçado por Michele Sousa e Maria Alves (2019) em uma perspectiva socioantropológica com amparo na ideia de campo de possibilidades desenvolvida por Velho (2003), para fins de debate sobre qual o projeto de vida é viável para a juventude de periferia considerando suas vivências laborais e seu contexto comunitário, sem desconsiderar também os seus anseios. Para as autoras o projeto de vida não se reduz a um planejamento, ele é uma imbricação sobre a “condição social, os valores, os espaços e instituições em que o jovem convive e que vão dar suporte aos jovens nas suas condutas e escolhas presentes e futuras, traçadas dentro de seu campo de possibilidades” (p. 4).

³ Artigo 399: Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover à subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

dessas pessoas, não absorvidas pelo mercado de trabalho formal livre e urbano, na época, que se desenhou a separação do espaço geográfico enquanto política urbana que deu início à formação do que hoje se conceitua como favela (Santos, 2021).

O que se denota nesse debate sobre o trabalho, a sua centralidade para entender as estruturas, as relações sociais e a periferia é que há uma intersecção de classe e raça, na medida que houve na história e na regulação do trabalho no Brasil o atravessamento de cenários de desigualdade social, de exclusão, de segregação étnico-racial que se perpetuam até os dias atuais sob condições de precarização das condições de vida.

No entanto, assinalo que nessa pesquisa a intersecção entre raça e juventude no contexto de periferia aponta muito mais para a afetação na vida social desses(as) jovens como corpos passíveis de morte, passíveis de violência estatal e com caminhos para experiências na criminalidade, do que sobre o trabalho em si. Assim, a intersecção denuncia em maior relevo a violência estatal do que a violência do mercado de trabalho pelo traço da precarização.

Estudos do Subcomitê da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude - ANTDJ (Silva; Macedo; Figueiredo; Vieira; Oliveira, 2016, p. 52) apontam que entre as causas de vivência da informalização destacam-se as “[...] ii) questões estruturais, culturais e históricas vinculadas ao modelo de desenvolvimento econômico e social do país” que, atualmente, desemboca no aumento da desproteção para quem se insere no trabalho formal, no informal e nas novas formas de informalidade legalizadas sob formas de precarização (Dutra, 2021).

A literatura interdisciplinar diz que o modo de construção do mercado de trabalho brasileiro conduz ao raciocínio de que a atuação estatal, enquanto ação regulatória e com experiências e opção pelo regime de escravidão, de servidão, de imigração de mão de obra “qualificada”, de tentativa de “branqueamento” da população, de modernização econômica pelo setor industrial determinou as raízes e diretrizes fundantes da atual conformação do mercado de trabalho informal (Theodoro, 2005).

Elisabete Santos e Rosemeire Aparecida Scopinho inferem que as desigualdades sociais e econômicas em cotejo com a discriminação étnico-racial e de gênero ditam as “regras” de acomodação do mercado de trabalho (2011, p. 27) que afeta a juventude periférica, substancialmente.

Ludmilla Abílio (2020), ao explorar a temática da uberização pela perspectiva jovem, por exemplo, defende a análise associada às categorias periféricas, como a juventude negra, que circunda as complexidades acerca do mercado de trabalho informal.

Esse cenário de regulação e precarização se expande com as novas morfologias do trabalho e os novos formatos de contratação (trabalho via plataforma digital e flexibilização da

legislação trabalhista, a exemplo da contratação intermitente) que estudiosos tem compreendido como parte da “nova informalidade” (Krein; Proni, 2010, p. 07).

Contextualizo que é “consensual entre os novos estudos que a informalidade tem se ampliado nas últimas décadas resultante da precarização do trabalho que vem se revelando como a principal característica do capitalismo flexível.” (Queiroz, 2014, p. 507). E, segundo dados verificados pela Agência Brasil (2018), ela é regra nas ocupações laborais.

Acresço a tais considerações o entendimento de Luiz Filgueiras, Graça Druck e Manoela Amaral (2004) sobre a informalidade como “expressão do processo de precarização” definida a partir de atividades não-fordistas, de modo a abarcar situações “próprias de atividades econômicas não capitalistas”⁴ e “atividades não regulamentadas”.

Além disso, a realidade da “nova informalidade” passa a identificar “sujeitos sem direitos” (Antunes, 2020) quando desconcerta e atravessa o debate sobre a proteção social, sobre a economia informal, sobre a ausência de tutela jurídica, além de desafiar esforços a partir da noção de regulação social do trabalho (Dutra, 2018) para impor limites ao modo de produção capitalista, constantemente reinventado pela agenda neoliberal.

Tal agenda situa a(o) trabalhadora(or) como mero elemento participante da lógica de mercado que, diante das novas modalidades, incute na classe trabalhadora o artil empreendedorismo, o aumento da constante precarização, a quebra do vínculo de solidariedade pela retórica do individualismo, entre outros, em especial sobre a juventude trabalhadora que amplamente vem sobrevivendo ao cenário de constante frustração (Standing, 2020).

Por essa costura, percebo que o trabalho precário e informal na realidade da juventude de bairros periféricos da cidade de Salvador (Ba) é uma reprodução das estruturas sociais e econômicas que conformaram um perfil regulatório distante do parâmetro protetivo de alguns trabalhadores(as) e às pessoas situadas em zonas periféricas. Inclusive, é uma reprodução tolerada socialmente, pois me refiro a pessoas racializadas, marginalizadas e que se situam em zonas geográficas de exclusão.

Tal perfil regulatório perpetua contextos de precarização e exclusão ao ponto de, na prática, inviabilizar a condição de sujeitos de direito, além de reafirmar o contexto de uma “subcidadania” (Rodrigues; Silva, 2011, p. 9) e não ofertar alternativa diversa ao cenário exposto.

⁴ Embora a informalidade seja caracterizada pelos autores como “atividades econômicas não capitalistas” sigo o entendimento que o capitalismo trabalha com a lógica do exército de reserva, da lei da acumulação geral e nesse raciocínio a informalidade traz giros para a dinâmica econômica baseada nesse sistema de produção.

Por essas premissas a **proposta da pesquisa** questiona se: **A partir das experiências de trabalho da juventude periférica é possível inferir expectativas próximas ou distantes do trabalho regulado e de que maneira tais expectativas são traduzidas pelos movimentos coletivos locais da juventude?**

Formulei essa proposta de investigação porque entendo que a problematização existe e tento formular a resposta a partir da escuta dos sujeitos da pesquisa e dos repertórios dos movimentos que integram, pois compreendo que eles são protagonistas na construção social do Direito, seja reivindicando, seja formulando narrativas para reconhecimentos de garantias que sejam libertadoras, insurgentes e emancipatórias diante dos cenários sociais de exclusão e/ou opressão e/ou exploração.

E sobre o debate do trabalho, entendo que os sujeitos da pesquisa também participam do processo de regulação social, ainda que como agentes que denunciam a sua exclusão do âmbito da conformação jurídica de proteção ou as dificuldades impostas pelo marcador racial, de classe e geracional na busca pelo trabalho formal.

Assim, tenho por **objetivo geral**: Inferir, a partir das experiências da juventude periférica no trabalho informal e dos discursos acerca da informalidade, expectativas próximas ou distantes do trabalho regulado e de que maneira essas são traduzidas pelos coletivos juvenis (pastoral e cultural).

Já os **objetivos específicos** são:

1. Correlacionar a essencialidade do trabalho com a construção do projeto de vida da juventude de periferia;
2. Investigar a percepção juvenil sobre o Direito, a regulação e como ela se situa no processo regulatório.

A **hipótese** é: Pelas experiências de trabalho da juventude periférica, incluindo vivências com a informalidade e condições de precarização, é possível inferir que as expectativas estejam distantes do trabalho protegido e sejam assimiladas pelos movimentos juvenis de periferia como uma pauta secundária diante de outras que são latentes no contexto periférico. Isso porque, pressuponho que a juventude investigada aponta cenários de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e, quando o acesso ocorre, o espaço é para contextos de trabalho precário, assim como que no contexto periférico há uma ausência de direitos sociais como um todo, e não só o direito ao trabalho.

O intuito é a análise crítica sobre:

1. A vivência da informalidade pela juventude periférica para relacioná-la com a história da construção da regulação do trabalho no Brasil e com o padrão

conformado (se ao longo do tempo este fincou raízes na perspectiva social e jurídica de proteção à população periférica ou se apropriou de outra);

2. A perspectiva da temática laboral não se apresentar como a única pauta de precariedade vivenciada no contexto de periferia;
3. A conformação do Direito do Trabalho silenciando os marcadores de raça e gênero.

Registro que a pesquisa é de **natureza aplicada, a abordagem é qualitativa, os objetivos são descritivos e o raciocínio utilizado é o dialético**, dada a proposta de uma possível interpretação a partir de uma revisitação histórica acerca da regulação do trabalho no Brasil e eventual correspondência com a informalidade atualmente vivenciada pela juventude de periferia, para confrontar o padrão regulatório que persiste.

A **metodologia** que adotei foi a pesquisa empírica com a compreensão do particular para o geral sobre a experiência de trabalho da juventude, especialmente o informal, e a forma como os movimentos organizados nos bairros periféricos de Sussuarana e Mata Escura, cidade de Salvador (Ba), assimilam e traduzem a pauta laboral.

Na primeira localidade fiz contato com jovens da Pastoral da Juventude, do movimento artístico/cultural Sarau da Onça e do movimento de jovens da Igreja Batista. Na segunda territorialidade dialoguei com jovens do movimento Crias da Mata.

Utilizei como técnica para a coleta de dados **entrevistas orientadas por roteiros previamente semiestruturados** com os quais, na condição de pesquisadora e, conforme elucidada Xavier (2017), provoqueei as jovens e os jovens para uma conversa conduzida por mim seguindo uma estrutura pensada que culminou no total de vinte (20) entrevistas, entre o período de 27/4/2023 a 18/6/2023, o campo empírico da pesquisa.

Após esse período e de uma reunião com minha orientadora, entendemos por realizar uma última entrevista, que ocorreu em 3/11/2023, de forma *on-line*, para coletar dados que permitissem estabelecer um paralelo de análise entre percepções de jovens da igreja católica e jovens da igreja evangélica sobre as questões suscitadas no roteiro.

Ao final entrevistei quatro lideranças jovens e dezesseis jovens integrantes das articulações coletivas.

Ponto que deixei de utilizar duas entrevistas (a de Juliano e a de Lívio) no momento da análise do conteúdo, na etapa exploratória da pesquisa, pois, com o primeiro, no decorrer da aplicação do roteiro, percebi que não havia aderência de movimento organizado. Já com o segundo, apesar deste trazer dados de movimento organizado em periferia, não houve continuidade no diálogo para contatar outros jovens sobre a articulação coletiva informada, o que inviabilizou uma amostra significativa daquele universo para análise.

Na fase exploratória adotei como **métodos de pesquisa**:

1. Leituras e estudos interdisciplinares com base em publicações (de doutrinas, de artigos, de livros, de periódicos, de legislações e de entrevistas) sobre a centralidade do trabalho, a juventude periférica, a precariedade/informalidade e a regulação do trabalho);
2. Busca de informações já sistematizadas em levantamento de dados já produzidos por outros espaços acadêmicos que tratam as temáticas;
3. Diálogo com outros pesquisadores que investigam as temáticas propostas.

Essas balizas contribuíram para a confecção dos roteiros aplicados no intuito de:

1. Identificar o perfil da juventude que trabalha e os dados sociodemográficos;
2. Abordar questões sobre a centralidade do trabalho, o trabalho formal/informal, o projeto de vida e a afetação, ou não, de regulação estatal, a condição juvenil, as vivências laborais, as percepções sobre a formalidade/informalidade, as condições laborais, o sentido do trabalho (centralidade, sobrevivência, ajuda familiar, construção de um projeto de vida etc.);
3. Investigar percepções sobre a juventude, articulações coletivas, possíveis dinâmicas regulatórias, Direito, regulação e, a partir da análise do teor dos discursos obtidos, aferir indicadores do perfil regulatório que lhes afetam, a forma como afeta e a relação estabelecida com o processo histórico do perfil de regulação do trabalho no Brasil.

Para a pesquisa de campo elaborei três roteiros de perguntas: um voltado para jovens da periferia; outro para jovens integrantes de movimento de periferia; e um terceiro para jovens lideranças, articuladores(as) do referido movimento. Todos com o intuito de coletar dados sobre o(s) sentido(s) do trabalho⁵, as expectativas, as possíveis propostas ou ações frente ao cenário de precariedade e informalidade, bem como algum possível indício de atuação regulatória local.

Assim, quando observei na pesquisa de campo o ponto de saturação, compreendido como o “[...] o momento no trabalho de campo em que a coleta de dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado” (Glaser; Strauss, 1967 *apud* Minayo, 2017), e a expressividade de entrevistas, enquanto abrangência das informações para o recorte investigativo sobre os três movimentos de juventude da periferia, finalizei a coleta de dados.

⁵ Por pensar em investigar o(s) sentido(s) do trabalho, a partir da juventude de bairros periféricos da cidade de Salvador (BA), me inspirei no título da Obra do Professor Ricardo Antunes ‘Os sentidos do trabalho’ para também situar essa ideia no título dessa dissertação.

Na sequência, transcrevi as falas da forma como externalizada. E sob as diretrizes de Laurence Bardin (2021) acerca da análise de conteúdo partir para a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, este último pela técnica da inferência, uma espécie de “indução a partir dos fatos” (2021, p. 168). Este caminho metodológico será desenvolvido em capítulo próprio.

De logo, sinalizo que as pessoas entrevistadas foram contatadas na medida em que alguém próximo foi entrevistado. É o que se denomina da técnica de bola de neve (*snowball*), como um meio de obter uma amostra por meio de uma teia que se forma a partir de pessoas que são apontadas como referências e pessoas que são indicadas (Bockorni; Gomes, 2021). A descrição na minúcia de como ocorreu a aplicação desta técnica na pesquisa também será feita em capítulo próprio.

Pela evidência empírica dos dados levantados há caminhos para tratar no **primeiro capítulo** da dissertação a metodologia aplicada, os percursos e alguns resultados de pesquisa. No **segundo**, o contexto da periferia como lugar social, de expressões e opressões sociais, da presença dos elementos da religião e da cultura nos discursos e nas vivências coletivas, de experiências juvenis com e sem trabalho regulado. E no **terceiro**, o lugar do trabalho pelo repertório dos coletivos da Pastoral da Juventude de Sussuarana, do Sarau da Onça e do Crias da Mata, o silêncio quanto à reivindicação do Direito do Trabalho, a “crise” do sindicalismo e os limites do discurso sindical para a juventude e outros grupos, as possíveis aproximações ou distanciamentos dos coletivos juvenis em relação à articulação de movimento social e sindical.

Friso que não pretendo nessa pesquisa esgotar todo o debate sobre a concepção de juventude, suas variações conceituais, a periferia e suas complexidades, todas as nuances das políticas públicas de trabalho e qualificação da juventude, ou todas as teorias acerca das ações coletivas e suas reinvenções estratégicas, tanto para o movimento social, quanto para o sindicalismo. E, sim, articular a proposta da pesquisa com os resultados encontrados no trabalho de campo costurando com as respectivas correspondências teóricas.

Por fim, serão apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO I – A VOZ JOVEM DA PERIFERIA: HORA DA FALA E DA ESCUTA

1.1 Aspectos teórico-metodológicos: o caminho e os procedimentos de pesquisa

1.1.1 A Interseccionalidade como Instrumento metodológico e os sujeitos como agentes

O intuito nesse ponto da pesquisa é destacar que a perspectiva interseccional se apresenta como marco teórico e Instrumento metodológico de pesquisa. Nesse sentido, Patrícia Collins e Sirma Bilge (2021) abordam a interseccionalidade como uma forma de investigação crítica, como uma prática, e nessa dinâmica se estabelece pontos de conexão que só fazem sentido se conectadas ao contexto de justiça social, o que coaduna com o debate sobre as condições de trabalho e a proteção da classe trabalhadora.

A interseccionalidade tem se apresentado como linha teórica e metodológica para evidenciar “a percepção cruzada ou imbricada de relações de poder” (Vigoya, 2016, p. 2). O conceito foi utilizado por Kimberlé Crenshaw, a partir de experiências de mulheres trabalhadoras racializadas, no intuito de problematizar o discurso dos direitos humanos sob os aspectos raciais e de gênero, invisibilizados juridicamente e que perpetuavam dimensões de opressão (Vigoya, 2016).

A autora define a interseccionalidade como “a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Para ela, há uma combinação de sistemas que subordinam a população racializada e que atinge, de modo peculiar, as mulheres racializadas, tais como o “racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios” que “criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (p. 177). Além disso, observa que a interseccionalidade aponta a “forma como as ações e políticas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” do segmento da população atingida pelas opressões (p. 177).

Em suma, como Instrumento teórico-metodológico a interseccionalidade visibiliza as pessoas e os marcadores que explicitam os contornos sociais e econômicos propulsores de diversas opressões, as quais limam a capacidade de emancipação social, econômica e política dos sujeitos interseccionais, dada as relações de poder e subordinação que desembocam em desigualdades materiais no contexto social.

Aqui nessa pesquisa, especialmente, a intersecção se concretiza a partir da escuta dos sujeitos, jovens da periferia que trazem os marcadores de raça, classe, geração e escolaridade

para produzir a conversa e as confluências teóricas que contemplem o recorte da investigação. Essa escuta dá legitimidade à voz do objeto de pesquisa também na dimensão de sujeito. É um convite ao que a Ynaê Santos diz sobre “ampliar o olhar e afinar a escuta” (2021, p. 148).

Isso significa dizer que a lente interseccional, como instrumento de pesquisa, permite o debate a partir das percepções da juventude de periferia sobre sua própria realidade, dando tom e voz aos aspectos que marcam o seu entorno, seja como objeto, seja como sujeito, precipuamente quando o olhar é apurado para verificar as agências que o segmento juvenil desenvolve frente aos cenários de opressão, de invisibilização, de precarização, entre outros, que modelam o contexto social da periferia.

A interseccionalidade, seja no papel teórico, seja no papel de “ferramenta analítica” (Collins; Bilge, 2021, p. 16) para reflexão sobre a agência dos sujeitos da pesquisa dialoga com a categoria da experiência trabalhada por Thompson (1981). Este discorreu sobre a classe trabalhadora e pontuou que as trabalhadoras e os trabalhadores são sujeitos e agentes de sua própria história, de modo que a consciência de classe surge nesse processo histórico em que experiências de vida são compartilhadas.

É por essas lentes, premissas teóricas e metodológicas que, nessa pesquisa, pretendo interseccionar a leitura sobre o Direito do Trabalho ao dar tom para as intersecções, como ponto de partida, para analisar as peculiaridades da experiência de trabalho da juventude periférica e em que medida as organizações coletivas dessa juventude, na periferia, assimilam e reivindicam o trabalho regulado ou protegido, ou não, para evidenciar os entendimentos dos sujeitos da pesquisa acerca da pauta laboral.

1.1.2 Notas sobre a proposta e a fase empírica da pesquisa

A proposta de investigação trata sobre as expectativas das e dos jovens moradores dos bairros periféricos de Sussuarana e Mata Escura, cidade de Salvador (Ba), sobre o trabalho regulado, especialmente diante da experiência com o trabalho informal e a forma como os movimentos que organizam em suas comunidades assimilam e traduzem tais expectativas.

Na primeira localidade, o bairro de Sussuarana, fiz contato com jovens da Pastoral da Juventude, coletivo que articula trabalho pastoral vinculado à igreja católica, com jovens do movimento artístico/cultural Sarau da Onça e do grupo de jovens Juventude Batista do Novo Centenário da igreja Batista. Na segunda territorialidade, bairro da Mata Escura, dialoguei com o coletivo que articula o sarau do Crias da Mata.

Como procedimento metodológico para a coleta de dados utilizei entrevistas com roteiros semiestruturados. Pensei em três: 1) um para o e a jovem de periferia, no caso de não conseguir a participação de jovens que se envolvessem com coletivos organizados no seu bairro periférico; 2) o segundo para a hipótese de jovem de periferia que integra algum coletivo juvenil no seu bairro; e 3) um terceiro para o, ou, a jovem liderança desse coletivo.

Com os roteiros a intenção foi estruturar a lógica e explorar três frentes:

1. O perfil da juventude entrevistada e os dados sociodemográficos;
2. A centralidade do trabalho e os temas conexos como o sentido do trabalho, a vivência do trabalho formal/informal, o projeto de vida, a condição juvenil, a afetação, ou não, de regulação estatal;
3. As percepções sobre a juventude, as articulações coletivas e as possíveis (in)existências de dinâmicas regulatórias.

Os roteiros apenas serviram de norte para a conversação. Questões outras foram apresentadas pela juventude entrevistada, as quais foram exploradas durante a entrevista.

Quanto ao objeto da pesquisa, este foi apresentado antes do início das entrevistas em compasso com a minha apresentação e explicação sobre a necessidade de leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) com o compromisso de manter o sigilo da identificação.

Para a realização das entrevistas optei pela não submissão prévia do projeto de pesquisa ao comitê de Ética em pesquisa (CEP), pois a pesquisa se refere a condições de vida das pessoas e não sobre as pessoas em si. Utilizo as razões expostas por Fernanda Figueredo (2023) no sentido 1) da existência de entendimentos de pesquisadores que referida submissão, inclusive observando os ditames da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), é necessária às pesquisas realizadas na área clínica, como a biomedicina, sem relação com a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas utilizadas no campo das Ciências Humanas (Aba, 2021 *apud* Figueiredo, 2023; Antropólogos, 2014; Sarti; Duarte, 2013); 2) a exigência da quantidade exata de entrevistas a serem realizadas impossibilita o ponto de saturação na coleta dos dados, sem olvidar que a indicação categórica dos grupos a serem entrevistados limita a exploração do campo de pesquisa; e, por fim, 3) toda a fase burocrática da submissão e efetivo aval pelo CEP, sem certeza do lapso de tempo para a conclusão e início do trabalho de campo, poderia inviabilizar o cumprimento do prazo para término da pesquisa.

No entanto, mesmo com estas ressalvas, alertei cada jovem entrevistado(a) sobre o objeto e os objetivos da pesquisa, a importância para diversas áreas de estudo e o meu

comprometimento, enquanto pesquisadora, com os dados coletados, bem como a necessidade de leitura e assinatura do TCLE com sigilo da identificação que está anexado a essa dissertação.

Ao final da realização de vinte entrevistas entendi desnecessário aplicar o primeiro roteiro (e por essa razão ele não foi anexado ao fim dessa dissertação), pois fui contemplada com as duas outras hipóteses (jovens participantes de movimentos e jovens líderes no movimento).

As entrevistas foram orientadas pelo segundo e terceiro roteiro, previamente semi estruturados, com os quais, na condição de pesquisadora e, conforme elucida Xavier (2017), lancei provocações para uma conversação conduzida a partir de perguntas logicamente estruturadas.

Quanto aos movimentos em si, inicialmente pensei em entrevistar jovens da Pastoral da Juventude de Sussuarana e do Sarau da Onça, principalmente por se tratar de grupos com repertórios políticos e ações de reconhecimento de problemas sociais e de mazelas que, possivelmente, poderiam subsidiar investigação na qual eu pudesse localizar, ou não, a pauta do trabalho.

No início das atividades de campo senti receio de não conseguir, efetivamente, entrevistar jovens participantes dos movimentos indicados na proposta da pesquisa, na medida que o tempo que eu havia delimitado para realizar a atividade fluía e a possibilidade de agenda da juventude contatada não se compatibilizava. Por isso, aventurei na busca de outras possibilidades de coletivos juvenis, em outros bairros periféricos, por meio de outros contatos. Foi o caso da entrevista realizada com Juliano, residente no bairro de Plataforma e participante do Sarau do Parque de São Bartolomeu.

O alcance de outros coletivos colaborou com dados sobre as experiências laborais juvenis, as expectativas em relação ao trabalho regulado e a forma como estas são assimiladas e traduzidas pelos mesmos, não só para testar a hipótese, mas, também, verificar se a proposta da pesquisa ganhava outros contornos ou não.

Assim, contatei militantes da Pastoral da Juventude na cidade de Salvador (Ba), tanto do bairro de Sussuarana (semente 1), como do bairro do Pau Miúdo (semente 2), os(as) quais indicaram pessoas intermediárias que compartilharam o contato de jovens integrantes da Pastoral da Juventude de Sussuarana, do Sarau da Onça, do Crias da Mata, da Juventude Batista do Novo Cenáculo, do Sarau Parque São Bartolomeu e do movimento Mãos que ajudam para possíveis entrevistas (sobre os dois últimos vou abordar alguns aspectos adiante). Esses(as) jovens, ao longo do texto, serão identificados(as) por nomes fictícios que eles sugeriram, e para os que não sugeriram eu fiz a escolha.

Com relação ao intermediário 1, o contato foi via whatsapp na segunda quinzena do mês de abril de 2023. Ele disponibilizou o contato de whatsapp de uma liderança jovem do bairro de Plataforma que integra o Sarau Parque São Bartolomeu.

Já com o intermediário 2, após ter conseguido o seu contato com a semente 1, combinei, também via whatsapp, de conversar no dia 2 de maio de 2023, por chamada de vídeo. Todavia, a conversa foi adiada em decorrência de assuntos familiares e domésticos do intermediário. Combinamos de aguardar a disponibilidade para outra data, o que ocorreu no dia 4 do mesmo mês. Alinhamos de nos encontrarmos nesta data na praça de alimentação do shopping da Bahia, por volta das 18h30min. A conversa teve troca e me animou sobre as percepções do que poderia contribuir para a pesquisa e para a evidência, no âmbito acadêmico, do movimento artístico Sarau da Onça, em especial para sua função social na realidade de periferia e para os e as jovens da periferia. O diálogo durou cerca de 1h e o intermediário tratou que na volta para a casa já iria contatar alguns jovens e me repassar na sequência, para que eu efetuasse o convite da entrevista.

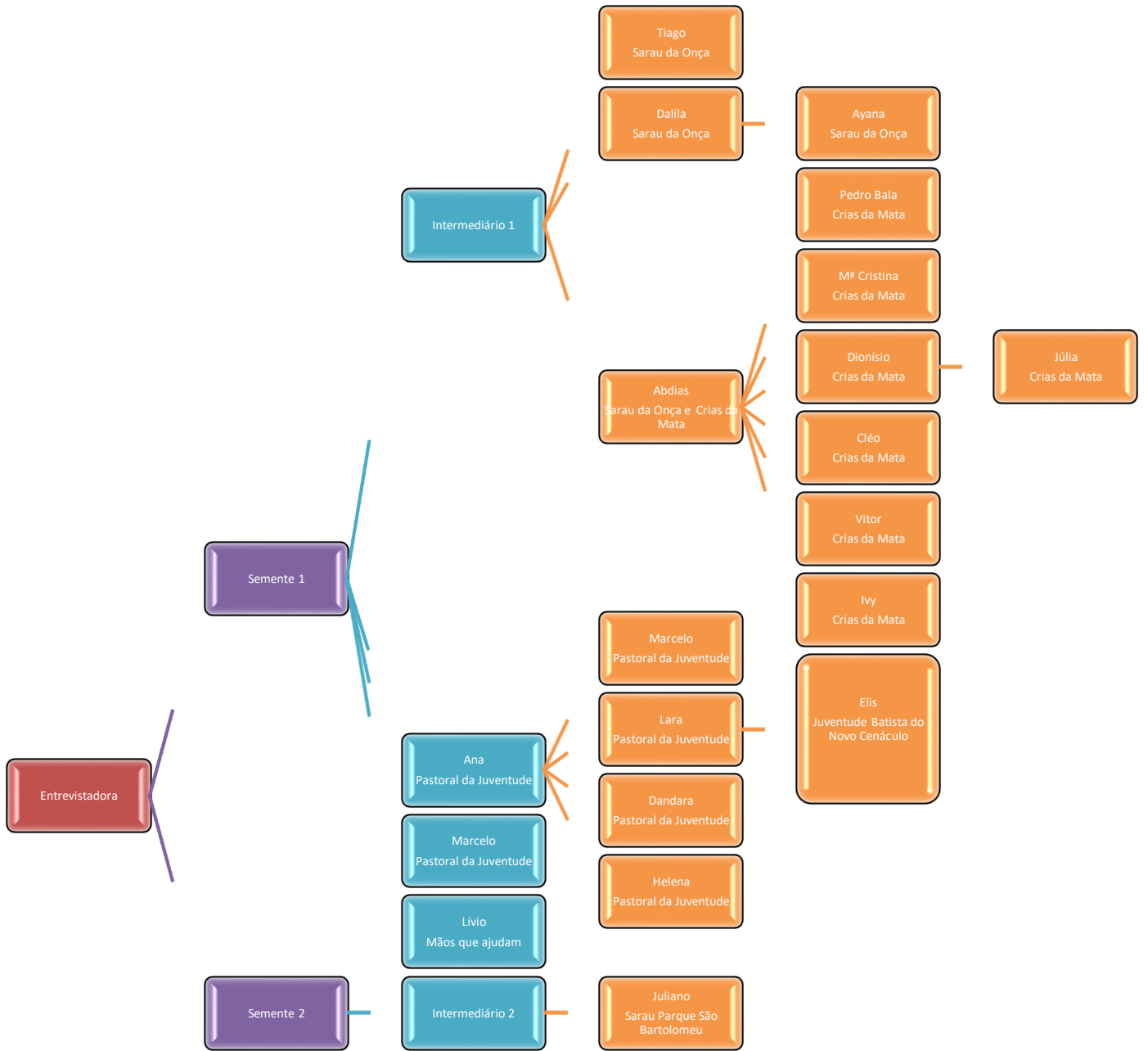
Sobre o Coletivo Sarau da Onça, registro que foi após uma entrevista realizada com um participante específico, e que não necessariamente residia no bairro da Sussuarana, mas que compreendia aquela localidade também como espaço de pertencimento, que pude tomar nota do Sarau do Crias da Mata, na Mata Escura. Fui até convidada a prestigiar o retorno das atividades no ano de 2023 com o sarau que ocorreu em 20/5/2023⁶.

Ao final desse itinerário, retomei o contato com uma referência da Pastoral da Juventude de Sussuarana que, por sua vez, indicou outro participante do grupo Juventude Batista do Novo Cenáculo do mesmo bairro. E dessa forma consegui mais uma participação no trabalho de campo.

A teia de indicação e articulação de contatos representa o que a literatura denomina da técnica de bola de neve *snowball*, utilizada para obter uma amostra por meio de uma cadeia que se forma, a partir de pessoas que são apontadas como referências ou pessoas sementes e pessoas indicadas, para entrevistas por essas mesmas referências (Bockorni; Gomes, 2021).

Toda a articulação de contatos deu corpo ao seguinte organograma:

⁶ O registro desse sarau de retorno no ano de 2023 se encontra disponível em: https://www.instagram.com/p/CtiJbXitcJQ/?img_index=1. Acesso em 1º/06/2024.



Organograma. Elaboração própria

Realizei as entrevistas presencialmente em Salvador (Ba) no período compreendido entre 27/4/2023 e 18/6/2023, com exceção da última que ocorreu em 3/11/2023 de forma remota. Ela só foi cogitada após uma reunião de orientação sobre os rumos da dissertação que ocorreu após meu retorno para Brasília, logo que finalizei o trabalho de campo em Salvador (BA), na qual minha orientadora e eu entendemos por entrevistar algum(a) jovem participante de movimento juvenil de igreja evangélica para estabelecer um paralelo de análise entre percepções da juventude católica e da juventude evangélica sobre as questões suscitadas no roteiro.

Ao final entrevistei vinte jovens integrantes de articulações coletivas e nesse universo quatro eram lideranças. As entrevistas foram fluídas, com trato amigável, com linguajar simples e jovial. Além disso, não houve nenhuma recusa quanto ao convite para a entrevista e todas as pessoas participantes assinaram o termo que assegura o compromisso em guardar o sigilo da identificação. Apenas no caso da entrevista com Elis que o termo foi validado verbalmente e posteriormente assinado, pois a entrevista ocorreu de forma telepresencial.

Os lugares das entrevistas após contato prévio, via whatsapp, em que me apresentei, expliquei o recorte da pesquisa, fiz o convite para participação da coleta de dados e aguardei o retorno sobre o aceite, ou não, e em caso positivo a disponibilidade de agenda, foram diversos e todos combinados de modo a confluir com a rotina dos e das jovens.

Por essa razão, houve entrevista na sala de confissão da igreja da comunidade Santo Antônio, no bairro de Novo Horizonte⁷; no espaço comunitário da igreja da comunidade Nossa Senhora das Dores na Sussuarana Velha; no pátio da Biblioteca Central dos Barris, nos Barris; na área de lazer do edifício Duque de Windson, nos Barris; no saguão da Biblioteca da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Ondina; no campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Cabula; na praça do final de linha da Mata Escura; e no quintal de um comércio de casas de festas na Sussuarana Velha.

Ressalto que a ocupação dos espaços públicos e dos espaços comunitários para a realização das entrevistas já denota a demanda pela juventude periférica para a ocupação do espaço urbano, mediada por direitos sociais, que interessa a essa pesquisa.

Quando observei na amostra o ponto de saturação em concomitância com a quantidade e expressividade de entrevistas, aqui me referindo à abrangência das informações para o recorte da pesquisa, finalizei a coleta de dados.

Na sequência, fiz a transcrição preservando o teor das falas da juventude da forma como externalizada e, sob as diretrizes de Laurence Bardin (2021) acerca da análise de conteúdo,

⁷ O bairro de Sussuarana possui três divisões territoriais: Sussuarana, Sussuarana Velha e Novo Horizonte.

partir para a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Este último pela técnica da inferência, uma espécie de “indução a partir dos fatos” (2021, p. 168).

Antes de discorrer sobre a análise do conteúdo, indico alguns resultados sobre a pesquisa de campo que se apresentaram como descontinuidade, inviabilidade, opção e impossibilidades na coleta de dados.

1.1.3 Resultados nos becos da pesquisa de campo: adendos sobre descontinuidade, inviabilidade, opções e impossibilidades

Como sinalizei, deixei de utilizar duas entrevistas no momento da análise do conteúdo na etapa exploratória dos dados coletados com a pesquisa de campo. São as entrevistas com Juliano e Lívio (nomes fictícios).

A primeira aconteceu no dia 27 de abril de 2023 e foi realizada no pátio da Biblioteca Central dos Barris, no bairro dos Barris, Salvador (Ba) com uma liderança jovem residente no bairro de Plataforma e que articula o coletivo Sarau Parque São Bartolomeu. A entrevista foi amistosa, sem estranhamentos ou embaraços com as perguntas guiadas pelo roteiro e com as respostas da liderança.

Ao término da conversa, foi ajustado para que eu aguardasse retorno no contato do whatsapp sobre outros possíveis jovens do coletivo para outras entrevistas. Nessa espera passaram-se dias. Optei por interagir no dia 3 de maio, sem retorno. Renovei o contato em 8 de maio, a resposta foi para que eu aguardasse mais um pouco. Passado outros dias, fiz novo contato, via whatsapp, em 15 de maio, também sem devolutiva. Com isso, e apesar da entrevista com essa liderança ter disponibilizado dados de coletivo organizado na periferia que adere ao recorte da pesquisa, tanto na perspectiva juvenil, quanto na perspectiva coletiva de movimento juvenil organizado, não houve continuidade no diálogo por parte da liderança para intermediação de outras possíveis entrevistas, o que inviabilizou a coleta de uma amostra significativa de dados naquele universo para análise. Dada essa descontinuidade o coletivo Sarau Parque São Bartolomeu não fez parte da pesquisa de campo, tão pouco a entrevista com o jovem líder, Juliano, foi considerada na análise de dados, e por isso excluída do corpo da dissertação.

No caso do jovem Lívio que é referência comunitária e liderança na ação Mãos que ajudam, notei no decorrer da entrevista que este não se situava no contexto de movimento organizado por jovens, embora tenha se identificado como liderança juvenil que mobiliza outros jovens da e na periferia para promover ações de solidariedade. Estas realmente são de sua

iniciativa e conta com a colaboração de outros jovens, mas não se concretizam a partir de um movimento organizado e pensado coletivamente. Por isso, não verifiquei aderência dessa dinâmica ao recorte da pesquisa. E em razão dessa inviabilidade, optei por não realizar novas entrevistas e não considerar o conteúdo da realizada com o jovem líder na análise dos dados.

Um último adendo é que, além das entrevistas, eu optei por presenciar uma noite de sarau do Crias da Mata no encontro de retomada das atividades no dia 20/5/2023, às 17h, no colégio Estadual Professora Marileine da Silva, localizado no final de linha da Mata Escura, o que permitiu que algumas considerações exploratórias sobre o campo fossem formuladas. Para essa reunião fui convidada após ter finalizado a entrevista com Abdias. Compareci no local por volta das 17h após deslocamento por transporte público. Lá fui recepcionada por duas jovens, nos apresentamos e brevemente conversamos sobre o coletivo enquanto outros(as) jovens chegavam ao local, que no total foram 13 (foto ilustrativa no final do encontro abaixo).

No início do sarau houve alinhamentos para a retomada das atividades e discussão de alguns problemas comunitários, os planejamentos de algumas ações e, por fim, a performance artística do grupo com o recital de poemas, a utilização de músicas e danças. A visita serviu para entender a dinâmica do coletivo, ter impressões sobre o quanto a temática do trabalho tangencia os discursos da busca do emprego e da necessidade das jovens e dos jovens se conscientizarem da condição de sujeitos de direitos. A seguir, registro da visita retirada do perfil do coletivo em sua rede social do Instagram⁸:



Figura 1. Fonte: perfil do coletivo na rede social Instagram.

⁸ Imagem disponível em: https://www.instagram.com/p/CtiJbXitcJQ/?img_index=1. Acesso em 20/10/2024.

Com relação aos outros coletivos, Sarau da Onça e Pastoral da Juventude, ambos na Sussuarana, não houve possibilidades de participar das atividades, pois no primeiro as atividades não foram retomadas no ano de 2023 até o momento em que realizei as entrevistas⁹, pois Sandro, um dos articuladores do Sarau, se encontrava em período de resguardo relacionado às obrigações da sua profissão de fé. Quanto aos encontros do segundo, a entrevista com Ana sinalizou que o movimento havia realizado trabalho pastoral denominado de “Missão” na comunidade logo após o início das entrevistas, de modo que as próximas atividades ainda seriam planejadas coletivamente. Os demais grupos (Mãos que ajudam, Sarau Parque São Bartolomeu e Juventude Batista do Novo Cenáculo) não acompanhei qualquer atividade pelos motivos que já expus nesse tópico e no anterior.

1.1.4 O método de análise das entrevistas

O método que utilizei na análise da amostra empírica parte das orientações de Lawrence Bardin (2021) sobre a análise de conteúdo. Iniciei com a pré-análise das transcrições das entrevistas e com as primeiras impressões partir para a sistematização, a organização dos dados coletados e a formulação das hipóteses e os objetivos da pesquisa.

No caso, a exploração das transcrições foi orientada pela hipótese que pelas experiências de trabalho da juventude periférica, incluindo vivências com a informalidade, é possível que as expectativas do segmento juvenil estejam distantes do trabalho protegido, assim como são assimiladas pelos movimentos juvenis de periferia como uma pauta secundária diante de outras que são latentes no contexto periférico.

Com essa localização, o próximo passo foi explorar o teor das falas da juventude entrevistada a menção aos seguintes temas para posteriormente codificar:

1. A centralidade do trabalho e temas conexos como o sentido do trabalho, a vivência do trabalho formal/informal, o projeto de vida, a condição juvenil, a afetação, ou não, de regulação estatal;
2. As percepções sobre a juventude, articulações coletivas e possíveis (in)existências de dinâmicas regulatórias.

Na sequência, segmentei trechos das entrevistas e agrupei as falas por categorias que se fizeram presentes e ausentes nas narrativas e que serão condutoras nesta dissertação.

⁹ O retorno das atividades do Sarau da Onça aconteceu em 8/7/2023 conforme link de divulgação disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ct9kMSxunqb/>>. Acesso em 1º/6/2024.

Por último, realizei o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação destes de forma conjunta com as frentes temáticas citadas acima para, então, costurar as percepções que surgiram na fala das e dos entrevistados e destacar possíveis divergências e convergências.

1.2 O perfil da juventude entrevistada e os dados sociodemográficos

Embora esse tópico já antecipe uma reunião de parte do tratamento dos dados coletados, de resultados obtidos e uma mínima interpretação deles, dou destaque aos mesmos de forma isolada, pois não fazem referência a dimensão coletiva e, sim, aos indivíduos integrantes dos coletivos de juventude que serão adiante tratados.

Com a aplicação do roteiro semiestruturado, observei o seguinte perfil sociodemográfico:

- Faixa etária entre dezenove e vinte e nove anos de idade;
- Identificação com o gênero masculino ou o feminino;
- Identificação como pessoas pretas ou pardas¹⁰;
- A maioria solteiras e solteiros, um(a) é casado(a) e duas estão em união estável;
- Maior parte reside com a família, apenas quatro residem só;
- A grande parte relata renda familiar em torno de dois salários (mínimos) e renda pessoal em torno de um salário (mínimo), mas há particularidades de desemprego e renda pessoal abaixo do mínimo legal.

A tabela abaixo reúne as informações acima, de modo a facilitar a visualização do perfil da juventude que entrevistei e os respectivos dados sociodemográficos:

¹⁰ Ressalvo que a classificação “parda” é adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, apenas por congruência com essa classificação, a questão é suscitada nessa pesquisa, uma vez que o termo não se conecta ao debate sobre o elemento raça da forma como aqui proposta.

Entrevista	Idade	Gênero	Raça/etnia	Estado civil	Escolaridade	Ocupação (atual) ¹¹	Renda familiar	Renda pessoal
Juliano	x	x	x	x	x	x	x	x
Ana	27	F	Preta	Solteira	Ensino Superior incompleto	Estagiária da área de Contábeis (contrato de estágio)	2sm	1sm
Marcelo	23	M	Parda	Solteiro	Ensino Superior incompleto	Desempregado	2sm	1sm
Dandara	20	F	Parda	Solteira	Ensino Médio	Desempregada	1 sm	Desempregada
Lara	26	F	Preta	Solteira	Ensino Superior	Assistente administrativa (vínculo formal)	Outros	1sm
Lívio	x	x	x	x	x	x	x	x
Helena	28	F	Preta	Solteira	Ensino Superior incompleto	Jovem aprendiz (vínculo formal)	2 sm	- que 1sm
Luffy	28	M	Preta	Solteiro	Pós-graduação incompleta	Nutricionista (vínculo formal)	Reside só	2sm
Tiago	29	M	Parda	Casado	Ensino Superior	Desempregado	2 sm	Seguro desemprego
Dalila	24	F	Preta	Solteira	Ensino Médio	Operadora de loja (contrato intermitente)	1 sm	- que 1sm
Abdias	22	M	Preta	União estável	Ensino Superior incompleto	Arte e educador de teatro (vínculo formal)	1 sm	1sm
Ayana	24	F	Preta	Solteira	Ensino Médio e Técnico	Vendedora de loja (vínculo informal)	1 sm	Outros

¹¹ Ressalto que as ocupações informadas na tabela não significam que se trata das únicas experiências de trabalho vivenciada por essa juventude. Ao longo da dissertação outras experiências serão evidenciadas.

M ^a Cristina	28	F	Preta	Solteira	Ensino Superior incompleto	Desempregada	Reside só	1sm
Pedro Bala	27	M	Preta	Solteiro	Ensino Médio	Artista periférico (por conta própria) e Ajudante de pedreiro (vínculo informal)	Reside só	- que 1sm
Dionísio	23	M	Preta	União estável	Ensino Médio	Desempregado	1 sm	Desempregado
Cléo	19	F	Preta	Solteira	Ensino Médio incompleto	Babá (vínculo informal)	2 sm	- que 1sm
Vitor	27	M	Parda	Solteiro	Ensino Superior	Programador de Tecnologia (vínculo formal)	2 sm	2sm
Júlia	24	F	Preta	Solteira	Ensino Superior incompleto	Técnica em Tecnologia (vínculo formal)	Outros	Outros
Ivy	19	F	Parda	Solteira	Ensino Superior incompleto	Atendente central de relacionamentos (vínculo formal)	Reside só	1sm
Elis	26	F	Preta	Solteira	Ensino Superior	Fisioterapeuta (autônoma)	2 sm	1sm

Tabela: Perfil sociodemográfico. Elaboração própria

Quanto ao perfil escolar:

- A maioria possui o ensino superior incompleto, quatro concluíram o superior, um é estudante da pós-graduação, cinco possuem o ensino médio e um o ensino médio incompleto:

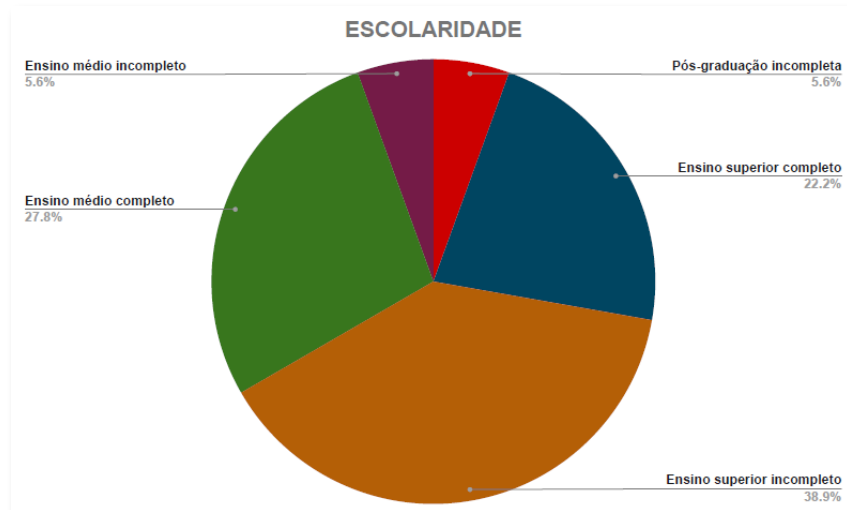


Gráfico 1: Perfil escolar. Elaboração própria¹²

Importa ressaltar que tais dados denotam que se trata de uma parcela da juventude periférica COM ALTO GRAU DE ESCOLARIDADE. E que, diferentemente do perfil de exclusão da juventude no ingresso no mercado de trabalho ou da permanência em postos de trabalhos precários noticiado em outros trabalhos acadêmicos referentes a períodos históricos anteriores, como é o caso da pesquisa realizada por Oliveira (2013), aqui observo um contexto retratado de maior escolarização desacompanhado da inserção qualificada da juventude periférica no mercado de trabalho. Nesse cenário, sublinho que a perspectiva interseccional aponta que os marcadores de classe e raça na cidade de Salvador(BA), como será exposto no capítulo seguinte dessa dissertação, são determinantes na ocupação do mundo do trabalho e problematiza o discurso da empregabilidade quando se trata da população racializada. Para Lélia Gonzalez “todas as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem justamente sobre essas população” (1979, p. 1).

- É uma juventude que em maioria conciliava/concilia estudos com o trabalho, mas houve quem ou só trabalhava, ou só estudava, ou que já não estudava mais,

¹² Na inserção dos dados que coletei na pesquisa de campo nos gráficos pude contar com a ajuda do colega da Graduação e da Pós-Graduação, Gerson, a quem deixo aqui meu agradecimento pelo suporte de sempre.

ou que no momento da entrevista não trabalhava, mas que já havia trabalhado:

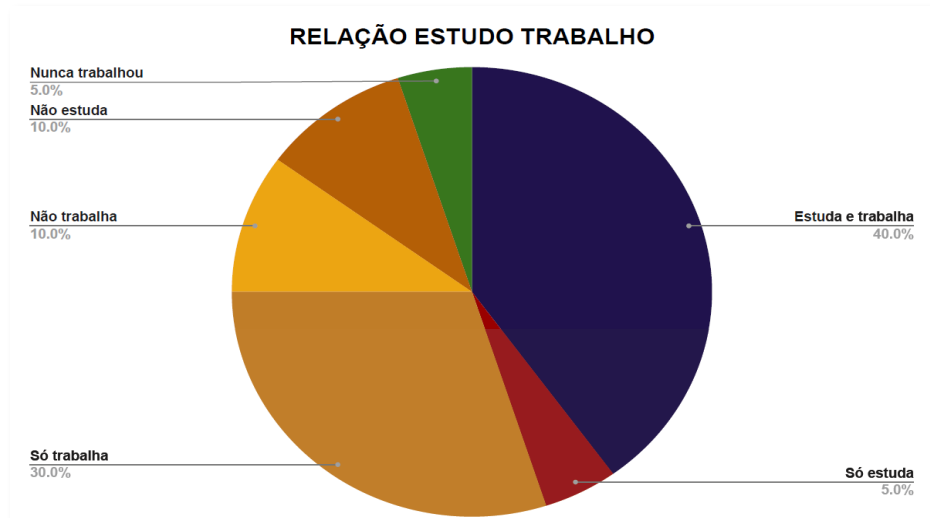


Gráfico 2: Relação estudo e trabalho. Elaboração própria

Por esses dados, são pontos de intersecção na pesquisa os marcadores de geração, raça, classe e escolaridade, os quais serão desenvolvidos com os demais resultados de pesquisa em capítulos específicos.

1.3 Os coletivos de juventude considerados na análise dos dados

Aqui apresento os coletivos de juventude que contatei. E sobre o meu movimento para chegar até eles, bem como a articulação para realizar as entrevistas (local, dia, horário) remeto a leitura para o que expus na “Introdução” e no tópico “1.1.2 Notas sobre a proposta e a fase empírica da pesquisa” dessa dissertação.

Utilizo como fonte primária para a apresentação as transcrições das entrevistas, e como fontes secundárias dados já produzidos por outros espaços acadêmicos e redes sociais das coletividades que dão destaque ao protagonismo juvenil periférico na ação política/social, aos reconhecimentos que fazem e a contribuição na análise da relação que estabelecem entre a religião e a política, assim como a cultura e a política¹³.

Em suas pautas e atuações, os movimentos organizados reconhecem nas suas comunidades a desproteção não só nas relações de trabalho, mas no âmbito social periférico

¹³ Contribuição do professor Antonio Sergio Escrivão Filho na devolutiva do artigo entregue como requisito de avaliação para a disciplina “Direito, movimentos sociais e mundo do trabalho” do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

como um todo. Esta narrativa de desproteção é perceptível de modo vinculado aos marcadores de raça e classe social.

As falas costumam debates sobre a juventude para além de um critério etário, o projeto de vida destas, a precarização da vida e do trabalho, a violência policial e o racismo na periferia (estes três últimos pontos de forma a evidenciar qual o perfil de regulação estatal que sobre a comunidade periférica, como um todo, recai e que evidencia o que Braga (2023) trabalha com o debate sobre a expropriação política), a religião e a cultura como fatores presentes nos discursos e nas vivências coletivas, os direitos de cidadania reivindicados na perspectiva de política pública, o silêncio sobre a reivindicação do Direito do Trabalho enquanto direito social, o lugar do trabalho a partir da coletividade nos movimentos juvenis e as possíveis aproximações ou distanciamentos da articulação com o movimento social e sindical.

Delineado esse panorama, passo a apresentar, de forma sucinta, o histórico e os aspectos que sobressaíram na fase empírica sobre as peculiaridades das vivências laborais da juventude entrevistada e a forma como a pauta laboral é assimilada por tais coletivos. A discussão será desenvolvida em capítulos específicos juntamente com as demais temáticas sinalizadas no parágrafo anterior.

1.3.1 Pastoral da Juventude de Sussuarana

O coletivo Pastoral da Juventude no bairro de Sussuarana, também conhecido como Pastoral da Juventude Comboniana - por serem integrantes da Paróquia São Daniel Comboni, é grupo de jovens de base da estrutura arquidiocesana da Pastoral da Juventude em Salvador (Ba)¹⁴, que por sua vez integra a articulação da Pastoral da Juventude no Regional 3 (Bahia e Sergipe)¹⁵, e que por seu turno faz parte da articulação nacional¹⁶ como organização juvenil coletiva vinculada à CNBB.

Abaixo foto representativa do coletivo do bairro de Sussuarana extraída da rede social facebook¹⁷:

¹⁴ Para verificação da Pastoral da Juventude de Sussuarana como grupo de base da Pastoral da Juventude de Salvador (Ba) conferir: <<https://pjsalvador.blogspot.com/p/mapa-dos-grupos-de-jovens.html>> e <<https://pjsalvador.blogspot.com/p/grupos-de-jovens.html>>. Acesso em 9/6/2024.

¹⁵ Conferir: <<https://pj.org.br/quem-somos/regionais/nordeste-3/>>. Acesso em 9/6/2024.

¹⁶ Conferir: <<https://pj.org.br/>>. Acesso em 9/6/2024

¹⁷ Imagem disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=874072032703661&set=gm.840635436062036>>. Acesso em 9/6/2024.



Figura 2. Fonte: rede social Facebook do coletivo.

A Pastoral da Juventude Comboniana, ou de Nossa Senhora das Dores - como já foi denominada, surgiu em 11 de fevereiro do ano de 2008 com o objetivo de animar os e as jovens da comunidade Nossa Senhora das Dores, pertencente a Paróquia de São Daniel Comboni¹⁸ no bairro de Sussuarana, Salvador (BA).

Além da atuação pastoral no espaço religioso e na comunidade, é típico da coletividade o engajamento com outros movimentos e trabalhos sociais voltados para a juventude e para o bairro de Sussuarana, como os que são ofertados pelo Centro Pastoral Afro Heitor Frisotti (CENPAH)¹⁹ que foi fundado pelos padres missionários combonianos.

A atuação social e política é própria da Pastoral da Juventude no Brasil. Ela é descendente da Ação Católica Especializada (ACE) que aconteceu nas décadas de 1950/60 no Brasil, protagonizada pelas Juventudes Agrária Católica, Estudantil Católica, Independente Católica, Operária Católica e Universitária Católica, que, em um processo dialético, foi caracterizada como radical na conscientização da realidade e suas complexidades, e ao lado dos bispos progressistas e bases progressistas da igreja deram origem à “Esquerda Católica” (Sofiati, 2004).

¹⁸ A informação se encontra na página de um grupo público da rede social, facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/groups/174058209386432/?mibextid=A7sQZp&rdid=GEXtLezCtSKAScWA&share_url=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fshare%2F2zvRGxHjehYzWZ3d%2F%3Fmibextid%3DA7sQZp>. Acesso em 6/6/2024.

¹⁹ Instagram do Centro Pastoral disponível em: <<https://www.instagram.com/cenpah/>>. Acesso em 9/6/2024.

A partir da segunda metade da década de 1960 tais expressões ou desapareceram ou atuaram na clandestinidade e a igreja terminou por reformular suas práticas a partir da Teologia da Libertação (TL), o que a fez se posicionar contra o poder do Estado ditatorial e liberal, fomentar atores baseados em uma ideia de solidariedade de classe e possibilitar a inovação na prática pastoral, a partir de classes populares e valorização das comunidades eclesiais de base, em oposição ao sistema capitalista e as injustiças sociais (Sofiati, 2004). A Pastoral da Juventude em Salvador (Ba) perpetua essa diretriz.

Há no seu sítio eletrônico²⁰ narrativa no sentido que faz parte da identidade da Pastoral da Juventude ações²¹ e inserção em movimentos sociais, em partidos políticos, em movimentos e em organizações populares que pautam a defesa da vida e da dignidade humana, sob a motivação da espiritualidade encarnada e libertadora orientadas pela TL.

Dos achados quanto as pautas levantadas (a não redução da maioria penal, o extermínio de jovens, entre outras.) identifiquei a laboral²², especificamente voltada para o trabalho regulado, na seguinte chamada no ano de 2015:

²⁰ Página disponível em: < <https://pjsalvador.blogspot.com/p/conheca-pj.html>>. Acesso em 9/6/2024.

²¹ Exemplos de ações articuladas pela Pastoral da Juventude, a nível nacional, para serem tratadas nos grupos de base: os ciclos de campanhas de “Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher” (2017-2023); o repensar a formação integral (dimensão pessoal, da integração grupal comunitária, sócio-política, mística e teológica, e metodológica) a partir dos direitos humanos como temática transversal e geradora para se trabalhar as dimensões e a construção do Bem Viver; a Campanha Nacional “Contra a Violência e Extermínio de Jovens” (2009-2015) de grande importância para os dias atuais, tendo em vista a violação ao direito à vida, inclusive, por parte do Estado com a cultura de morte, a Campanha “Diga NÃO à redução da maioria penal” (2009-2015) - ações em repúdio às propostas legislativas em prol da redução da maioria penal, por denunciar o caráter seletivo do sistema penal brasileiro (encarceramento em massa e para alcance da população jovem, pobre, negra e periférica); e a Campanha “A Juventude Quer Viver” (2002-2014) que discute políticas públicas.

²² Imagem disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=622268691207219&set=gm.661700917288823>>. Acesso em 9/6/2024.

 **Douglas Teles**
30 de março de 2013 · 🌐

Saiba como entrar e sair, e mais, descubra seus direitos e deveres se redescubra como um cidadão e como um jovem na sociedade atual!

Antirracismo e Direitos Humanos

Na Onça

Abrindo Caminhos Para Uma Nova Consciência Política e Social

**FORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL
ORIENTAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO**

Desenvolvimento de Carreira
Trabalho
Currículo
Entrevista e Marketing Pessoal
Projeto de Vida



Inscrições e participações inteiramente gratuitas

Informações:
mex.kadba@bol.com
Tel: 71 - 88024753 / 87424257

Realização: 

Figura 3. Fonte: rede social Facebook do coletivo.

No entanto, e como ocorrência única, encontro nessa chamada a interferência neoliberal que se alinha aos conceitos de empreendedorismo com a motivação para o “marketing pessoal”. Entretanto, tal ocorrência não permite, evidentemente, concluir que o coletivo da Pastoral da Juventude em Sussuarana, bem como a articulação da Pastoral da Juventude a nível municipal, regional e nacional adotam pressupostos neoliberais em sua constituição e na sua ação, tampouco que essa seja a sua perspectiva para o mundo do trabalho.

Da análise exploratória das falas dessa juventude (no total foram seis entrevistas) observei que a preocupação em torno do trabalho regulado permanece. Em resposta à pergunta

“Já houve debate nesse espaço sobre juventudes e condições de trabalho?” a pauta laboral é presente na dinâmica da coletividade, pelo que afirma Lara, liderança no coletivo pastoral²³:

Sim, dentro da Pastoral da Juventude nós já tivemos discussões, debates, formações sobre... é... as maneiras de acessar esse espaço de emprego e trabalho e consequentemente alguns relatos sobre as posições de trabalhos atuais de alguns jovens, como eles trabalham, é... alguns dos direitos que eles têm como jovens nesses locais já foram discutidos entre nós.

Todavia, o trabalho informal é uma das peculiaridades nas experiências laborais que a juventude do coletivo relatou, assim como os demais. É uma realidade dada na periferia e no contexto juvenil, mesmo que a preferência seja pela experiência do trabalho regulado. A falta de oportunidade conduz para ocupações como a nova informalidade:

Entrevistadora: A juventude da periferia prefere o emprego com carteira ou outras formas de trabalho?

Lara: Preferência, eu acho que prefere com carteira, mas encontrar é difícil e aí migra pras outras formas de trabalho.

Entrevistadora: Que seriam quais?

Lara: Os informais, entrega de aplicativo que tem muitos... é... é... motorista de aplicativo, que eu conheço, muitos amigos da minha época dirigem aplicativo hoje em dia, porque não tem... é... não achou um meio de entrar no mercado [...]

O debate sobre a informalidade é complexo. Apenas para contextualizar, a forma tradicional compreende “pessoas inseridas em atividades de sobrevivência, de baixa produtividade e desprotegidas do ponto de vista social e dos direitos fundamentais”. Já a “nova informalidade” “advém do processo de reorganização econômica e de redefinição do papel da regulação do trabalho com implicações significativas na estruturação do mercado e das políticas de proteção social” (Krein; Proni, 2010, p. 8).

Nesse sentido, o trabalho de “entrega de aplicativo” se enquadra como uma nova informalidade, a partir da reorganização econômica de exploração capitalista que alija a pessoa trabalhadora de qualquer proteção social. E independente da forma que se apresenta, o cerne da discussão é para a ausência de proteção, especialmente da juventude, no sentido de aproximar a informalidade ao contexto de precarização (Antunes, 2011).

Embora a fala juvenil não aponte a experiência do trabalho pelas formas da nova informalidade como uma narrativa defendida, cabe estabelecer uma ponte com a discussão sobre o neoliberalismo enquanto racionalidade (Dardot; Laval, 2016) que serve de subsídio para políticas estatais e ao modo de produção capitalista, de modo a alavancar a desproteção da classe trabalhadora.

²³ Os nomes das e dos jovens são fictícios.

Outra particularidade que despontou no repertório desse coletivo de jovens e nos demais coletivos toca no problema da falta de trabalho protegido, da existência do racismo e da ausência de estudos como conjunturas que conduzem ao ingresso no tráfico de drogas:

Entrevistadora: O grupo reconhece alguma mazela, alguma opressão, alguma desproteção que afeta a juventude?

Dandara: Sim.

Entrevistadora: Qual(is)?

Dandara: Falta de... de estudo que acabam levando alguns jovens, alguns jovens à... ao tráfico, à falta de emprego, acaba levando alguns jovens, muitos jovens ao tráfico, ao roubo, não que seja justificável, não é, mas... se você for parar pra pensar, é uma... uma coisa que... o sistema trabalha com isso... o sistema não oferece trabalho, não é todo jovem que fica ali persistindo, persistindo, persistindo, infelizmente recebe um convite pra a vida do crime e vai, (inaudível), é o que (inaudível) é o dinheiro fácil, mas é onde ele tem o dinheiro que ele... na maioria das vezes ele pode ajudar a família, ele pode comprar algo que ele queira, que eles for depender do trabalho em si a sociedade não oferece, entre se for um... um... um... jovem da periferia de Sussuarana, por exemplo, negro, e um.. um... jovem também de uma outra periferia de outro bairro, mas uma pela clara, a vaga de emprego na maioria das vezes vai pra da pele clara, entendeu? Tem esse preconceito, tem esse preconceito no... no ensino, se... ele tiver um... um... ensino médio completo o outro tiver o ensino médio incompleto... várias outras coisas... vários outros..., outras questões... que se cobra, mas que ao mesmo tempo que cobra, acaba afetando o... o... desempenho do jovem, o modo de pensar, de agir, nem todo mundo tem aquela vontade “nossa, eu não tenho o ensino médio completo, não vou conseguir um trabalho, vou procurar formar, ter o meu ensino completo”, não... as pessoas não pensam assim, acabam se abatendo, com isso se desanima ou vai pra vida do crime, eu penso assim.

Essa fala evidencia que a juventude denuncia o contorno social do não acesso ao emprego ou que a falta deste impulsiona para experiências com ocupação informal ilícita, o que exprime possibilidades distantes do ingresso no mercado de trabalho regulado e protegido como um possível perfil regulatório.

Especificamente sobre a pauta laboral, os relatos sinalizam que as oportunidades de trabalho que se apresentam para a parcela juvenil da periferia não é a do trabalho protegido, dentro do que o padrão regulatório jurídico firmou como proteção. As ocupações perpassam pelo eixo da informalidade com trabalhos precarizados compreendidos entre a nova e velha informalidade.

É se é por meio do trabalho que as jovens e os jovens da periferia estruturam uma dada condição juvenil ou alguma perspectiva de futuro, tal juventude ilustra o horizonte de não haver condições de se pensar o projeto de vida sem atravessar condições de trabalho precárias e de desproteção social.

1.3.2 Sarau da Onça

O coletivo Sarau da Onça foi fundado oficialmente em 7 de maio de 2011, a partir da aglutinação de outros grupos de jovens em Sussuarana para desenvolver atividades culturais “falar de problemas cotidianos de rejeição, racismo, discriminação e violência contra a população negra” (Anoumou, 2021, p. 13).

Digo oficialmente, pois na pesquisa realizada por Anoumou (2021) um dos fundadores do Sarau, Sandro Ribeiro dos Santos, relata que o início foi durante a sua participação nas formações política e racial promovida pelo CENPAH, que por sua vez deu origem ao coletivo Juventude Negra pela Paz (JNPP) caracterizado por ser um movimento negro católico que reunia lideranças dos coletivos no bairro da Sussuarana. Na verdade, a JNPP é uma denominação própria, mas que na prática correspondia ao que seria a articulação da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) que realizava ações por meio da música e da poesia no bairro (Anoumou, 2021).

O outro fundador do Sarau é Evanilson Alves. Ele participava do grupo Ágape, também de jovens católicos(as) com protagonismo na igreja da comunidade de Santo Antônio, inicialmente para trabalhar a poesia, a dança, o teatro e a música dentro desse espaço. Depois a iniciativa se ampliou para toda a Sussuarana, o que resultou na junção com o Sarau da Onça (Anoumou, 2021).

Por meio da poesia, os jovens e as jovens do e no Sarau da Onça buscavam um sentido e uma visibilidade com os versos construídos “na intenção de conscientizar a juventude sobre a realidade como a violência, o transporte público, a educação, a saúde, a negritude, o amor...” (Anoumou, 2021, p. 98). Ou seja, a pauta aborda os direitos sociais e outras questões humanas.

A seguir foto representativa²⁴ do coletivo retirada da página do instagram “saraudaonca”:

²⁴ Imagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuhtzXQpNLp/?img_index=10>. Acesso em 11/6/2024.



Figura 4. Fonte: rede social Instagram do coletivo.

Ao lado da particularidade das experiências laborais na informalidade, a juventude do Sarau da Onça relatou (no total foram três entrevistas) dado que é reforçado pelos demais coletivos, a presença da violência estatal nas comunidades periféricas. O que também sinaliza o perfil de regulação (o de repressão policial) quanto ao tratamento que as pessoas das comunidades são submetidas, além das carências de outras políticas públicas sociais voltadas para a saúde, para o trabalho protegido, para a informação, para a cultura etc.:

Entrevistadora: Quais as principais dificuldades e desafios que a juventude da periferia enfrenta?

Tiago: Violência policial é uma das principais coisas porque independente se você está trabalhando, se você não está trabalhando, se você é criança, adulto ou jovem você está sofrendo com isso, às vezes muito mais com violência policial do que com a violência dos próprios é, é traficantes que estão dentro da favela que muitas vezes eles só estão lá e tão vendendo, tão prejudicando as pessoas que consome, não mexe com a população e a polícia não, a polícia mexe com qualquer pessoa, chega na favela e mexe com qualquer pessoa, faz mal a qualquer pessoa, então essa é uma das piores violências, mas tipo tem, tem essa questão da saúde que às vezes você não tem um posto de saúde no próprio bairro, um bairro superpopuloso demais, cem mil habitante, você só tem um posto de saúde e às vezes nenhum, é... então você também acesso ao trabalho que é só praticamente o informal, então é que acho que só ficou quase tudo, risos, em relação à políticas públicas com tudo, porque essas políticas públicas se você pergunta para um jovem da favela ele não vai saber o que é uma política pública, então... a gente... é uma outra violência que é a falta de acesso à informação, então só ficou bastante coisa, falta de acesso à cultura que normalmente só, só tem no centro da cidade, Sussuarana é uma exceção porque tem o sarau da onça e tem outras instituições tanto de igreja quanto é... de tipo grupo de jovem que faz um grupo de valsa, então tipo... tem, hoje em dia tem muito mais, isso porém é tudo de forma individualizada, de forma individualizada não, tipo sem ajuda do Estado, sem ajuda de governo, nem nada, é mais... é a gente... é nós por nós entendeu?

Essas nuances identificam que a pauta laboral não é a única assimilada pelo Sarau da Onça e demais coletivos investigados. Não é reivindicada pela perspectiva de direito ao trabalho e não é potente no sentido de ser aprofundada pelo debate das condições de trabalho (muito porque o segmento juvenil percebe que ela é apropriada pelo sindicato e este, por sua vez, não se envolve em pautas comunitárias). Ou seja, no repertório juvenil há todo um contexto social de periferia que é problematizado, prioritariamente e reivindicado como política pública, antes das condições de trabalho.

A problematização ocorre de forma coletiva, pois a juventude entrevistada se insere em movimentos organizados, em suas respectivas comunidades de periferia, os quais se debruçam sobre temáticas sociais e comunitárias, a seu modo religioso e cultural. Além disso, é um espaço de sociabilidade que propõe a emancipação da juventude por uma perspectiva histórica e decolonial.

Para Ayana, há uma conexão entre o contexto histórico brasileiro da escravidão e a ideia de trabalho e exploração que, na prática, perpetua atualmente:

Entrevistadora: Pra você o que o espaço do Sarau busca?

Ayana: O sarau busca esclarecer, ajudar, os jovens a compreenderem né os seus locais de espaço e principalmente a entenderem quem são, porque assim, nos colégios infelizmente são passados umas, uma população negra, mais ainda um negro colonizado, é tanto que essa questão assim de cor, né? Não é muito abordada dentro do colégio, História, História geralmente a gente estuda a parte da escravidão né, do... da princesa Isabel que libertou a abolição, a abolição que nunca existiu, que hoje em dia tem muitas pessoas que trabalham aí... por exemplo mercado, lojas de roupa, que num deixa de ser uma escravidão, porque você abre mão de muitas coisas, de seus direitos pra poder conseguir conquistar aquilo que você necessita, entende? É como se fosse uma moeda de troca, você vai ter que trabalhar tais horários pra mim se você quiser receber tal coisa em favor, então esse é o ideal do sarau, de chamar principalmente a juventude negra, dizer “não, vocês conseguem, tem esses caminhos aqui que a gente vai te mostrar, a gente vai te ajudar nesses quesitos, compreende?”. É isso, é de formar né, de formar a juventude.

Entrevistadora: Sobre o que se conversa nesse espaço de sarau do bairro?

Ayana: De reconhecimento mesmo de fortalecer os ideais, principalmente de se autodeclararem pretos e pretas.

Nessa pretensão emancipatória é perceptível as categorias do afeto e do acolhimento, como elementos de coesão que reforçam os laços de solidariedade, para além do que seria o elo que integra a coletividade e que faz surgir representações coletivas (como é caso dos sindicatos e dos movimentos sociais). Se trata do sentido semântico do ser solidário(ria):

[...]

Ayana: É, solidariedade geralmente está atrelado a questão de ajudas né? É justamente nesse quesito de ajuda que eu tou ainda assim, mas acredito que tenha, ter esses momentos aí de solidariedade.

Entrevistadora: Essa solidariedade seria com relação ao quê?

Ayana: Ajudar o próximo justamente nessa questão de formação, por você abrir o olho de outra pessoa e de chegar assim chamar a pessoa e dizer, chamar no sentido de que do que tá sendo ofertado pra pessoa né, pras pessoas em si, tocar em cada um e tipo

realmente “eu sou uma pessoa negra, eu tenho que lutar por isso, é o que eu acredito”, compreende? É nesse sentido de ajudar, de tocar, e de fazer você realmente entender quem é que você é.
[...]

Por esses achados, a juventude do coletivo aponta opção política contra as opressões e as mazelas sociais. E, sem intenção, se posiciona contra a própria racionalidade neoliberal que permeia a intersubjetividade da costura social ao incutir a lógica da individualidade em disputa com o fundamento da solidariedade, o qual embasa a ação coletiva, as formas de sociabilidade e a própria ideia de comunidade.

Sobre a construção do vínculo de solidariedade, a análise dos dados aponta para o raciocínio que os coletivos periféricos de juventude sugerem aproximações com outras articulações coletivas que ilustram a concepção de sujeito coletivo e encabeçam repertórios de lutas em busca de direitos, como o movimento social e os sindicatos:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

Ayana: É o sarau, o coletivo pega a visão né, é... o coletivo pega a visão que eu, eu organizava junto com as meninas aqui, as batalhas que aconteciam, tem um movimento também de mulheres pretas que a gente se reunia pra tentar fazer projetos voltados para as mulheres aqui no bairro né, mulheres pretas aqui no bairro, pra gente poder angariar fundos para ambas né, essa questão de ajudar em projetos, abrir suas empresas etcéteras, fora os movimentos da igreja, das pastorais também, juventude, pastoral afro.

Entrevistadora: E sindicato?

Ayana: Não, risos.

Entrevistadora: A próxima pergunta seria se você via alguma semelhança entre esses movimentos que você citou com o movimento social ou o sindicato, mas acho que você já respondeu.

Ayana: Risos, ambos todos estão em busca dos seus direitos né.

Todavia, a análise qualitativa sobre a aproximação do coletivo com o sindicato se apresenta de forma dividida, o que farei esforço para evidenciar no subtópico a seguir com a apresentação do coletivo Crias da Mata.

1.3.3 Crias da Mata

O coletivo Crias da Mata é composto por moradores do bairro da Mata Escura de diversos perfis, como dançarinos, artistas de rua, articuladores políticos, jovens universitários, poetas, cantores que promovem, semanalmente, o Sarau Crias da Mata (Queiroz, 2022). Atualmente se encontram no Colégio Estadual Professora Marilene da Silva, localizado no final de linha da Mata Escura.

Adiante foto representativa²⁵ do coletivo retirada da página do Instagram “col_criadamata”:



Figura 5. Fonte: rede social Instagram do coletivo.

Sobre esse coletivo sinalizo que procurei produções acadêmicas para situar a sua história e a sua formação enquanto coletivo, mas não encontrei dados para além dos que estão postos nas entrevistas que realizei. Inclusive, a ausência de referência é característica do tipo de coletivo social e espontâneo que eu analiso e essa questão não é um impeditivo da análise empreendida nessa pesquisa.

O sarau Crias da Mata parte da experiência do Sarau da Onça, registro que identifiquei na entrevista com Abdias “o sarau Crias da Mata surge a partir do Sarau da Onça”. Aquele sinalizou o intuito de proporcionar atividades formativas para os participantes no movimento artístico:

“[...] toda atividade tinha que ter formação, toda atividade tem que ter formação antes da atividade, o sarau nunca é só o sarau, é... é uma roda de conversa, Crias da Mata, sempre tem uma roda de conversa, assim como o Sarau da Onça também que sempre tem um roda de conversa, é bem difícil dizer assim “é sarau e é só sarau”, a maioria das vezes é sarau, mas vai ter roda de conversa com tal pessoa, porque entende que é necessário essas vozes [...]”

²⁵ Imagem disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BtJEGtTBEiq/>>. Acesso em 27/6/2024.

O objetivo do sarau perpassa “[...] a formação de um letramento periférico, de um letramento racial pra os meninos, uma outra perspectiva, [...] entender também que existem rede de apoio e que cada pessoa daquele sarau pode ser uma rede de apoio.”

O coletivo de periferia se desafia a cumprir um papel social, político, formativo de forma crítica sobre as questões do cotidiano e do social que se apresentam como mazelas, opressões e desproteção:

Entrevistadora: O grupo reconhece alguma mazela, alguma opressão, alguma desproteção que afeta a juventude?

Abdias: Sim, sim

Entrevistadora: Qual(is)?

Abdias: Pow, é mesmo, agora eu fiquei sem... risos, a violência social, éééé aaaa, a educação altamente sucateada, transporte, falta de emprego qualificado pra essa juventude, é, inclusive a luta do sarau era... era que o lixão era do lado do posto de saúde, o posto de saúde não funcionava, então pow tem toda essa treta que o sarau conseguiu junto com vários grupos culturais e várias outras pessoas da sociedade civil que não se consegue fazer nada sozinho, sabe? Nunca é uma luta só quando se fala disso, é um... a, a... quem resolve é quem tem a caneta, mas a caneta não quer resolver, tá ligado, quem tem a caneta não quer resolver, então assim, todos esses atravessamentos é... LGBTQIAPfobia, é todo esse dis... é assim, todo enfrentamento que toda a sociedade enfrenta dentro das comunidades é ainda mais potencializados, esses atravessamentos sociais.

Entrevistadora: Enquanto liderança você reputa que os jovens ao fazer esses reconhecimentos eles tomam consciência de possíveis ausências ou violações de direitos?

Abdias: Sim, sim, sim, acho que o sarau, os saraus, o sarau em si ele desperta esse senso crítico, esse senso de pensamentos, esses sentidos... é, é a única coisa que a gente consegue fazer efetivamente é tirar o band-aid da ferida, sabe? Em dizer assim “óh, isso aqui tá doendo, mostra aí, você não tá sentindo essa dor não? Olha aí direitinho.”, “esse aqui não tá doendo, você tem certeza?” e aí, a partir disso, a pessoa “opa, tá doendo”, e agora, como é que a gente pode fazer? E aí vem as formações, podemos procurar isso, isso e isso, porque não é fácil e não vai conseguir uma pessoa só, vai ter que ser todo mundo.

Da análise das falas da juventude entrevistada houve quem tenha estabelecido equivalentes entre os movimentos juvenis da periferia, o movimento social e o sindicato, no que concerne à vontade de transformação da sociedade, melhores condições de vida, além da reivindicação de direitos e formação de identidade. Todavia, por outro prisma, há relatos que externalizam a compreensão do sindicato como uma organização fechada quanto ao repertório de luta:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

Júlia: Não, risos.

Entrevistadora: E de sindicato, já participou?

Júlia: Também não.

Entrevistadora: Você vê alguma semelhança ou diferença do Crias com o movimento social?

Júlia: Há semelhanças, acho que o movimento social parte dessa organização né em torno de conquistar um objetivo em comum, então por exemplo, o movimento negro tem um objetivo, o movimento LGBT tem um objetivo, então o Crias também tem o seu objetivo e tá se organizando enquanto a isso, então, acredito que sim.

Entrevistadora: E com relação ao sindicato?

Júlia: Acho que sindicato é uma coisa muito mais formal assim da coisa sabe? Parece tudo muito burocrático, acho que quando eu ouço a palavra sindicato vem aquela coisa é uma organização muito mais burocrática do que um movimento social, não que o movimento social não tenha os seus regimentos, suas questões a cumprir, mas eu sinto essa questão quando se fala de sindicato.

Esse distanciamento sinaliza a dificuldade da estrutura sindical em estabelecer diálogo com a juventude que não se encaixa no contexto de trabalho assalariado, mas que não deixa de compreender a classe trabalhadora e a sua luta. E no caso da juventude periférica, principalmente, pois são pessoas que iniciam a vida laboral desde muito cedo ao ponto de ilustrar a repetição de um ciclo de pobreza e de perda de parte de sua juventude, enquanto critério etário:

Entrevistadora: Com quantos anos você começou a trabalhar?

Vitor: Dezoito, mas com carteira assinada?

Entrevistadora: A trabalhar.

Vitor: Ah, quatorze, quinze anos.

Entrevistadora: E seus pais?

Vitor: Meu pai também foi mais ou menos com essa idade, quatorze anos, minha mãe também foi por essa idade também.

Sobre tais impasses Andréia Galvão discorre acerca da necessidade de ampliar “a base social do sindicalismo, incorporando precários, mulheres, jovens, negros, imigrantes; de incorporar novas demandas” (2021, p.3). Contudo, pontua a dificuldade frente ao contexto neoliberal de captura da subjetividade da classe trabalhadora, mas que, por isso mesmo, um novo perfil é crucial e urgente para evidenciar “condições objetivas e subjetivas dos distintos setores das classes trabalhadoras” (2021, p. 4).

De outro ângulo, cabe refletir por qual razão a juventude tem se distanciado ou mostrado aversão ao sindicalismo e se há correspondência entre as questões acima, pois o espírito de reivindicação persiste na fala juvenil periférica, a necessidade de ação:

Entrevistadora: Para você o que significa ser jovem?

Abdias: É ser criativo, ser revolucionário, é pensar fora da caixa, é querer viver, é ter o sentido pela vida sabe? É querer saber o que é a vida na verdade, então assim... agradeço muito a quem viveu, inclusive agradeço a todos que viveram antes de mim, todos que... que são mais velhos, todos que fizeram com que eu possa tá pisando, mas hoje é minha vez de pisar e fazer algo diferente pra quem tá vindo atrás, então apesar da juventude não ser respeitada né, a juventude em si não é respeitada, mas ainda assim somos nós que hoje tamos segurando o país, tá ligado? Como meu pai na época dele segurava o país, porque quem segura realmente o país não é... não são os mais velhos, os idosos né, dizem que um idoso é como se fosse cem bibliotecas, eles são fonte pra quê a gente beba e venha pra luta, mas a luta deles já passaram, então esse momento agora é nossa luta, é nossa vez, é nossa cara, e aí...

Ainda sobre esse distanciamento entre a estrutura sindical e a juventude trabalhadora a pesquisa de campo, pela análise qualitativa, indica que a pauta da juventude da periferia em torno do trabalho como um todo é sobre trabalhar. A impressão é que a discussão sobre o direito

ao trabalho e o acesso ao trabalho tem prevalência sobre o trabalho digno ou o trabalho protegido.

Além disso, falta espaço para esse diálogo, o que sugere a necessidade de articulação e interesse do sindicato por movimentos juvenis de periferia para um possível trabalho de base, como uma via de construção de um outro repertório diverso do tradicional (relação de trabalho assalariada):

Entrevistadora: A juventude do seu bairro ou da periferia se preocupa com a questão do/a jovem e do trabalho?

Júlia: Não, eu acho que a pauta é trabalhar, mas não é uma pauta que é discutida, ah muito essa impo... essa questão de fazer né, eu preciso fazer o meu nem que... pra fazer o meu você também consiga fazer o seu, a gente vai fazer juntos, mas essa questão da discussão... eu acho é... eu não sei se há uma... as pessoas esperam espaço pra que isso aconteça e como esse espaço não existe, isso não é feito né, também não tem, não se sentem na necessidade de criar um espaço, mas acho que falta muito esse diálogo mesmo sabe?

Certo é que a construção de outro repertório pode revisitar a ideia de comunidade e solidariedade para pensar além de um contexto de trabalho formal, principalmente porque as dinâmicas de estruturação e reestruturação das forças entre o capital e o trabalho são constantemente reinventadas.

CAPÍTULO II – JUVENTUDE, PERIFERIA E TRABALHO

1.1 Juventude, projeto de vida e campo de possibilidades: a periferia como lugar social

A concepção de juventude que utilizo nessa pesquisa ultrapassa o critério biológico e o critério etário²⁶. Se alinha à proposta de Oliveira, de que se trata de uma categoria social, cujos aspectos que orbitam dizem muito sobre a condição juvenil:

[...] de uma construção histórica e social que remonta a um determinado momento do ciclo da vida, caracterizada por determinados valores, atitudes e práticas, cujos sentidos e formas de reconhecimento se alteram ao longo do tempo e se diferenciam de acordo com as configurações socioculturais de cada sociedade ou país. Assim, os dispositivos de fabricação social da juventude, sejam políticos, administrativos, ideológicos, sociais apresentam certa variabilidade de acordo com os contextos sociais, e é neste campo de batalhas que a sociedade constitui e atribui um significado à condição juvenil. (2016, p. 34)

E, sobre a condição juvenil, é preciso considerar que a significação não se apresenta de maneira uniforme para a toda a juventude na cidade de Salvador (BA). Quando se trata do segmento juvenil residente em bairros periféricos, por exemplo, há particularidades que diferem do contexto da juventude situada em regiões centrais da capital.

A literatura clássica liberal assimila o espaço periférico como “favelas”, caracterizadas como “[...] um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, doença, pobreza e vício [...], lugar onde um ‘resíduo’ social incorrigível apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento” (Davis, 2006, p. 33).

Embora muitas dessas adjetivações, de cunho moral, hoje sejam confrontadas com movimentos de desconstrução, inclusive com a própria ressignificação do termo Favela²⁷ e reconhecimento das pessoas que lá vivem a partir de seus diferenciais²⁸, as características como “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia” continuam (Davis, 2006, p. 33).

²⁶ Para fins legais, no Brasil, o §1º do art. 1º da Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) dispõe que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. As Nações Unidas também adotam essa faixa etária.

²⁷ Exemplo disso é a retomada da utilização do termo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística após discussão com movimentos sociais, atores acadêmicos e órgãos do governo, no intuito de imprimir respeito as pessoas que vivem na favela e integralizar essas localidades como parte da cidade. Tal posicionamento está disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-retoma-termo-historico-para-censos-e-pesquisas>>. Acesso em 12/10/2024.

²⁸ O livro “O diferencial da favela” lançado pelos e pelas jovens artistas do Sarau da Onça traz arranjos poéticos e de contos que rejeitam a narrativa racista e opressora propagada sobre a população que reside na “quebrada”.

Todavia, se tais caracterizações servem, de um lado, para a permanência de estigmas sobre o espaço periférico, de outro, servem para evidenciar a ausência de condições mínimas de cidadania nessas localidades.

No caso dos bairros periféricos de Sussuarana e Mata Escura em Salvador (BA), especificamente, a juventude apontou os marcadores de classe social e raça como elementares para analisar a condição juvenil da e na periferia, assim como para identificar experiências juvenis que são peculiares (qual o tipo de lazer que acessam, qual o tipo de educação, qual construção cultural adotam/estimulam/criam, quais oportunidades de trabalho conseguem alcançar, a partir de qual idade começam a trabalhar, quais projetos de vida conseguem estruturar).

Júlia, que compõe o coletivo Crias da Mata, por exemplo, quando indagada sobre o que significa ser jovem, imprime a ideia de que seriam as possibilidades de viver, mas que, na sua realidade de jovem de periferia com muitas responsabilidades, nem sempre são possíveis:

Eu acho que... jovem é ter... possibilidade de viver assim... sabe? Por exemplo, tem gente que fala assim “eu vou viver a universidade”, eu não tive a possibilidade de viver a universidade porque eu tinha outras demandas, demandas da vida adulta talvez sabe? Então eu não me senti, eu não me sinto jovem na universidade, eu não consigo ver a universidade, eu não me sinto muitas vezes jovem na vida porque eu tenho outras responsabilidades, tem que dar conta de outras coisas então... tenho vinte e três anos, vou fazer vinte e quatro daqui há alguns dias, mas ainda sinto um peso muito grande nas minhas costas, então... não tão jovem assim, risos.

Esse recorte com a ideia de “possibilidades de viver” instiga a reflexão de quais possibilidades de vivência são plausíveis dentro das condições de vida que a juventude periférica experimenta. Por isso, a intenção é não delimitar o conceito de juventude de forma objetiva para poder alargar e não sufocar aspectos sociais que implicam na condição social dos e das jovens, pois segundo Ramos:

[...] a juventude é uma condição compartilhada de forma coletiva, que vai além de meros limites etários que, embora definidos com base no desenvolvimento biológico e/ou psicossocial dos indivíduos, não expressam realmente as diversas situações sociais nem os significados por estas produzidos, bem como sua influência na configuração das sociedades modernas e contemporâneas. (2018, p. 55)

Nesse sentido, incluo no debate a ideia de projeto de vida com respaldo na construção teórica do “campo de possibilidades” desenvolvida por Velho (2003), para fins de análise sobre qual projeto é viável para a juventude da periferia, considerando os aspectos de suas vivências laborais e seu contexto comunitário, sem desconsiderar os seus anseios e os desafios que enfrenta.

As autoras Michele Sousa e Maria Alves assinalam o projeto de vida para além de um planeamento. Seria uma imbricação sobre a “condição social, os valores, os espaços e instituições em que o jovem convive e que vão dar suporte aos jovens nas suas condutas e escolhas presentes e futuras, traçadas dentro de seu campo de possibilidades” (2019, p. 4).

O campo de possibilidades, por sua vez, seria a “dimensão sociocultural, espaço para a formulação e implementação de projetos” (Velho, 2003, p. 40). Nele comporta “família, trabalho, religião, lazer, opções políticas, entre outros” (Velho, 2003, p. 79) como aspectos de influência. Com esse entendimento é que busco alinhar para correlacionar a essencialidade do trabalho com a construção do projeto de vida da juventude de periferia.

Sobre o lugar da periferia em si, a juventude dos coletivos da Pastoral da Juventude de Sussuarana, do Sarau da Onça e do Crias da Mata nos bairros periféricos já citados discorreu experiências com a violência policial, com a prática do racismo e com a vivência ou proximidade com espaços religiosos²⁹.

Os relatos juvenis evidenciam que a população jovem periférica é tratada pela força policial e, portanto, estatal, com práticas violentas que se associam, também, a práticas racistas. Estas conformam a regulação do social a partir dos marcadores de classe e de raça. É o que ilustra a fala de Pedro Bala, integrante do Crias da Mata, ao ser indagado sobre as dificuldades e desafios que a juventude de periferia enfrenta:

Além da opressão policial, o descaso, porque na maioria das vezes jovens periféricos são pretos, tá ligado? São pretos, são discriminados, tanto pela polícia como os governantes e tal, é um sistema muito opressor, tá ligado? É bem opressor mesmo que acaba às vezes anulando e rancando o sonho de várias galera assim da comunidade, da favela e tal, é um bagulho muito absurdo e muito desumano o que o sistema em si faz com a juventude na periferia.

Marcelo, participante da Pastoral da Juventude de Sussuarana, endossa a experiência comunitária como regulada por condutas violentas que partem do aparato policial:

[...] a questão muitas vezes como a polícia age dentro das comunidades [...] violência que acho que é o maior desafio que acontece pra todas as juventudes no Brasil, que a polícia muitas vezes ela chega dando tiro de aviso como eles chamam, sem perguntar nada, e primeiro atira pra depois perguntar e acho que é isso o maior desafio mesmo que a nossa juventude enfrenta, tanto aqui no bairro quanto em qualquer outro bairro periférico.

Essa regulação, que pode ser compreendida como a prática de um determinado padrão de tratamento da população periférica por parte da força policial, através da violência,

²⁹ Outros aspectos, além da violência policial, do racismo, da vivência e da proximidade com o espaço religioso serão desenvolvidos em outros subtópicos e capítulo, de modo a também contribuir para a reflexão sobre qual o projeto de vida é viável para a juventude de periferia.

demonstra que a juventude e a população periférica estão imersas no cenário de precarização social que se desdobra em outras experiências além do trabalho, pois sequer há respeito pela condição de cidadãos.³⁰ Denota, ainda, que o perfil regulatório pela violência não é novidade (a forma de exercício de poder e opressão se mantém ou se reinventa).

Mariana Côrtes (2022) é cirúrgica em sintetizar as marcas da violência no histórico brasileiro:

[...] O Brasil foi formado sob marcas da violência: o empreendimento colonial de extermínio, domesticação e conversão dos povos nativos; a empreitada transnacional de escravização das populações africanas; os laboratórios de experimentação dos estados de exceção das ditaduras militares; os esquadrões da morte que funcionam como organizações ao mesmo tempo estatais e paraestatais, o trabalho sujo dos bandeirantes, jagunços e milicianos; a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, moradia e demarcação de terras indígenas; o aparelho penal-punitivo e o encarceramento que produz uma máquina de marginalização; as modalidades de expropriação do trabalho; a agressão doméstica que mata, viola e humilha as mulheres; o racismo estrutural que demarca os horizontes de vida, sobrevivência e morte dos pretos; a cólera simbólica e física contra os sujeitos LGBTQIA+. [...] (p.717)

O estigma da periferia como um lugar de violência também é um dado na pesquisa de Anomou (2021) igualmente desenvolvida com a juventude do Sarau da Onça, na Sussuarana. Ele afirma que os articuladores do coletivo pretendiam (2021, p. 83):

[...] a desestigmatização do bairro Sussuarana e a continuidade da resistência contra o racismo e a discriminação, ou seja, por um lado, procurava-se ressignificar a periferia a partir de Sussuarana, mostrando que nas periferias existem não somente a violência e a criminalidade, mas também uma multiplicidade de artistas, poetas e ativistas. Por outro lado, o surgimento do Sarau pretendia fazer ecoar a voz silenciada da juventude negra periférica.

Com essas intenções pensou-se o Sarau para que “uma ação ao redor da arte e dos (das) jovens locais poderia contribuir para mudar a imagem que associava Sussuarana à violência e ao tráfico de drogas.” (Anomou, 2021, p. 91).

A amostra empírica que obtive conflui com os resultados da pesquisa citada.

Os jovens e as jovens compreendem que há uma construção em torno da periferia e da juventude periférica que a “qualifica” como espaço e pessoas “marginais”. Lélia Gonzalez

³⁰ A violência e o extermínio da juventude negra não é um ponto que será desenvolvido nessa dissertação, embora seja indiscutível a necessidade do debate dada a tamanha relevância dos dados de violência e de morte da juventude negra. No entanto, não posso deixar de aproveitar o espaço da pesquisa acadêmica para denunciar e registrar um episódio de violência policial que ocorreu durante a escrita dessa dissertação e que envolveu diretamente um jovem negro de minha família, o qual foi “por engano”, de forma truculenta, abordado e agredido, de uma só vez, por três policiais na cidade de Caculé, interior da Bahia, consoante divulgação disponível em: <https://www.instagram.com/p/C_GhDi2uh1n/>, acesso em 12/10/2024. Além do tom de protesto, o objetivo do registro é ressaltar que o padrão de tratamento por meio da violência policial/estatal se estende de ponta a ponta, da periferia da capital até a cidade interiorana no estado da Bahia, e que reforça a aproximação das opressões sociais existentes na periferia da capital e nas cidades do sertão, como já sinalizado na introdução da dissertação.

afirma que “De acordo com a visão dos policiais brasileiros “todo negro é um marginal (thief) olvidando que se trata de um território que externaliza opressões sociais e onde se verifica uma “privação de direitos básicos de cidadania” (Ramos, 2018, p. 18), ao ponto de configurar para o segmento juvenil um desafio, uma dificuldade que reflete, principalmente, nas tentativas de acesso ao mercado de trabalho (inclusive, há aqui uma abertura potente para aproximação e diálogo do movimento sindical com a juventude para amadurecimento e enfrentamento das dificuldades no acesso ao trabalho regulado, considerando os marcadores de classe e raça).

Ayana (Sarau da Onça) e Cléo (Crias da Mata) posicionam leituras nesse sentido:

Ayana: Bom, primeiro por ser jovem periférico né, essa questão de periferia, querendo ou não, chegando antes de qualquer coisa, a questão também da raça né, de como você se considera, porque eu sou uma pessoa preta, posso ter mil qualificações em meu currículo, mas você que é branca pode não ter nada, mas simplesmente por você ser branca você vai conseguir aquele local de espaço que eu por ter mil especificações não vou conseguir [...].

Cléo: maiores desafios acho que... ser visto como pessoa diria sabe? Acho que rola muita discriminação com o pessoal da periferia, [...] às vezes pela aparência, pelas gírias assim e tals, então, a galera da periferia nem sempre tem as mesmas condições, as mesmas oportunidades de outras pessoas, sabe? Então, por exemplo, agora, eu tô entrando no mercado de trabalho agora e, e, eu tô correndo atrás de saber como se portar numa entrevista e tipo assim, agora que tô descobrindo que meu cabelo crespo não é bem visto, sabe? [...] é... eu trato meu cabelo crespo de forma muito livre e agora eu só vejo que... eu tratar esse tratamento com meu cabelo não é bem visto em um mercado de trabalho, por exemplo, é... eu, eu tava conversando com uma amiga agora que ela tem um cabelão né, cabelo crespo enorme, e ela falando “pô amiga, toda entrevista que eu ia de cabelo solto não era contratada”, então nas entrevistas que eu já fui... de trança eu era até relevada, sabe? [...]

A implicação do lugar periférico e da questão racial no acesso ao mercado de trabalho demonstra uma regulação excludente. É parte do campo de possibilidades que essa juventude se depara quando tenta acessar, alcançar o trabalho regulado. É ainda uma dificuldade de o situar como um pilar importante na estruturação do projeto de vida.

Nesse sentido, Lélia Gonzalez ressalta que “Quando se trata de competir para o preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos” (1979, p. 2). Indo além, no seu entendimento “Graças ao Racismo e às suas práticas, essa juventude encontra-se numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer” (1979, p.3)

E, considerando que “o trabalho é um suporte central nas trajetórias juvenis” (Oliveira, 2016, p. 34), principalmente para a juventude de periferia que trabalha, é possível inferir que há uma dificuldade de construção de um projeto de vida pelas e pelos jovens que não atravesse caminhos de dificuldades e de confronto com os preconceitos sobre a sua localidade, suas

linguagens e seu tom de pele, assim como com a precarização nas relações de trabalho (esse aspecto desenvolverei em subtópico adiante).

Tais nuances indicam a condição juvenil na periferia e reafirmam a centralidade do trabalho, pois se trata de uma juventude que busca o trabalho regulado. Ela integra a classe trabalhadora e evidencia o quanto o marcador da raça e o marcador da classe social atravessam suas trajetórias juvenis, inclusive, na tentativa de acesso ao mercado de trabalho regulado que, no atual contexto, é problematizado pelas condições que precarizam as relações laborais e que se soma a perpetuação histórica do desemprego estrutural.

Dionísio (Crias da Mata), Dalila (Sarau da Onça), Luffy (Pastoral da Juventude) e Helena (Pastoral da Juventude) trazem, também, entendimentos sobre as características das pessoas que moram na periferia e a própria localidade periférica como um significado de demérito:

Dionísio: Além da marginalida... da... da marginalização que a so... que a periferia sofre, é não ter uma estrutura decente para poder um jovem crescer dentro do nosso da... dentro da sociedade, porque a partir do momento que ele já cresce numa...numa periferia ele já tá condenado, ele já... ele já recebe o estigma da marginalidade né, então, tem todo esse preconceito e ainda não tem uma estrutura decente, não tem uma educação de qualidade, não tem uma saúde que qualidade, no caso o posto de saúde nem sempre são bons para atendê-los, e é isso.

Dalila: [...] a questão da discriminação, né? Do jovem da periferia ser taxado sempre como marginal, né? Ainda mais sendo um homem negro eu acho que fica mais ruim. É, por exemplo, quando... quando sempre passa no jornal as confusões que tá tendo aqui na Sussuarana, isso dificulta, eu acho que dificulta bastante, não é?

Luffy: Marginalização, preconceito, racismo, é... as pessoas veem a periferia como um lugar onde só tem coisa ruim, as pessoas vão para a periferia... acham que é um lugar onde só se cria bandido, as pessoas tem que parar pra pensar e observar que na periferia tem muita gente de bem, tem coisas muito boas, muitos talentos, muitas pessoas que não tiveram oportuni... oportunidade de estudar, mas que tem muito conhecimento, às vezes até além de pessoas que estão estudando. Percebo pessoas que tem muito talento, mas que não tiveram oportunidade de estudar. A periferia é... uma escola, você aprende a lidar com tudo desde cedo. Tem a questão é... de... de emprego, que às vezes é... não só... eu digo não só o emprego, porque emprego é difícil de arrumar mesmo, pra gente que veio da periferia, mais difícil de arrumar, mas... é... eu falo conjuntura familiar, às vezes a pessoa... é, o jovem precisa ajudar em casa, porque às vezes a conjuntura... a conjuntura familiar e o salário da família não comporta a quantidade de pessoas que moram na mesma casa, então para ajudar às vezes o jovem precisa trabalhar e... isso às vezes acaba sendo um impedimento pra os estudos [...].

Helena: [...] ah, eu acho que são as portas também, porque tem o julgamento, tem o preconceito de onde mora.

Entrevistadora: Portas do quê exatamente?

Helena: Eu acho de oportunidades como eu sei... como a gente tá falando de trabalho... porque também tem a questão do morar perto, tem a questão do julgamento do lugar, tem que não gostar que vem de lá, já tem aquela... aquela (inaudível) de onde você mora, e às vezes a pessoa tem até vergonha de dizer onde mora, eu mesmo não falo direto de onde... o bairro onde eu moro [...]

Contudo, é perceptível que as construções de estigmas dificultam e tentam ocultar a leitura da localidade periférica como um lugar social e de expressões juvenis potentes para às pautas de confronto às opressões na comunidade em que vivem em um processo dialético. Essa demonstração é feita no próximo capítulo.

Renata Ramos defende que a compreensão dos estigmas que recaem sobre a parcela juvenil periférica necessita partir da análise “da estrutura de relações nas quais está inserida”. A autora entende que a “estigmatização é fruto das relações entre grupos”, “um grupo estigmatizante” e um “grupo estigmatizado” e que a própria denominação de “jovem da periferia”, por si só, já insere um estigma (2018, p. 26, 27).

Esse raciocínio ajuda a corroborar as falas juvenis e suas formas de expressão como parte de vivências no contexto em que estruturas de poder (e pessoas) regulam e delimitam as perspectivas de vida das jovens e dos jovens da periferia.

Na pesquisa, a religião também surge como marcador nas comunidades periféricas e como espaço de sociabilidade, tanto para os e as jovens da Pastoral da Juventude, como para os e as jovens do Sarau da Onça. Ambos os coletivos se situam no bairro de Sussuarana, Salvador (BA).

De acordo com a pesquisa de Anomou (2021), o Sarau da Onça tem raízes no espaço religioso da igreja católica que reuniu fé e prática social para resistência às mazelas e para tentativa de contorno ou superação dos efeitos dos estigmas assinalados acima:

[...] o Sarau da Onça que surgiu com a juventude católica ligada, principalmente, ao CENPAH. São jovens que, de um lado, participavam das comunidades católicas e, de outro, vivenciavam a sua fé na sociedade lutando contra a discriminação e o racismo. Conciliando a fé e as realidades sociais, esses (essas) jovens estavam dando continuidade às propostas da Pastoral Afro Brasileira. Na paróquia, eles (elas) continuavam a se encontrar no grupo Ágape; no bairro, no grupo JNPP. (p. 94)

Como um dos coletivos que fez parte da coleta de dados nessa pesquisa se aproxima diretamente do contexto religioso, no caso, a Pastoral da Juventude de Sussuarana, a presença da religião é um elemento importante da experiência juvenil, e por isso mobilizo possibilidades de leitura em outras experiências análogas.

É o caso da pesquisa empírica desenvolvida por Braga (2023), que retrata o aspecto comunitário em cidades rurais do Estado da Pensilvânia (EUA), a partir da leitura dos trabalhadores e das trabalhadoras, que sofreram o impacto da ausência dos trabalhos industriais e do sindicalismo de justiça social. Para o autor, “as igrejas respondem por uma parte significativa da proteção aos pobres e necessitados com programa de distribuição de alimentos e outras ações assistenciais [...]” (p. 150).

No caso da pesquisa de campo que realizei com os coletivos juvenis do bairro de Sussuarana (Pastoral da Juventude, Sarau da Onça e a jovem integrante do coletivo Juventude Batista do Novo Centenário da Igreja Batista), observei que o trabalho pastoral da igreja católica e o trabalho assistencial pela juventude da Igreja Batista são fatores que influenciam e provocam ações para o protagonismo juvenil no social, seja pela ação pastoral, no caso da Pastoral da Juventude, seja pela ação artística, no caso do Sarau da Onça, ou pelas ações de caridade e de fraternidade com doações (alimentos e roupas) e prestação de serviços outros (cortes de cabelo, unhas, banhos), no caso da juventude da Igreja Batista.

Os trabalhos são direcionados pelo ideal de solidariedade para mobilização comunitária frente às opressões reconhecidas e que contribuem para que a juventude desenvolva estratégias de sobrevivência e bem-estar para as pessoas mais vulneráveis na comunidade que estão imersas no cenário de vida de precariedade por vários aspectos (Ramos, 2018).

Nesse particular, há uma diferenciação do perfil religioso de atuação entre a Pastoral da Juventude de Sussuarana e o coletivo Juventude Batista do Novo Centenário da Igreja Batista se comparado com os discursos nas igrejas evangélicas pentecostais, que no campo empírico dessa pesquisa não surgiu, mas que são presentes nos bairros de Sussuarana e Mata Escura em Salvador (Ba). A propósito, resalto que a entrevista realizada com Elis, jovem integrante do coletivo Juventude Batista do Novo Centenário, da Igreja Batista em Sussuarana, não é amostra para análise do repertório de uma jovem que frequenta igreja evangélica pentecostal, pois a igreja Batista não se insere nesta tradição. Inclusive, a entrevista realizada com Elis não evidenciou a ruptura do vínculo de solidariedade e a interferência da lógica neoliberal no espaço de igreja que frequenta em sua comunidade de periferia.

Assim, embora as igrejas evangélicas pentecostais não tenham feito parte dessa pesquisa, eu utilizo como literatura para inserção do debate sobre a permeabilidade da lógica neoliberal no espaço religioso as reflexões de Mariana Côrtes (2022). Elas dão visibilidade da interferência do neoliberalismo a partir de dinâmicas de baixo, no caso, nos salões das igrejas evangélicas pentecostais das periferias, para ressaltar que a política neoliberal não se situa, apenas, em atos que partem do topo na sociedade, como os atos governamentais com as políticas públicas de cunho neoliberal afetando a vida das pessoas. Para ela a “a racionalidade neoliberal se introduz na sociedade brasileira a partir da década de 1990 ao compor um híbrido impuro com os regimes governamentais que se constituem nas periferias: o mundo do crime e o movimento pentecostal” (2022, p. 729).

Sobre o pentecostalismo, a autora discorre que ele “não se apoia em um princípio geral de reciprocidade ou em uma utopia de transformação social, que implicaria em uma mudança

do estado de coisas” (2022, p. 726). O culto pentecostal é centrado no pressuposto que a “palavra produz ação em si mesma” (p. 726) e com isso não há estímulo de interação e reciprocidade com outro, basta a experiência passada na pregação.

Os jovens da Pastoral da Juventude, do Sarau da Onça e a jovem do coletivo Juventude Batista do Novo Centenário da Igreja Batista, todos no bairro de Sussuarana – Salvador (BA), que foram entrevistados, quando posicionam em seus discursos os espaços da igreja não indicam rompimento deste com a tradição do vínculo de solidariedade e de fraternidade na vida em comunidade e que influencia um agir social. Ou seja, o impacto do discurso religioso sobre esses coletivos organizados reverbera para a perspectiva comunitária, para a manutenção do elo de solidariedade e fraternidade diante das adversidades da vida. É diferente do impacto que o discurso religioso do movimento pentecostal causa sobre as pessoas evangélicas, pois é perceptível incrementos neoliberais, como a lógica da vitória pessoal, individual, sobre as dificuldades da vida, independente de um contexto coletivo. Aqui, a perspectiva de ação não é coletiva, é individual.

Essas foram as balizas gerais que se apresentaram sobre o contexto comunitário da juventude entrevistada e que dá sinais de quais campos de possibilidades esta juventude tem ao seu redor, quando pensa um projeto de vida.

1.2 Trajetória e trabalho para a juventude periférica

Para a trajetória e o trabalho da juventude eu retiro dos relatos desses(as) jovens experiências com o trabalho informal, a inexperiência ou a dificuldade de acesso ao trabalho regulado.

Cléo, integrante do Crias da Mata, aponta a experiência de trabalho informal:

Entrevistadora: Qual foi seu primeiro trabalho?

Cléo: Meu primeiro trabalho, ham... na verdade, eu nunca trabalhei de carteira assinada, só trabalhei até hoje de forma autônoma. Eu não necessariamente lembro qual foi, qual era meu primeiro trabalho assim certo, porque eu sempre tive na cabeça assim desde pequena que eu teria que ter o meu dinheiro, então... antes mesmo sendo maior, antes dos mesmo dos meus dezesseis anos eu ia... é... fazia coisas pra ter o meu dinheiro, então eu acho que o meu primeiro trabalho foi vender picolé, vendendo picolé, mas... eu tive vários trabalhos, ou foi vendendo brigadeiro, ou foi vendendo picolé, um desses mesmo.

Sobre a conformação jurídica de proteção (formalidade), ela é passível de problematização. Contudo, nessa pesquisa parto do que a juventude da periferia apreende sobre a relação de trabalho com garantias, muito embora o debate acerca do trabalho formal seja problematizado pelo prisma da precarização e o trabalho informal já não seja compreendido

como limitado às atividades de sobrevivência, podendo alcançar as relações em que haja disposição da força laboral, mas com disfarce para a configuração da relação de trabalho assalariada (Tavares, 2002).

A categoria da informalidade, dada a sua dimensão heterogênea com análises em diversas áreas do saber, é também problematizada pelo prisma da sua validade havendo, inclusive, estudos que sugerem o seu abandono, como pontuam Oliveira e Kerin (2024). Todavia, nessa pesquisa, ela é uma abordagem atual e interessante para tratar da exclusão, de sujeitos interseccionais e de formas de trabalho, do campo de proteção pensado na regulação jurídica.

O trabalho no contexto de uma sociedade capitalista, que almeja a produção de riqueza apenas para determinado segmento da população, pressupõe que os(as) trabalhadores(as) atendam às necessidades do capital e, assim, se exponham à degradação das condições de trabalho e à pauperização. São esses os fatores que fomentaram a questão social a partir da Revolução Industrial de 1775.

E o trabalho informal, aqui compreendido de forma ampla e não apenas pela exclusão da relação de assalariamento (Tavares, 2002), é expressão da questão social na conjuntura brasileira, pois retrata i) desigualdades sociais ao tratar da população que não é absorvida pelo padrão capitalista de produção, baseado no assalariamento, mas que se insere em atividades de sobrevivência, de baixa produtividade ou de desproteção jurídica, 2) como também da população que se insere em atividades laborais em empresas organizadas, mas com processos de precarização (Krein; Proni, 2010).

Tais dinâmicas servem à produção e à acumulação do capital (Queiroz, 2014), pois o debate sobre a informalidade já não abarca, somente, as atividades de bens e serviços tradicionalmente consideradas informais. As novas morfologias do trabalho retratam relações sem vínculo protetivo diante da flexibilização de direitos ou da não configuração do vínculo de emprego (é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras por aplicativo).

Josiane Santos (2008), acerca do debate sobre as expressões da questão social, defende o diálogo com a perspectiva histórica e econômica que o capitalismo consubstancia, como também um conceito que expressa categorias existentes na realidade e que são determinadas pelas desigualdades provocadas pelo modo de produção capitalista.

A resposta de Abdias, um dos entrevistados do coletivo Crias da Mata, à pergunta “A juventude da periferia prefere o emprego com carteira ou outras formas de trabalho?” aponta que para o contexto de um jovem de periferia a realidade é de não haver “direito de escolha” ou não ter preferência, uma vez que a “preferência não chega”:

Eu entendo que a juventude da periferia precisa do dinheiro, tá ligado, num... é não... não tem preferência, a preferência não chega, infelizmente essa preferência nunca chega, a gente não tem esse direito de escolha, a gente precisa do dinheiro.

Aqui há um entrelace entre a informalidade e a desigualdade social como nuances do modo de produção capitalista, que reflete a estrutura social conformada em torno do trabalho regulado e das pessoas quem foram e são pensadas para a tutela da proteção jurídica. E, mesmo com a ideia que “não tem preferência”, diante da lógica e conformação do mercado de trabalho e das oportunidades que se deparam, a opção é trabalhar com “o que vier, principalmente por conta do... da dificuldade desse acesso ao emprego”, não deixa de existir o anseio pelo trabalho protegido – “[...], mas, se pudesse, se tivesse acesso, com certeza é o formal [...]”, como diz Tiago, integrante do Sarau da Onça:

Eu acho que... não tem preferência (risos). É o que vier, principalmente por conta do... da dificuldade desse acesso ao emprego e às vezes é o jovem mesmo, o jovem, jovem, mais jovem assim... tipo até vinte anos... ele, às vezes, não conhece a experiência formal, só conhece essas experiências mais informais, porque tem jovem que chega aos vinte anos e ainda não saiu do bairro dele, não conhece vários lugares da cidade então... não tem preferência não, mas, se pudesse, se tivesse acesso, com certeza é o formal, porque é uma gara... pelo menos por lei, né? É uma garantia de direitos. Se a pessoa ficar doente tem um atestado, tem acesso à saúde se a empresa fornecer plano de saúde, então... lógico que ele vai querer o formal.

O recorte sobre a impossibilidade de um “direito de escolha” concatena com a interpelação que a Thula Pires (2019) faz sobre a construção do sujeito de direito a partir de categorias fanonianas que racializam o debate (relembro que nessa pesquisa a juventude entrevistada se identifica como preta ou parda).

A autora utiliza a construção da zona do ser e do não ser para sublinhar que “o sujeito de direito é a afirmação de uma pretendida uniformidade, forjada pela exclusão material, subjetiva e epistêmica dos povos subalternizados” (2019, p. 71).

Por essa chave, a métrica do trabalho assalariado e protegido, forjado pelo padrão de regulação jurídica não chega para a juventude de periferia, ou chega tardiamente, ou sob as roupagens da precarização (flexibilização das relações ou retiradas de direitos), pois a interpelação à condição de sujeito de direitos posta não abarca a realidade destas(es) jovens que vivenciam trabalhos informais e que se encontram na zona do não ser quanto ao não acesso ao trabalho regulado.

O debate sobre o não acesso ao vínculo formal de emprego/relação assalariada é assertivo frente à reflexão sobre a conjuntura do mercado de trabalho informal no Brasil. Há uma herança histórica de que determinado segmento da população foi alocado para fora da condição de sujeitos de direito e forçado a modelar o surgimento do mercado de trabalho informal. Nesse percurso, é importante atentar que a trajetória ocupacional dos ascendentes da

juventude entrevistada é um indicador para a compreensão da reprodução social das exclusões e das desigualdades raciais no acesso ao mercado de trabalho pela juventude negra periférica.

O sistema escravocrata foi e é essência do modelo de desenvolvimento brasileiro. Historicamente, a existência da pessoa escravizada se reduzia ao cativo e à exploração total de sua força laboral, que culminou na conformação de relações sociais, políticas e econômicas de desigualdade, opressão e violência (Alves; Ghiraldelli, 2022). Essas características impulsionaram a formação do capitalismo e do racismo no Brasil. (Alves; Ghiraldelli, 2022).

Além disso, “a violência escravista era ainda mais cruel [...] contra as mulheres escravizadas [...] vítimas de estupros individuais ou coletivos [...] combinava potências produtivas e reprodutivas” (Alves; Ghiraldelli, 2022, p. 64). Esse contorno ultrapassa a ideia de, tão somente, expropriar a força de trabalho, ao perpetrar, de forma nua e crua, verdadeiros processos de violência em prol de uma acumulação capitalista (Federici, 2019), sob as marcas da violência de gênero. Essas marcas também conformaram o Direito do Trabalho no Brasil.³¹

Tais implicações denotam que a relação de emprego se sustenta como regulação jurídica que abarca exclusões e omissões (por raça e gênero) ao contemplar como trabalho, trabalhadores e trabalhadoras quem se inserem em uma relação assalariada. Por isso raça e gênero são elementos de conformação do Direito do Trabalho sob uma perspectiva excludente.

É fato histórico que a população negra não se inseriu nos postos de trabalho que foram direcionados à população imigrante - relações no contexto de trabalho industrial e livre, dentre outras preferências, como o acesso à terra (Theodoro, 2005). E esse desenho é bem expresso quando se estuda a ausência da mulher negra no mercado de trabalho formal ou em postos de trabalho considerados “subalternizados”.

Raíssa Alves defende “que a definição do trabalho livre e, por consequência, dos trabalhos protegidos pelo Direito do Trabalho foi construída a partir da escravidão” (2019, p. 21) para enfatizar que o alcance da tutela protetiva visou o vínculo de emprego e conformou certo perfil jurídico regulatório que, possivelmente, ainda se sustenta. Basta refletir sobre a quantidade de trabalhadores informais que existe desde o pós-abolição formal da escravidão e

³¹ Um exemplo da questão gênero como conformação do Direito do Trabalho foi a necessidade da legislação nº 14.611/2023, voltada para empresas com 100 ou mais funcionários, que pretende garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres através de critérios para transparência salarial, critérios remuneratórios e de fiscalização contra a discriminação. A própria existência da lei, por si só, já evidencia a diferença de percepção salarial entre os gêneros e essa diferenciação se afunila, bem mais, quando o elemento raça é considerado na análise. Essa síntese está disponível em: < <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/setembro/governo-federal-lanca-plano-com-79-aco-es-para-promover-a-igualdade-salarial-e-laboral-entre-mulheres-e-homens/PlanoNacionaldeIgualdadeSalarialeLaboralMMulhereseMTE.pdf>>. Acesso em 19/10/2024.

que cresce como resultado da precarização laboral característica do capitalismo flexível (Queiroz, 2014).

Para Theodoro, “O Brasil escravista aboliu a escravidão formal, embora nunca tenha abolido a desigualdade herdada do escravismo” (2022, p. 97). Isso se dá por conta da imigração, da ausência de postos de trabalho assalariado para a população de origem africana, o que fez com que esta se ocupasse de trabalho em posição de subalternidade, subemprego e informalidade, tanto no campo, como na cidade, de modo a encaminhar tal segmento populacional para a pobreza e a miséria (2022).

Esta conjuntura não foi modificada pelo projeto do Estado desenvolvimentista entre as décadas de 1930 e 1980. Houve concentração de pessoas nas cidades, da pobreza em regiões metropolitanas, cuja população só conseguia ocupação em comércio de pequeno porte e em serviços pessoais, quando não se situava no subemprego, de tal forma que a centralização de renda tem contornos do marcador racial (Theodoro, 2022).

A fala de Marcelo, integrante da Pastoral da Juventude de Sussurana, demonstra a continuidade desse cenário ao relatar sobre a ocupação da juventude na periferia em comércio de pequeno porte, atualmente, em situação de precariedade e extrema exploração de tempo de trabalho:

Marcelo: [...] dificuldade de emprego também, que não tem emprego fácil aqui no bairro. A gente até tem, mas eu diria que é um trabalho meio que escravizado, mas não tão escravizado assim, não em termos de alguém chegar e denunciar o trabalho escravo, mas eu digo assim... a minha percepção que eu vejo que... os jovens dão muitas horas de trabalho para, por exemplo, lá no mercadinho... para ganhar menos que um salário mínimo, e tipo, às vezes ganhar um ticket alimentação que só pode usar nesse mercadinho, entendeu?

Entrevistadora: Tem outras formas de trabalho ou só tem essa?

Marcelo: Óh, tem vários trabalhos assim... que eu diria que são bem difíceis e o que eu realizei foi muito mais fácil. Mas os trabalhos que tem aqui são muito difíceis que seria panfletagens... que você tem que ficar o dia inteiro no sol e muitas vezes você não pode sair dali pra poder beber uma água, comer alguma coisa, só se (inaudível) tiver com você. Mas você sair dali pra comer e tal... acho que não pode. É... tem o pessoal que faz transporte com carrinho de mão... eu acho que é uma dificuldade assim bem presente no bairro, além da questão da violência.

Os anos posteriores a 1980 são caracterizados por crises econômicas, estruturais e o aumento do trabalho informal no campo e nas cidades, que afetou, também, parcela da população descendente dos imigrantes por força da concentração fundiária no Brasil. Nesse contexto social, de piora dos indicadores, o processo de redemocratização ganha corpo e a questão social amplitude (Theodoro, 2022).

Apesar da visibilidade da questão social na Constituinte de 1988, houve disputa entre os anseios da sociedade civil organizada e os projetos conservadores e neoliberais. Estes, com

o passar dos anos, vão resvalar na reforma trabalhista perpetrada no ano de 2017 (Theodoro, 2022), legalizando extinções e flexibilidades de direitos, bem como na questão racial, ainda como marcador da distância existente entre a pobreza, o desemprego e o trabalho informal que afeta a população branca, por força da dinâmica econômica e demais influências da globalização, e a população negra, como projeto de vida que lhe foi imposto a partir de uma estrutura posicional (Hasenbalg, 2005).

Essa costura aponta que a informalidade e o racismo, embora de extrema incidência sobre a população periférica, nessa pesquisa não se localiza contextualmente de forma periférica, pois, como exposto por Cristiane Souza (2023), no cenário capitalista brasileiro a população negra é majoritária, é expropriada de forma central para a reprodução do capital, a formalização das relações de trabalho é exceção e o desemprego é estrutural.

No entender de Oliveira (2013), há uma articulação simbiótica entre a estrutura do formal e do informal, entre outras chaves de compreensão, que servem de alicerce para o regime capitalista de acumulação brasileiro. E, no atual panorama de trabalhos compreendidos como velha e nova informalidade, o cenário é, ainda, atravessado pela lógica neoliberal.

Essas são as razões históricas e estruturais que revelam o motivo pelo qual os trabalhos precarizados e o desemprego são marcadores da realidade juvenil periférica significando a reprodução das estruturas sociais e econômicas que regulam uma (des)proteção para esses(as) trabalhadores(as) e essas pessoas racializadas, marginalizadas e situadas em zonas geográficas de exclusão. E, nesse sentir, o trabalho protegido não é de fácil acesso, além de ser dificultoso de ser posicionado como um pilar importante na estruturação do projeto de vida pela juventude periférica.

Os dados da pesquisa de campo servem de subsídios aos entendimentos que demonstram a existência de uma conjuntura sócio laboral de precariedade na qual a juventude da periferia investigada se insere ao vivenciar o trabalho informal. Tal cenário, inclusive, foi aguçado no contexto pandêmico de propagação do Covid-19, pelo relato de Maria Cristina, integrante do Crias da Mata, sobre as ocupações da população da periferia na rua:

Entrevistadora: Durante a pandemia de covid-19 quais foram as experiências de trabalho que você teve?

Maria Cristina: Durante a pandemia eu ainda estava no Odara, minha experiência de trabalho foi lá.

[...]

Entrevistadora: E conhecidos/as de bairro?

Maria Cristina: Ah, eu vi muita galera vendendo tempero né, vol... voltando à... àqueles...àqueles trabalhos é... àquela mão de obra vulnerabilizada né, não só pessoas que eu conheço no bairro, mas até colegas mesmo da... daqui da universidade e que não retornaram mais, inclusive né, pra fazer o curso universitário, então eu vi muito as pessoas retornarem pra esse trabalho assim de catar latinha, de vender verdura, de tá no ônibus né, voltar à esses trabalhos que são precários.

As mesmas experiências de venda de alimentos se replicam na fala de Ayana, integrante do Sarau da Onça:

As experiências de trabalho foram com algumas alternativas como vender frutas, fazer barraquinhas né, ofertando no caso... vendendo churrasquinho, salgados, cachorro-quente, barracas essas que... mediante a situação que a gente tava presenciando ganharam uma força, né? Porque faziam entrega, né? Delyveris... e aí até hoje se mantém vivo, na verdade ficam concentradas bem na entrada do bairro, geralmente a partir de umas cinco horas que você começa a ver movimentação [...].

Outro elemento sobre as trajetórias juvenis e experiências de trabalho na periferia, e que foge dos limites da regulação jurídica de emprego, conflui para o entendimento de Feltran (2023) sobre a realidade da criminalidade/tráfico que assenta e fomenta um mercado, e, por consequência, se trata de trabalho.

Para ele, há uma juventude negra periférica específica que não acessa o mercado de trabalho formal por conta da baixa escolaridade, que se encontra em contextos familiares vulneráveis e precarizados e que são recrutados pelo mercado ilegal.

A sua reflexão não é para relativizar a existência do tráfico, mas para reconhecer que ele movimenta uma economia, e que essa juventude que é recrutada e inserida no mercado ilegal do tráfico de drogas não é protegida socialmente, sequer é pelo próprio ordenamento jurídico compreendida como trabalhadora, dada a ilicitude do objeto contratual. Ela é vista como uma juventude criminosa, passível de punição, no lugar da proteção.

Feltran ressalta que essa juventude negra está inserida em uma dinâmica de mercado de alta lucratividade, mas que a torna vítima de uma condição de trabalho extremamente precarizada, pois alvo constante de riscos diversos, inclusive o de vida, e de esforço laboral em período noturno, normalmente.

De acordo com Marisa Feffermann, “o tráfico é, portanto, uma forma de organização, aqui chamada de “trabalho” informal e ilegal, que emprega grande número de jovens”, cuja “vulnerabilidade [...] está relacionada à idade e se deve ao fato de terem sido aviltados em seus direitos, de sofrerem os efeitos dessa violência ou ainda de não terem opção no mercado de trabalho legal” (2009, p. 67).

A pesquisa de campo se consolida nos aspectos acima destacados.

A própria juventude entrevistada categoriza o empenho e o tempo dedicado na dinâmica da criminalidade e do tráfico de drogas como um trabalho informal, ainda que ilícito, por auferirem renda mediante uma contraprestação. É o que diz as falas de Cléo e Pedro Bala, ambos integrantes do Crias da Mata:

Entrevistadora: Qual tipo de trabalho que aparece lá?

Cléo: Bom, é muito mais fácil ir pro caminho errado né, véi? Então... eu vejo muita gente... eu, por exemplo, eu moro na rua principal da Mata Escura, então é uma área até mais tranquila, agora o final de linha pra baixo é pau... sabe? Risos. Então eu tenho a sorte de morar na parte principal, bastante loja (inaudível), é a classe média eu diria... sabe? E... eu tenho esse luxo, mas a galera que mora na parte de baixo, lá embaixo tem muita... muita convivência com pessoal da... como posso dizer... da criminalidade, sabe? Eu acho que é mais fácil, sabe? Principalmente na adolescência que hoje você é mais influenciável. Então eu acho muito mais fácil entrar, porque é dinheiro rápido, dinheiro fácil, sabe? Recebe algo, não é um trabalho escravo. Bom... muitos se envolvem pra imagem, porque não... não sei o que acontece, mas tem, tem meninos que... acham que é legal, é divertido, sabe? Passar essa imagem de antes ter... sabe? É o risco, né? Enorme. E muitos trabalham só pra... ou pra... não posso falar aqui, mas... pra receber droga, então não ganha dinheiro, mas ganha droga, ou pra ter uma imagem, uma imagem de... sabe, “ah, eu faço parte disso”, sabe? Tem vários tipo de pagamento.

Entrevistadora: Tem renda?

Cléo: É, tem renda.

Entrevistadora: Como a questão do trabalho aparece para a juventude do seu bairro?

Pedro Bala: Olhe, deixa eu lhe falar, tanto aqui na Mata Escura quanto no Beirú, Tancredo Neves, tá ligado, é... o trabalho daqui a gente começa com... sempre esse bagulho, tipo um mercadinho, aí às vezes é uma entrega de... de... delivery e tal, é uma panfletagem, mais com tantas dificuldades que passa e a cada... a cada dia o sistema do tráfico vem crescendo e tal, e tudo aquela, a juventude que vai crescendo né, ela vai acompanhando e assistindo é... suas casas sendo invadidas, suas mães, suas tias chorando em cima de corpos de parentes e tal, e até mesmo os jovens perde seus pais, perde suas mães, perde suas irmãs no meio do tráfico e aquilo causa uma revolta, e por falta de estrutura é... dos seus governantes, o principal meio de... que a galera acha assim como trabalho é o tráfico, tá ligado? Porque o tráfico também é um trabalho, apesar de ser ilícito, mas o tráfico também é um trabalho, tá ligado? Tem muita gente, tem muito jovens que entra no tráfico com a intenção de... de fazer um dinheiro pra comprar uma casa, tá ligado? Tem muitos que entra... tem muitos que entra empolgado, na sensação de poder, tá ligado? Na sensação de ter droga, de ter bebida, de ter mulheres, e ter fama, tá ligado? Tudo aquilo, mas muitos jovens entra com a intenção de fazer um dinheiro, às vezes é... não é respeitado pelo pai em casa, tem aquela briga de família, não é bem... não é bem coisa em casa... aí pega vai pro tráfico, porque ele acha que ele entende que depois que ele entrar no tráfico o pai dele vai respeitar ele, que o pai dele não vai mais bater, que a mãe dele não vai mais xingar, cê tá entendendo? Ele acha que aquela vizinha que pegava no pé dele, até... até mesmo quando é... ele é assim um poeta, alguma coisa que ele tem algum sonho, aquela vizinha que importunava ele na infância vai deixar de importunar, tá ligado? Porque agora ele faz parte do tráfico, ele acha que... (não entendi) daquele momento e é isso, mas aí é complicado.

Entrevistadora: O tráfico de certa forma traz então uma remuneração, uma coisa assim?

Pedro Bala: Traz uma remuneração, é perigoso, mas traz sim. A gente tem um.. um... um dos caras mais ricos do Brasil é o traficante, que é Fernandinho Beira Mar, o chefe do comando vermelho.

Ainda sobre essa forma de trabalho Ivy, também integrante do Crias da Mata, relata que a “primeira renda”, por vezes, começa por essa possibilidade de trabalho:

Entrevistadora: Qual foi seu primeiro trabalho?

Ivy: Tá, questão do trabalho, é... meu primeiro trabalho de carteira assinada é esse que eu tô no momento que e, é... eu tô trabalhando na Universidade Católica Salvador, ali rapidinho já quero transferir. O outro tipo de trabalho que eu tive não era um trabalho viável em si, foi um tempo em que eu andava com uma galera assim que não... não era assim boa influência e tal e aí vendia... vendia umas paradinhas assim que não era muito legal, mas...

Entrevistadora: É, esse primeiro trabalho que você falou que não era muito viável foi seu primeiro trabalho?
Ivy: É, primeira renda.

Os contornos sobre a noção de trabalho e outras formas (informal e ilícita) para além do que a regulação jurídica fixou com a relação assalariada, retrata uma conjuntura social complexa, mas que ajuda a pensar a ideia de trabalho pela marginalidade, pela não formalidade, pelo tráfico, assim como a refletir sobre a ideia de proteção fora das relações de trabalho que a Consolidação das Leis do Trabalho regula, pois são experiências nas trajetórias juvenis e de trabalho da juventude da periferia.

Tais vivências estão interligadas com ausências de direitos sociais nas comunidades periféricas.

Júlia, jovem participante do Crias da Mata, quando indagada sobre as dificuldades da juventude periférica, diz que além da experiência de trabalho na informalidade e em postos de trabalhos precários, há uma realidade de violência nessas localidades associada à falta de emprego, à falta de segurança pública e a ostensiva violência policial, à ausência de rede de saúde e à ausência de condições sanitárias básicas que traduzem experiências coletivas no espaço marginal:

Júlia: Olha, tem essa questão... a violência, é... que é decorrente de muitas outras questões, a gente fala a violência muito essa questão tipo a violência direta na comunidade, mas a violência é fruto de várias outras coisas que estão faltando né, então é... segurança pública, é saúde, é saneamento básico e tals, é falta de oportunidade de emprego, então eu acho que são essas várias questões que implicam nas dificuldades dos jovens então...

As temáticas são profundas e complexas e não é objetivo dessa pesquisa esgotar o debate em torno delas. Contudo, elas são precisas em evidenciar a importância da temática laboral e a implicação da centralidade do trabalho na estruturação da vida da juventude periférica quando se fala na realidade do trabalho informal nas trajetórias juvenis, a presença da precarização, do desemprego, da localização dessa juventude e demais pessoas das comunidades periféricas em zonas de desamparo, distantes dos discursos jurídicos sobre o trabalho e sobre a proteção social, significando desproteção.

Por esses motivos, a atuação estatal, por meio de políticas públicas e enquanto agente regulador, ao lado de sujeitos sociais como movimentos organizados, é necessária à construção e fixação de um parâmetro protetivo frente ao quadro de exclusão social, de discriminação étnico-racial e de precarização do trabalho e social.

1.3 Políticas públicas para o trabalho e para qualificação da juventude

As políticas públicas são aqui compreendidas com a finalidade de “responder as demandas de setores da sociedade que são mais vulneráveis”, “constituir uma extensão e efetivação de direitos da cidadania e promover o desenvolvimento para que crie soluções de geração de emprego e renda” (Ribeiro, 2020, p 3).

A agenda das políticas públicas que tocam a pauta laboral e a qualificação da juventude perpassou pela regulação através do contrato de trabalho verde e amarelo, perpassa pelo contrato de estágio, pelo contrato de aprendizagem e pela atualização do novo currículo do ensino médio. Este último com a particularidade da captura da discussão em torno do projeto de vida.

A empiria nessa pesquisa, além da particularidade da vivência do trabalho informal e da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho regulado, aponta outras peculiaridades com algumas poucas experiências pelos jovens dos coletivos investigados, com a modalidade do contrato de estágio e do contrato de aprendizagem, as quais darei destaque adiante.

Sobre a política do contrato de trabalho verde e amarelo, esta foi lançada no período de agravamento social da pandemia do covid-19 por meio da Medida Provisória nº 905 (não foi convertida em lei), sob a narrativa de empregar trabalhadores com idade entre 18 e 29 anos, portanto, público alvo jovem pelo critério etário fixado no Estatuto da Juventude - Lei 12.852/2013, através de alternativas flexíveis como a contratação por prazo limitado e retiradas de direitos típicos da relação assalariada (Dutra; Marques, 2021).

A Medida Provisória facilitava incentivos fiscais para os empregadores que contratasse jovens para percepção de até um salário mínimo e meio, e determinava a flexibilização: de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para 2%; do pagamento da multa rescisória para 20%, caso houvesse demissão por justa causa; e a extinção do recolhimento previdenciário a cargo dos empregados (Almeida; Nascimento; Incao; Andrade, 2023). Ou seja, os direitos consolidados são alvo de política pública que fragilizam e reduzem garantias trabalhistas e previdenciária.

Essa dinâmica é coerente com a lógica neoliberal de precarização das relações de trabalho e desproteção social. Além do que, tal política “fragiliza e dificulta, ainda mais, o acesso aos direitos sociais dos jovens, aprofundando os processos de desigualdade social com consequências específicas para a vivência da condição juvenil” (Silva, 2021, p. 163).

Para Silva:

Em relação às políticas direcionadas às juventudes, intensificam-se ofensivas contra direitos sociais e garantias constitucionais, geridas de modo a destruir ou subtrair os frutos cumulados com a participação social, como via de materialização de uma abordagem sobre os jovens, considerando-os como sujeitos de direito. (2021, p. 165)

Observo na empiria que o ingresso no mercado de trabalho com tais flexibilizações não surge no discurso da juventude entrevistada como possibilidade, bem como que referida política sequer alcançou a juventude dos coletivos que entrevistei.

Júlia, participante do Crias da Mata, traz a fala de desconhecimento de tal forma de contratação:

Entrevistadora: Essas pessoas conseguiram se inserir no mercado de trabalho pelo programa “Contrato de trabalho verde e amarelo”?

Júlia: Não fiquei sabendo e nem tenho conhecimento desse programa, nem de amigos e familiares que tiveram acesso a essas informações.

A jovem Dalila, participante do Sarau da Onça, ao ser indagada sobre o alcance dessa política para os e as jovens da sua comunidade relata conhecimento de vivência por dois jovens, não periféricos:

Eu... eu... conse... eu conheci gente lá do cartório, que já... que foi contratado assim, tanto que a gente tentava entender como era esse contrato e não consegui entender que foram duas pessoas que foram contratadas durante a pandemia com o contrato verde amarelo no cartório, agora tipo... gente de bairro assim que anda comigo não.

Ou seja, a fala aponta o alcance limitado de tal política pelo exercício da exceção e a falta de impacto deste modelo de política no contexto de periferia.

Vale a nota que a forma contratual apenas cuidou de replicar a “falsa promessa” de criação de novos empregos, sob a influência da retórica neoliberal de redução dos encargos trabalhistas com a redução e flexibilização de direitos, desembocando no aumento da pobreza e desencanto da juventude que trabalha (Dutra; Marques, 2021).

Além disso, cabe interpretar o programa como sinalização da necessidade de enfrentamento do desemprego pela perspectiva estrutural, como pontuado por Krein (2021) na fala de encerramento do XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.

Para o economista, a falta de oferta de trabalho é um problema histórico e estrutural, pois o mercado de trabalho não deu conta de ofertar emprego para toda a mão de obra disponível, de modo que a possível resolução da empregabilidade depende da estruturação de políticas sociais, não só da dinâmica econômica.

Com relação à política de regulação pelo contrato de estágio, a regulamentação ocorre com as disposições contidas na Lei nº 11.788/2008.

O art. 1º da Legislação define o estágio como:

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Como se denota, a política de regulação pela atividade de estágio pretende o preparo da e do estudante para as atividades do mercado de trabalho. Contudo, essa experiência, embora tenha o fito preparatório para a vivência laboral, não configura uma relação empregatícia (Martinez, 2023).

Mas, garante direitos como: o limite da jornada de atividade em estágio entre 4 e 6 horas diárias, 20 e 30 horas semanais (art. 10, incisos I e II da Lei nº 11.788/2008); o recebimento de bolsa ou outro tipo de contraprestação definida no acordo e auxílio-transporte (art. 12 da Lei nº 11.788/2008); o seguro para a cobertura contra acidentes pessoais (inciso IV do art. 9º da Lei 11.788/2008); o alcance da legislação sobre a saúde e segurança no trabalho (art. 14 da Lei 11.788/2008); o período de recesso remunerado de 30 dias assim que concluído um ano de atividade (art. 13 da Lei 11.788/2008); e como limite de tempo estipula o prazo de dois anos para a mesma instituição concedente (art. 11 da Lei 11.788/2008). Ou seja, são direitos trabalhistas mínimos.

E, cotejando estas balizas jurídicas com o que evidenciei na pesquisa de campo, destaco a fala de Abdias, integrante tanto do Sarau da Onça e liderança no Crias da Mata, que apontou a precarização remuneratória da sua condição de estagiário, em nível superior, durante a experiência em órgão legislativo na cidade de Salvador (Ba):

Entrevistadora: Como estagiário, menor aprendiz, terceirizado teve experiência?

Abdias: Teve, eu fui estagiário da câmara municipal.

Entrevistadora: E aí? Me fale da experiência.

Abdias: Rapaz, assim, é... meu estágio foi dentro do... do mandato da vereadora Marta Rodrigues e tal, era um estágio administrativo, era muito massa, mas a câmara municipal paga muito mal véi, é muito mal mesmo, né... [...] é tipo... é trezentos e... trezentos e oitenta, não, é trezentos e setenta, isso já incluindo seu transporte, tipo...(risos) tá ligado e tal? (Risos).

Entrevistadora: São quatro horas?

Abdias: É. E aí tem lugares que é tipo mil reais mano, é oitocentos, e aí, tá ligado? Eu não tô nem dizendo que eu queria um salário mínimo, mas como é que você é um estagiário de nível superior e tá ganhando quinhentos reais puro? Se ligou? Tipo, poha... eu sou nível superior e eu vou ganhar quinhentos reais puro, no seco assim? Transporte tá junto já dos quinhentos, só isso aí... (risos).

Entrevistadora: Beleza, e a experiência de estágio tinha algum tipo de risco?

Abdias: Não, não [...]

Entrevistadora: Garantias?

Abdias: A garantia é tipo o nome, né, que vai pra carteira assim, me ajudou ter câmara municipal de Salvador pá na minha carteira, mas... só isso, a única garantia foi essa (risos).

Entrevistadora: E como menor aprendiz?

Abdias: Menor aprendiz não.
 Entrevistadora: Terceirizado?
 Abdias: Tá repreendido, risos.

A mesma reclamação sobre a baixa remuneração foi apontada por Luffy, participante da Pastoral da Juventude, ao discorrer sobre sua experiência de estagiário em um Hospital:

Entrevistadora: Como estagiário, menor aprendiz nunca teve experiência?
 Luffy: Como estagiário eu tive.
 Entrevistadora: Me fale um pouco dessa experiência.
 Luffy: Eu fui estagiário no hospital Martagão Gesteira, foi o melhor... foi o melhor... estágio que eu poderia ter na minha vida, me preparou muito pra todas as experiências que eu poderia viver fora do... é fora do hospital, [...]
 Entrevistadora: Sobre a experiência de estágio, o que você avalia sobre a jornada, a remuneração.
 Luffy: A remuneração era péssima, praticamente só ganhava o... o... na época eu só ganhava o transporte, eu só ganhava cento e cinquenta reais pra pegar de segunda a sexta, mesmo sendo meio turno, eu ganhava cento e cinquenta reais durante o mês todo pra custear minha passagem que às vezes nem dava pro transporte do mês, então... isso... sobre essa questão foi péssimo.

Essas falas denotam que a experiência do estágio pela juventude vai além da experimentação de um ato preparatório, é uma busca por qualificação profissional e por uma “fonte de renda” (Oliveira; Santana, 2020, p. 21) que vêm a contragosto, diante do baixo patamar remuneratório, mesmo em situações de estágio para estudantes de nível superior. Isabela Oliveira e Quéren Santana defendem que o estágio não pode ser uma possibilidade de oferta de mão-de-obra barata” (2020, p. 25).

As autoras também discorrem sobre o perigo da “exploração da força de trabalho estudantil por intermédio dessa experiência educativa” (Oliveira; Santana, 2020, p. 14), de modo a ocultar relações que configurariam vínculo de emprego, tanto é que a Lei 11.788/2008, “a “nova lei de estágio” foi instituída com o objetivo de coibir a ampliação da precarização do trabalho por intermédio das relações de estágio” (Oliveira; Santana, 2020, p. 22).

No que toca ao contrato de aprendizagem, este visa inserir a juventude no mercado de trabalho e se vincula à Lei nº 10.097/2000, que direciona às empresas a obrigação de contratar aprendizes (jovens entre 14 e 24 anos) matriculados em serviços de aprendizagem, observando o percentual mínimo de 5% e máximo de 15% (Almeida; Nascimento; Incao; Andrade, 2023).

O Texto Consolidado das leis trabalhistas regulamenta essa forma de contratação do dispositivo 428 ao 433. E, diferente da relação de estágio, o ordenamento jurídico qualifica o contrato de aprendizagem como uma forma de contrato de trabalho a prazo (Leite, 2023) - dois anos (com exceção do aprendiz portador de deficiência), com registro do vínculo empregatício na Carteira Profissional.

O objeto do contrato é a formação técnico-profissional (que compreende atividades teóricas e práticas), pelas quais o menor aprendiz (jovem) percebe remuneração com base no salário mínimo hora. A jornada não excederá seis horas diárias, com exceção de quem já tiver finalizado o ensino fundamental - poderá ser de até 8 horas diárias, mas em qualquer caso não cabe a prorrogação da jornada ou compensação.

Esse contrato, embora regulado pelo Texto Consolidado, possui algumas diretrizes na Lei 8.036/90, como é o caso do recolhimento do valor do FGTS no percentual de 2%, no lugar de 8% (Delgado, 2024), é uma forma de incentivo ao empregador, em detrimento da redução do direito trabalhista.

Mas, para ilustração dessa forma de contratação na empiria, destaco a voz de Pedro Bala, integrante do Crias da Mata, que caracteriza a experiência de menor aprendiz como de exploração e deturpação do contrato de aprendizagem na realidade prática:

Entrevistadora: Como estagiário, menor aprendiz, terceirizado já teve experiência?

Pedro Bala: Já, uma vez só, como repositor.

Entrevistadora: Na condição de quê, menor aprendiz?

Pedro Bala: Sim, foram três meses só, ah, é... é complicado, porque tipo assim a galera usa o... usa tipo dos jovens que às vezes eles conseguem ter dois funcionários com o preço de um, só que eles pagam o mesmo, tá ligado? A galera trabalha... pega o mesmo peso, sofre a mesma cobrança e tal, é responsável por uma responsabilidade que não deveria ser de um jovem aprendiz, tá ligado? Isso é bem errado.

Entrevistadora: E risco como repositor?

Pedro Bala: Como repositor tem porque tipo... é contratado como repositor, só que chega caminhão de mercadoria e você tem que descarregar o caminhão, então isso aí já é um auxiliar de carga, não é isso? Então mesmo assim, corre muito risco, não é à toa que no mercado daqui eu fracturei a coluna e tal, carregando, des... descarregando o cargo da seasa.

Entrevistadora: E como menor aprendiz tinha algum tipo de garantia?

Pedro Bala: Aí sim, por conta do contrato né, tipo assim se, se tivesse alguma coisa, tipo de lesão e pan, muito grave.

Entrevistadora: Como estagiário já teve experiência?

Pedro Bala: Não.

Pela experiência de Pedro Bala esse tipo de contrato de trabalho atende ao ímpeto do acúmulo de função, da exploração e da precarização da força de trabalho jovem quando se exige de um aprendiz a realização de trabalhos que seriam realizados por duas pessoas empregadas em funções distintas.

E, em acréscimo a essas deturpações nos mecanismos que se pretende qualificar o segmento juvenil, evidencio a fala da jovem Ana, que participa do coletivo da Pastoral da Juventude, a qual relatou, tanto nas experiências de estagiária, como na de menor aprendiz, vivência de episódios de assédio e racismo no ambiente laboral:

Entrevistadora: Você quer me falar um pouco dessas experiências de trabalho, de estágio, de menor aprendiz? O quê que você achou? Qual sua percepção?

Ana: Sim, sim, assim, em relação a minha, a minha primei... primeira experiência né... foi com dezessete anos [...] no site do CIEE vi que tava tendo processo seletivo de

estágio na Bahia Tursa, e aí me inscrevi, fiz a prova, é..., passei e aí comecei a fazer esse estágio lá, foi uma experiência muito importante pra mim, também foi um primeiro momento que eu me dei com muitas questões né... da vida profi... profissional, comoooo... como... o assédio né... teve umaaaa... um... episódio de assédio nesse local, não algo muito explícito né... mas foi uma coisa que me deixou bastante com os olhos abertos, [...] em agosto de 2015 eu comecei a ser jovem aprendiz na Pague Menos e lá também foi uma experiência muito... muito...muito boa pra mim, mas lá além... assim né... das... das pessoas em geral foi muito bom, mas também já tive que lidar com um outra questão também que foi o racismo assim, foi um lugar que a gente ver essa questão, porque lá você né... começa né... antes, antes de sair, tinham que, tinham que lhe revistar a bolsa né... dos funcionários e tal e aí tinha eu como jovem aprendiz e tinha uma outra menina né... que era esta... estagiária de farmácia, e aí eu percebi que a minha bolsa era revistada, mas a bolsa dela não era revistada, então aquilo me incomodava bastante né...e... como eu era jovem aprendiz meio que não tinha voz lá de fato né... para reclamar essas coisas e tal e também uma outra questão né... que lá tinha a regra né... de trabalhar cabelo preso e aí as pessoas né... da... da liderança de fato que também ficavam na loja em si não prendiam o cabelo né... geralmente as pessoas da operação, as pessoas negras que tinham que prender o cabelo, então aqui também me deixava muito incomodada né [...]

Ressalto, também, a fala de Dionísio (Crias da Mata) e de Dalila (Sarau da Onça) que sintetizam o perfil de desproteção e as possibilidades de regulação com precarização do trabalho que a juventude da periferia se depara (é o acesso ao trabalho informal ou ao trabalho precarizado, não há regulação protetiva):

Entrevistadora: Como a questão do trabalho aparece para a juventude do seu bairro?
Dionísio: Hum, difícil de responder... geralmente as portas de emprego que ela consegue acessar são as informais, trabalho braçal, trabalho mais pesado né.

Entrevistadora: Como a questão do trabalho aparece para a juventude do seu bairro?
Dalila: Pra conseguir trabalho aqui mesmo tá difícil, que eu vivo botando currículo por ter, ser intermitente, em cartó... no mercado, eu vivo colocando currículo aqui em mercado, mas não chama, diz que não, que quer alguém com experiência, ou alguém tipo estág... que seja estagiários, as lojinhas mesmo estão pegando muitos estagiários, porque é muito mais fácil pra eles né, pagar a meta...

Entrevistadora: Por que é mais fácil?

Dalila: Porque só ti... não precisa assinar a carteira, além disso paga metade do valor pro estagiário fazer tipo, fica praticamente o dia todo né, é tanto que eles falam que quer gente que estude à noite, então seja...

Pesquisadora: E seria estagiário do quê?

Dalila: Tem loja de celular, uma amiga minha foi estagiária em uma loja que vendia capa de celular, tem outra amiga que foi lojinha estagiária em uma loja que vendia bijuteria, bolsas, esses negócios assim, é... aqui tem isso (risos), muito... é tempo o mercado informal né... de você sair vendendo coisas, de botar uma barraquinha ali, tem gente que eu conheço cabou botando uma barra... barraquinha de hamburgueria, ou vende pela internet, vendendo produtos de limpeza fazendo em casa, gente que estudou comigo na época do colégio que mora aqui na Sussuarana também e que tá se virando do jeito que pode né, é (inaudível) tem muito jovem que eu conheço que cabou já criando família, então... tem que se virar mesmo.

Por último, ressaltar a política em torno da atualização da grade curricular do novo Ensino Médio, com a Lei 13.415/2017 (reforma do ensino médio).

Nessa atualização houve a inserção da expressão “projeto de vida” no §7º do art. 35-A:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

[...]

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Esse termo, é um termo em disputa, e foi inserido na legislação com interferência neoliberal. O raciocínio é que o trabalho pedagógico e seu alinhamento com os anseios da juventude seria o suficiente, é o caminho, para o sucesso profissional. É a presunção “que a escolha do itinerário formativo e a definição do projeto de vida são as chaves para o êxito” (Alves; Oliveira, 2020, p. 23) dessa juventude, que ao fim do Ensino Médio buscará um lugar no mercado de trabalho.

A atualização traduz uma regulamentação que imputa à juventude a responsabilidade de um possível desemprego, pois assinala a formação técnica e o projeto de vida, enquanto componentes curriculares, como os meios para enfrentamento da imprevisibilidade na vida profissional, como se fosse o bastante para enfrentar o desemprego estrutural e as políticas de precarização das relações de trabalho, além de sedimentar com esta via a possibilidade de responsabilizar o jovem pelo seu sucesso profissional, ou não (Alves; Oliveira, 2020).

Tal política de regulação “oculta a precarização das condições de trabalho e a redução na oferta de empregos formais no Brasil, em especial após a reforma trabalhista aprovada em 2017” (Alves; Oliveira, 2020, p. 32).

Nela, a concepção de projeto de vida diverge da que é trabalhada nessa pesquisa, a qual tem por intuito elencar o trabalho protegido como um pilar importante na estruturação da vida do e da jovem de periferia. É o projeto que “reivindica um olhar individual e também coletivo, pois o projeto de vida é social, individual, objetivo, subjetivo”, mas “as escolhas e as definições de um projeto de vida advêm dos elementos que constituem o tecido social” (Míriam Alves; Valdirene Oliveira, 2020, p. 24).

A ideia de projeto de vida que nessa pesquisa se utiliza para confluir com a proteção da juventude de periferia é a que:

[...] ecoa nos campos da educação informal e dos movimentos sociais, em especial os rurais, como o Movimento dos Sem Terra (MST), e também se vincula ao campo religioso, especificamente na Igreja Católica, no viés da Teoria da Libertação. Também figura no Plano Trienal (1999-2001) elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1998, voltado para a Pastoral da Juventude. A expressão também pode ser identificada nos registros das discussões da Constituinte de 1988, quando educadores progressistas debateram sobre politécnica e recorreram ao projeto de vida como uma estratégia de formação da e para a juventude.

São com essas incursões que o olhar é direcionado para as políticas públicas de qualificação da juventude e suas formas peculiares de implementação. Elas adentram em cenários de precarização que foram ilustradas com as vivências laborais da juventude periférica, na reflexão do lugar do trabalho como central e estruturante para a possibilidade de um projeto de vida, bem como na impressão que tais políticas públicas, na prática da realidade laboral, não atendem ao interesse de efetiva proteção ao trabalho e à juventude que trabalha.

1.4 O anseio pelo trabalho protegido em desencontro com as políticas de regulação

Os dados empíricos sinalizam que as experiências juvenis de trabalho na informalidade e na ilicitude ao lado das políticas de regulação, qualificação, inserção e proteção da juventude no campo do direito ao trabalho, em termos dogmáticos, não confluem com os anseios da parcela juvenil periférica pelo trabalho protegido na vida real.

Em contrapartida, a juventude dos coletivos periféricos que analisei não consegue posicionar o trabalho em outro lugar, que seja distante das experiências que deflagram processos de precarização do mercado de trabalho, das formas de contratação e das relações de trabalho.

Não há uma potência e discussão sobre as condições laborais sob a perspectiva da classe trabalhadora nos espaços de coletividade juvenil, até mesmo porque as experiências de trabalho não coadunam com a semântica de trabalho protegido. E, por isso, a empiria demonstra o silêncio do Direito do Trabalho enquanto direito social e enquanto direito a ser reivindicado pelos movimentos juvenis.

Segundo Oliveira, o certo é que há entre os jovens “um elemento em comum, a vivência da precarização social do trabalho” em um possível “circuito de situações recorrentes de desemprego, trabalho atípico e “emprego formal-precário”.” (2016, p. 47). E, por consequência, são esses os dados que culminam por delinear o campo de possibilidades de estruturação da vida, e nenhuma perspectiva de futuro, para a juventude de periferia no sentido de não se ter condições de pensar um projeto de vida sem atravessar condições de trabalho precárias e de desproteção social.

CAPÍTULO III – MOVIMENTOS JUVENIS ORGANIZADOS NA PERIFERIA

1.1 Os coletivos e a pauta do trabalho

1.1.1 Pastoral da Juventude de Sussuarana

Quando eu falo dos coletivos da Pastoral da Juventude (PJ) de Sussuarana, do Sarau da Onça e do Crias da Mata nos bairros periféricos de Sussuarana e Mata Escura, respectivamente, da cidade de Salvador (BA), eu me refiro a movimentos organizados juvenis cujos repertórios tocam no aspecto religioso, no cultural, no comunitário e no social nas suas formações e práticas de reuniões, de debates, de formações, de passeatas, de recitais de poemas e poesias, de missões e de articulação com outros movimentos comunitários.

Utilizo a ideia de repertório no seu sentido semântico e teórico como categoria analítica a partir da teoria do confronto político (Mcadam, Tarrow, Tilly, 2009)³² e nesse subtópico abordarei o repertório da PJ de Sussuarana.

Começo pela fala de Dandara, integrante desse coletivo, que informa que este mobiliza atividades como “missões, encontros, piqueniques, conversas, retiros” que se destinam tanto para a comunidade, quanto para a juventude do movimento pastoral. Especificamente sobre as ações das missões ela diz que:

Óh tem atividades, missões, a gente conhece lugares da Sussuarana, lugares que a gente não frequenta, a gente sabe que existe, mas a gente nunca foi lá, a gente conhece as dificuldades das pessoas, assim como... eu tou conversando com você que existe, a gente só sabe que existe, mas nunca foi lá pra ver, com a pastoral a gente vai lá, a gente vê, a gente conversa, a gente tem passeios, a gente já teve missões já da... outro município, Arembepe, é...

Entrevistadora: Qual o objetivo dessas missões?

Dandara: Mostrar a realidade do mundo e... e... fazer parecido como Jesus fez, e a todos e todas.

Lara, liderança no movimento pastoral, por sua vez, explicita as ações e campanhas do coletivo com a seguinte descrição:

A gente se reúne, é em grupos, é... a gente tenta trazer visibilidade pra o nosso bairro... agente fez um encontro em se... no último encontrão a gente trouxe jovens de outros lugares que não era... não eram religiosos de igreja, eram jovens periféricos de outros lugares da Bahia e aí a gente fez uma caminhada com reivindicação do extermínio da juventude negra...a gente traz... é... as causas é... hoje... a gente quer melhorias no colégio estadual pra juventude que tá estudando, tá fazendo ensino médio, então a gente se reúne, pra vi... (inaudível) que a galera desse colégio está precisando pra buscar isso na secretaria da educação, então a gente se reúne, se organiza pra isso as

³² Esses autores partilham da tradição estruturalista. Embora nessa pesquisa eu desenvolva bem mais a tradição marxista quando falo do trabalho da juventude trabalhadora, entendo que o conceito de repertório articulado por Tilly é uma lente que ajuda a direcionar o olhar para os coletivos de juventude para mapear se a pauta laboral faz parte do repertório.

(inaudível) desse jeito, é... são essas, que a gente bate mais na base, o estudo, da violência, sobreviver né, com a... e trabalho eu... até tentei né... montar um curso, só que aí ficou muito corrido com as outras atividades da igreja pra iniciação de... de entrevistas, como se portar em entrevista de emprego pra o jovem que tá se... se preparando pra isso, mas esse... esse... esse projeto não saiu do papel não.

Entrevistadora: Mas é uma proposta?

Lara: É uma proposta que está em standby.

Inclusive, essa liderança quando indagada sobre o que se conversa no espaço da Pastoral da Juventude de Sussuarana resume a fala a “todas as coisas, todos os assuntos sociais”.

Luffy, outro jovem membro do coletivo, diz que o espaço de PJ se destina a:

[...] resgatar jovens que... para... acredito que para louvar a Deus, mas que também possam é... estar atuando, vamos dizer assim, estar atuante na igreja, participar da... das atividades da igreja [...] Ele problematiza várias questões que estão na atualidade, tipo... é... vamo dizer... relacionamentos, [...] pode problematizar também é... questões sobre emprego, questões sobre família, questão sobre sexualidade, então não é um ambiente só pra... onde uma pessoa fala, é um ambiente de troca, que você compartilha várias vivências e várias experiências e que... é... vem de ambos os lados, a gente troca pra compartilhar uns com os outros as vivências que cada um teve.

Entrevistadora: O que o grupo trabalha nos jovens?

Luffy: O pensamento crítico, desperta também o pensamento crítico sobre as situações adversas que podemos vivenciar no nosso dia a dia.

Helena, também participante, vê no espaço da PJ um incentivo ao protagonismo juvenil que tem conotação política:

[...] trazer o jovem com... como protagonista do so... da sua... de tudo no caso, ele como protagonista, não como... um personagem assim de fundo, botar o... ao palco pra ele e ele entender que ele pode fazer isso, que ele tem capacidade de fazer isso, independente da área, claro que na... já vai ter esse foco maior na... questão religiosa, mas eu vejo na PJ além disso também, ele busca além disso [...] eu conseguia perceber que a PJ buscava esse movimento mais pra fora, essa coisa mais política e também que isso incomodava algumas... algumas partes.

Entrevistadora: Sobre o que se conversa?

Helena: Nas rodas de conversa que acaba sempre a gente colocando as nossas perspectivas, nossas realidades, a gente sempre acaba conversando, sempre acaba debatendo, isso até para fora da igreja, a gente também traz essas histórias, essas perspectivas de fora pra dentro, a gente fica fazendo essa dinâmica, eu acho muito legal.

Já no relato de Marcelo, a temática do trabalho surge como ponto de conversação no espaço de coletividade pelo horizonte da solidariedade e da troca de experiência sobre a tentativa de ingresso no mercado de trabalho formal:

Entrevistadora: Sobre o que se conversa nesse espaço de PJ no seu bairro?

Marcelo: Também sobre a situação do bairro que ultimamente tá um pouco tenso, hoje não tá mais tanto assim [...], e conversa sobre questão de emprego também, a gente sempre papeia, sempre que a gente sabe de uma vaga que pode ajudar o outro a gente indica e... é isso também, a gente conversa sobre futuro, é... tem o amigo da igreja também que ele se chama Adriano, até pouco tempo atrás ele não tinha carteira, ele tinha dezenove anos, ele não tinha carteira de trabalho, aí ele tava me perguntado como é que ele pode arranjar emprego, eu falei “cê tem que fazer sua carteira primeiro, aí depois você vai procurar alguma coisa”, aí a partir disso ele fez, a gente tá procurando emprego, ele não achou, eu indiquei pra ele a Atento, que foi onde eu

trabalhei, sei que é um lugar assim... ruim..., mas pra quem tá precisando de uma primeira experiência acho que pode começar por lá, e... é isso.

Luffy, Helena, Marcelo e Ana, participantes da PJ de Sussuarana, em retorno ao questionamento “Já houve debate sobre juventudes e condições de trabalho nesse espaço?” informam que não, ou caso tenha ocorrido eles não participaram:

Luffy: Não, não lembro.

Helena: Até pra mim, não cheguei a pegar.

Marcelo: Que eu me recordo não, pelo menos dos que eu participei, acho que... não.

Ana: Que eu lembre não.

Dandara, também integrante, por outro lado, em resposta ao mesmo questionamento afirma que “Já”, mas sem detalhar como teria ocorrido.

Lara, outra participante, como já sinalizei no capítulo I, indica que:

Sim, dentro da Pastoral da Juventude nós já tivemos discussões, debates, formações sobre... é... as maneiras de acessar esse espaço de emprego e trabalho e consequentemente alguns relatos sobre as posições de trabalhos atuais de alguns jovens, como eles trabalham é... alguns dos direitos que eles têm como jovens nesses locais já foram discutidos entre nós.

Por essa devolutiva percebo que se trata de uma juventude pertencente à classe trabalhadora, o trabalho faz parte do repertório coletivo e a expectativa é pelo trabalho regulado. No entanto, o trabalho não surge como pauta prioritária, pois a coletividade, em seu formato atual, debate e problematiza as condições de trabalho e a precarização das relações de trabalho de modo superficial e distante do discurso jurídico de proteção, principalmente quando se pensa a vivência de trabalhos informais por essa juventude e que são partilhas no ambiente coletivo.

A possibilidade do caráter superficial do debate, e claro que não é por culpa do coletivo, eu atribuo a fala de Tiago, integrante do Sarau da Onça, mas que relatou vivências, também, em relação ao coletivo da Pastoral da Juventude de Sussuarana. Para ele, a dinâmica de mobilização em torno da pauta das condições de trabalho já foi, em outro momento, presente no espaço pastoral:

Entrevistadora: A juventude do seu bairro ou da periferia se preocupa com a questão do/a jovem e do trabalho?

Tiago: Com certeza, todo jovem quer trabalhar pra ganhar dinheiro pra ajudar sua mãe, ajudar sua família, todo jovem cresce que... de periferia pelo menos, eu não sei a, os, os outros lugares, mas de periferia todo jovem quer poder trabalhar, ganhar dinheiro suficiente pra ajudar a sua família, às vezes é comprar uma casa que normalmente uma boa quantidade não tem casa, que é casa de aluguel, que muda de mês em mês de uma casa pra outra, porque atrasou aluguel e a rodo... tem muita, muita, muitas realidades.

Entrevistadora: Ela se mobiliza?

Tiago: Como assim?

Entrevistadora: Por exemplo, a juventude da periferia reivindica melhores condições de trabalho e ou por trabalho em si?

Tiago: Na Sussuarana teve disso acontecer, tipo, há um tempo atrás eu via mais, hoje em dia nem tanto, mas acredito que sim porque ninguém aguenta apanhar o tempo todo e ficar calado.

Entrevistadora: E como era antes?

Tiago: Tipo, eu lembro que teve um período que existia um, um movimento de... num período específico, existia movimentos da própria igreja católica, outros movimentos culturais se reunindo, fazendo caminhadas idealizando pos... é... idealizando projetos, tinha uma junção assim, acho que em dois mil e quatorze pelo que eu lembro.

Entrevistadora: Você falou movimentos da igreja católica, quais eram os movimentos?

Tiago: Tipo, vários da pastoral afro, tinha alguns outros da Pastoral da Juventude, essas que sempre que chegavam mais perto da gente assim como são jovens né, nesse caso da Sussuarana tem questão afro dentro da igreja católica muito forte, que existe uma instituição da igreja lá que é congregação... tem duas mais fortes que é Congregação Irmã da Providência que é uma escola que oferece bolsas, bolsas de estudo pras crianças da Sussuarana e tem o Combonianos, os padres Combonianos que apoiam outros grupos é... da Sussuarana, grupos de capoeira, grupos de sarau, é... essas, essas questões afro, tipo, de religiões de matriz africana, que nesse caso específico na Sussuarana tem um certo (inaudível).

Já pela percepção de Luffy, membro da Pastoral da Juventude, atualmente, a pauta trabalho no coletivo se atrela à necessidade de instrução e qualificação da juventude. Ou seja, são questões centradas no acesso ao trabalho e no direito ao trabalho:

Entrevistadora: Há alguma mobilização frente à pauta?

Luffy: Sim, a gente tinha pensado quando a gente planejou... é... o início do ano... não sei ano passado eu acho, final do ano passado, a gente planejou pra esse ano várias... é... oficinas sobre... sobre questões mesmo de emprego, tipo, oficina culinária, oficina de... é... financeira, várias oficinas nesse sentido, nesse intuito, como comportar numa entrevista de emprego.

Com esses dados, o repertório sobre a condição laboral pela juventude do coletivo pastoral surge na parte empírica na pesquisa com a perspectiva individual, quando esta relata as experiências de trabalho não regulado e até mesmo de trabalho regulado. No entanto, não aparece pela perspectiva coletiva, embora a precarização e o desemprego sejam realidades que alcançam a juventude de periferia.

Com essas impressões entendo que o tema trabalho faz parte do repertório desse coletivo juvenil, pois se trata de uma parcela da juventude que vive a experiência laboral. Ele é assimilado como pauta para troca de experiências, estabelecimento de relações de solidariedade e com expectativas para ingresso no mercado de trabalho, face ao relato dos passos e da tentativa de acessar o trabalho regulado.

Todavia, o coletivo posiciona o emprego bem mais como uma oportunidade na vida das pessoas, em geral, do que como uma reivindicação decorrente de uma conscientização coletiva e prioritária do movimento juvenil pastoral, o que inclina o entendimento para a reflexão de um possível processo de distanciamento entre o direito ao trabalho, enquanto discurso jurídico e discurso sindical, do discurso sobre o trabalho, a partir dessa coletividade juvenil na periferia.

1.1.2 Sarau da Onça e Crias da Mata

Aqui vou tratar dos repertórios dos coletivos do Sarau da Onça e do Crias da Mata conjuntamente, uma vez que eles guardam identidade, inclusive de ações que permitem costurar a análise dos movimentos em si, o que eles assimilam e traduzem sobre o trabalho.

O Sarau da Onça e o Sarau Crias da Mata mobilizam a poesia e a arte em geral como elementos de expressão, propulsores do protagonismo juvenil, cultural e para visibilidade da juventude nos bairros de Sussuarana e Mata Escura, respectivamente, ambos localizados em Salvador (Ba).

Em destaque a fala de Ayana, jovem participante do Sarau da Onça, ela diz que as atividades lá desenvolvidas abrangem conversas, debates, escutas e disponibilização dos espaços para expressão artística e até mesmo para permitir o trabalho informal:

[...] momentos de palestras onde são convidados a depender da pauta que vai ser é... mencionada né, estudiosos, professores formados, ou então pessoas que estão para se formar que entendem justamente do quesito que vai ser abordado pra poder ter essa roda de conversa, de debates, escutar e tentarem compreender o que é que a juventude pensa a respeito de cada temática que é levado e a partir daí desenvolver uma conversa né, uma roda de conversa pra poder esclarecer algumas dúvidas e levar também conhecimento né, tem essa questão de dá disponibilidade de espaço a cantores do bairro que vem trazer sua mensagem, de divulgar seus eventos, é, seus trabalhos também, tem muita gente que vai vender, por exemplo, trufa de um real, abre esse espaço pra essas pessoas ganharem seu dinheiro, compreende?

Maria Cristina, liderança e articuladora do Crias da Mata, fala da existência de formação política sobre assuntos/pautas diversas que tocam no dia a dia da juventude, antes de qualquer intervenção artística como atividade protocolar:

Crias é um coletivo muito... é... plural né, dentro do nosso corpo do coletivo tem... tem psicóloga né, tem Jamile que é design interiores, tem eu que é da ciência política, França é mais da arte, Alan é mais fotógrafo [...] é... o Crias a gente tem uma formação política antes do sarau né, antes das poesias, das músicas, das danças, e essas formações políticas a gente já falou sobre acesso à cidade, a gente já falou sobre elislofobia, a gente já falou sobre política institucional, governamental, a gente já falou sobre TPA, a gente já falou sobre várias coisas assim que estão ligadas ao nosso dia a dia e que a gente precisa se apropriar né, enquanto moradores e jovens periféricos, é isso.

Vitor, integrante do Crias da Mata, expõe que o objetivo do coletivo é provocar modificações na vida da juventude tratando de temas que versam sobre direitos para despertar consciência. O trabalho é uma das temáticas citadas:

Entrevistadora: Nesse espaço do Crias da Mata o que se busca?

Vitor: De transformar a vida dos jovens.

Entrevistadora: Sobre o que se conversa nesse espaço no seu bairro?

Vítor: É... os direitos que a gente tem, a gente... fala de tudo lá, de... de trabalho, de cultura, de tudo, de... em geral, tanto de jovem, quanto pra adultos também assim, acho que vale muito a pena ir, aquilo... aquilo ali que você viu foi só um pedaço.

Entrevistadora: O que o grupo trabalha nos jovens?

Vítor: Consciência, né...é meio que... quem tem interesse mesmo de... de... ir... se liga nas ideias que rola lá, a gente vai buscar coisa pra fora assim, entendeu? Amplia a... a percepção do que é viver, de fato, a gente não fica só ali, naquela bolha do bairro.

Entrevistadora: Como acontece as atividades do Crias da Mata?

Entrevistadora: Tem teatro, tem dança, tem... aquela questão da rima, de poesia, tem uma galera culturalmente assim muito rica, eu... a galera fala muito sobre... sobre... sobre essa questão de... de... de cultura... é... chegou a conhecer o balé folclórico, tem... tem gente que vai pro... pra FUNCEB.

Entrevistadora: O que é FUNCEB?

Entrevistadora: É uma escola de dança aqui no... no pelourinho, é muito legal [...]

E no entender de Ivy, participante do Crias da Mata, a temática laboral conecta a discussão sobre o acesso ao trabalho para refletir sobre a própria comunidade em si:

Entrevistadora: Já houve debate sobre juventudes e condições de trabalho nesse espaço?

Ivy: Sim, sim. No caso, quando a gente debate sobre a oportunidade de trabalho pra juventude, na verdade não só pra juventude, mas pra comunidade toda em si, é que a gente aborda muito sobre a comunidade em completo, também da juventude, por várias questões, mas sim, já foi abordado sim.

Observo que quando Ivy associa a ação de discutir condições de trabalho com a implicação de discutir a própria comunidade, ela desenha e traz a centralidade do trabalho, pois falar sobre as oportunidades de trabalho e condições laborais que surgem para a comunidade da periferia (jovem ou não), e na periferia, é situar qual região geográfica que essas pessoas residem, frequentam, socializam, se sentem pertencentes, criam laços de identidade e solidariedade, assim como quais os espaços de saúde, de educação, de lazer, de transporte que têm acesso. Isso significa localizar o trabalho como o elemento central para o entendimento de questões sociais. Além disso, relembro que essa pesquisa se refere a lugares periféricos da cidade de Salvador onde as pessoas, em maioria, são negras.

A fala de Ivy, instigando a análise sob a perspectiva da centralidade do trabalho dialoga com as percepções de Braga (2023) por meio da categoria da expropriação política, como condicionante da exploração econômica para estimular a análise, também, pela perspectiva racial da classe trabalhadora. O diálogo com Braga (2023) vou desenvolver adiante.

Por outro lado, identifiquei na pesquisa de campo narrativa que atrela a ação desenvolvida no espaço do Sarau da Onça ao aspecto empresarial, de modo a evidenciar uma captura neoliberal principalmente quando se pensa o aspecto humano e social no trabalho artístico com o possível entendimento das atividades desenvolvidas no coletivo serem compreendidas como uma forma de trabalho.

Destaco o que Ayana expõe para denotar a permeabilidade do neoliberalismo no espaço coletivo do Sarau da Onça e do Crias da Mata:

Entrevistadora: Você reconhece as atividades desenvolvidas nesse espaço do sarau como trabalho?

Ayana: Com certeza, algumas oficinas que foram passadas mesmo como empree... micro pequenos empregos mesmo, como você saber se lidar e você se quiser abrir um emprego hoje em dia né, uma empresa o quê que você deve fazer, os documentos, todos os trâmites, né, então essa oficinas são todas válidas, justamente porque a pessoa se não tiver um transporte, não poder se movimentar do seu local até onde possa compreender tudo isso, ter uma... uma ajuda né, às vezes as pessoas deixam de abrir espaço de levar adiante seus projetos, justamente não ter essa ajuda necessária né.

A captura neoliberal incute subjetivamente a ideia de que “cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (Dardot; Laval, p.38).

Ela é complexa, pois a própria Ayana quando indagada se “Já houve debate sobre juventudes e condições de trabalho nesse espaço?”, é categórica em afirmar “Ah sim, com certeza”. Digo isso, porque pensar em uma lógica empresarial, ainda que como microempresa, e pensar em discutir condições de trabalho, exigem pontos de partida que são opostos. Ou seja, no repertório juvenil há processos confusos e a fala da jovem embarça a compreensão de microempresa com a de micro emprego, o que pode ser reflexo da absorção pela juventude do discurso neoliberal como forma de auto responsabilização por experiências similares ao trabalho subordinado³³.

Abdias, participante tanto do Sarau da Onça, quanto do Crias da Mata, de outro lado, ressalta o trabalho pela perspectiva da juventude, da classe trabalhadora e periférica em bons empregos ao reagir ao seguinte questionamento:

Entrevistadora: Já houve debate sobre juventudes e condições de trabalho nesse espaço?

Abdias: Dentro do sarau?

Entrevistadora: É.

Abdias: Sim, sim, é, é, literalmente perspectiva também, a gente precisa da galera bem empregada e ganhando dinheiro, então...

Além disso, surge nas falas da juventude entrevistada dos dois coletivos que estes entregam um trabalho comunitário seja porque cumprem um papel social, seja porque as atividades demandam tempo, esforços, articulação, ou envolvem contraprestação pecuniária, como é o caso dos artistas dos saraus que são convidados para apresentações artísticas fora dos coletivos:

Pedro Bala: Sim, é um trabalho social e informativo, e construtivo também né, [...]

³³ Contribuição da Professora Renata Dutra durante o processo de orientação.

Cléo: Bom, ah, acho que tudo que demanda esforço é trabalho pra mim, mesmo que às vezes não, não role renda, é um trabalho porque é esforço, é tempo dedicado aquilo, é estudo, sabe, mas em questão de renda assim acho que não, porque é muitas vezes quando rola isso não, não, não envolve renda sabe, depende muito do lugar, de como vai acontecer isso, às vezes rola renda, às vezes não, então... depende muito, mas eu acho que é trabalho, independente de ter renda, porque demanda esforço.

Ivy: Eu considero, eu considero, é... um trabalho sim, porque muita gente dá o sangue por aquilo ali, pelas pessoas que tão, que eles estão ensinando, que eles estão procurando... é... mostrar o caminho diferente, tudo direitinho, tipo Ana Paula mesmo é um exemplo, tá fazendo a faculdade dela, mas não tá trabalhando, só que... ela tá ali no movimento social, pra mim os Crias da Mata é um movimento social, e quem tá ali dentro, de uma forma ou de outra tá no... é... trabalhando, tá dando o sangue ali, pra aquilo tudo que tá acontecendo né, pra toda movimentação.

Abdias: Sim, com certeza, in... não só... como um trabalho é como um emprego né, porque é muito trabalhoso, risos.

Dalila: Acho que sim viu, acaba tendo uma ocupação e uma remuneração.

Aproveito o gancho das falas para frisar que o trabalho monetizado é típico do sistema capitalista de produção, o qual visa a acumulação de riquezas (lucro). É a caracterização do perfil regulatório que no entender de Polanyi se baseia em um sistema de mercado que se pretende auto-regulável. Entretanto, o autor recupera no debate o fato que em sociedades primitivas o sistema econômico não possuía, necessariamente, motivações individuais lucrativas, pois o sistema era “função da organização social” (2000, p. 69).

Digo isso, porque a ideia de trabalho reduzida ao que o sistema de mercado capitalista diz que ele é limita a leitura sobre o trabalho e a classe trabalhadora. E no caso dessa pesquisa, o horizonte do trabalho comunitário causa a inquietação se as atividades dos coletivos, de alguma forma, não relacionam a ideia de trabalho com a arte, com a cultura e com a religião, assim como se tais ocupações não poderiam ser subsidiadas por meio de políticas públicas como uma forma alternativa de regulação e alternativa de trabalho para o segmento juvenil

Ao menos no que toca às atuações culturais há um diálogo com o que o Krein³⁴ fala da possibilidade de o Estado subsidiar hipóteses de trabalhos socialmente úteis, por exemplo, para “novos padrões de sociabilidade em circuitos sociais não mercantilizados” que recuperam sentidos e significados que o neoliberalismo corrói. Ao encontro dessa proposta, a juventude periférica entrevistada dos três coletivos reputa o incentivo às atividades que desenvolvem como forma de promover políticas públicas.

Helena, integrante da PJ de Sussuarana, afirma que:

³⁴ Ideia exposta pelo professor Dari Krein durante a fala de encerramento do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EO571QMIxBs&t=1138s> (acesso em 6/3/2023).

Entrevistadora: Você entende que há ou que é necessário haver algum incentivo público para essas atividades da PJ que você relatou?

Helena: Eu acho que sim, é uma questão de política pública, mas não tão nichado, poderia ser se a nível municipal ou nacional, seria bem interessante porque vários nichos da PJ em outros estados fazem diversos trabalhos muito legais que... poderiam alcançar pessoas fora da... do núcleo igreja e que às vezes o... as... a gente tenta puxar essas pessoas, mas vindo de uma coisa mais assim... no caso um incentivo público poderia realmente buscar que ia ter uma pequena dizassociação assim com a igreja de fato, mesmo sendo a PJ que... iria participar, quando tira um pouco desse nicho igreja, às vezes as pessoas acom... chegam mais, mesmo que... a gente sempre tenta procurar isso... mesmo assim, e... acho que ter mais ao alcance.

Sobre esse ponto Tiago, participante do Sarau da Onça, ressalta que são atividades como estas que dão visibilidade ao bairro e que direcionam projetos específicos para a comunidade periférica:

Entrevistadora: Você entende que há ou que é necessário haver algum incentivo público para essas atividades?

Tiago: Com toda certeza, risos, em Salvador eu lembro que tinha um projeto, não sei se tá em vigor mais, que era o boca de brasa, que eu lembro que eu fiz uma, uma oficina de... eu participei na verdade de uma oficina de multimídia, é alguma coisa assim tipo... eu aprendi algumas coisas de fotografia nesse curso, mas tinha outras atividades, teatro... então ter uma oficina dessa dentro da favela, dentro da comunidade de periferia é... não era o sarau em si, mas foi por conta do sarau que chegou lá entendeu? Esse projeto em si, porque tipo o proje... projeto escolhia os bairros, e eu acho que por conta do sarau, pelo que eu lembro, eu não acho não, tenho certeza que por conta do sarau chegou lá, porque, pela força que o sarau tinha na época a Sussuarana foi escolhida.

No entender de Dandara, jovem que compõem a PJ de Sussuarana, o financiamento de ações pela PJ seria importante para lançar um olhar para a população periférica jovem:

Entrevistadora: Você entende que há ou que é necessário incentivo público para essas atividades?

Dandara: Sim.

Entrevistadora: Como seria?

Dandara: Com verba, primeiramente, a gente poderia é... alavancar o projeto, ter investimentos, a gente poderia... não sei, doar, fazer doações pra jovens necessitados, ajudar famílias, no geral acho que seria bom se o governo ajudasse não só a Pastoral, mas a população periférica, a juven... juventude em geral, tivesse um projeto, tipo uma qualificação social, um curso, mas que tivesse voltado, tivesse vindo do projeto, do projeto não, do governo, tivesse vindo do governo, uma qualificação pro jovem, um curso de... de... de oratória por exemplo, de qualificação social, de... de... modos de se comportar numa entrevista, essas coisas sabe? Trabalho, primeiro passo, porque a maioria dos jovens não sabe até mesmo como fazer um currículo, seria bom.

Já no entender de Júlia, integrante do coletivo Crias da Mata, este entrega um dos direitos sociais que o Estado não dá conta de promover em sua comunidade periférica, como é o caso do lazer:

Entrevistadora: Você entende que há ou que é necessário haver algum incentivo público para essas atividades?

Júlia: Com toda certeza.

[...]

Entrevistadora: E o que o poder público deveria estar fazendo e não tá, e as comunidades bancam?

Júlia: Oxe, com certeza essa questão... por exemplo, o sarau é um espaço de lazer, eu tipo... puxa eu tô num sábado à noite, eu não tenho nada pra fazer na Mata Escura, porque a Mata Escura não tem nada pra fazer, eu vou me reunir com meus amigos num espaço que é público né, que é a escola, que é protegido, porque eu tô entre quatro paredes, e vou ficar lá, vou discutir, mas eu poderia tá fazendo isso na praça, que praça? Que segurança que eu tenho na praça? Eu não tenho segurança, eu não tenho iluminação, não tenho garantia que aquele espaço vai ser um espaço de fato que eu consiga tá ali, então tipo, por exemplo, as formações, que poderiam estar sendo feitas dentro da escola, não necessariamente precisa que o Adolescer propunha algumas discussões, a escola poderia tá fazendo, mas a escola não tem estrutura pra tá fazendo essas coisas, não tem recurso pra tá fazendo essas coisas sabe? Então, acredito que, seja nesses... nesses... coisinhas que (inaudível), teve alguns projetos que eu acho que tinham algumas intervenções no bairro também, mas aí eu já não sei se esse tinha algum recurso envolvido né por conta dessas intervenções ou não, mas chegou a ter em algum momento.

Abdias, líder no Crias da Mata e integrante no Sarau da Onça, aponta que esse trabalho comunitário só sobrevive por conta da solidariedade existente na sua comunidade, mas que não é autossuficiente:

Entrevistadora: Como acontece as atividades de sarau?

Abdias: Éééé, organiza, divulga, mete marcha, risos. Essas articulações geralmente é zero oitocentos, porque não se há recurso né, então é pegando uma parceria aqui, chamando um amigo ali, é alguém que acabou de se formar, alguém que... sabe?

Entrevistadora: Mas às vezes rola um trabalho remunerado?

Abdias: Rola, rola, quando se passa em edital e aí a gente começou, quando a gente começou a se enxergar enquanto profissional, inclusive Sandro me deu uma, uma outra perspectiva, Evanilson me deu uma outra perspectiva, Maira me deu uma outra perspectiva de se encarar enquanto profissional quando eles começaram a profissionalizar os outros jovens como eu, como eu quan... quando comecei a profissionalizar outros jovens de entender assim óh “não, tem que cobrar”, “ah, mais é uma poesia, é um negocinho que eu escrevo”, “não, tem que cobrar”, e aí gente começou a criar também uma rede de apoio no qual um fortalecia o outro e aí conseguia gente pra fundar... uma aula de elaboração de projeto, porquê? Porque a gente precisava elaborar projetos e tentar concorrer editais e aí a partir disso consegue remuneração, mas dizer que a gente... que há um autossustento não tem, porque não é cobrada entrada por exemplo do sarau sabe? É, a água é alguém que ajudou, se for na escola, a escola cedeu, o copo alguém que doou, é descendo no... nas, nas lojas, nos mercados, com ofício, uma boa vontade e um sonho, risos.

[...]

Entrevistadora: Você entende que há ou que é necessário haver algum incentivo público para essas atividades?

Abdias: Com certeza, com certeza, incentivo de verdade, não é você abrir um edital, deixar escondido, três dias antes você fazer tornar esse edital realmente público e as cartas marcadas de sempre passar.

Assim, pensar uma remuneração através da atuação estatal para as atividades pastorais e culturais que traduzem experiências de trabalho não subordinado que, ou suprem a falta de políticas públicas, ou evidenciam a inefetividade delas, é uma forma de acomodar as

experiências da juventude a partir de uma garantia de direitos sociais ao entorno do trabalho dos coletivos, por meio de políticas públicas³⁵.

Com essas considerações, renovo a leitura que o tema trabalho faz parte do repertório dos coletivos juvenis, que quando o(a) jovem de periferia diz sobre sua realidade laboral ele(a) diz muito sobre a sua comunidade de periferia, e que há, entretanto, uma entrada da lógica neoliberal nos espaços do Sarau da Onça e do Crias da Mata, mas que não retiram do repertório desses jovens a expectativa pelo trabalho regulado.

Todavia, o dado que o coletivo não posiciona diretamente, explicitamente e prioritariamente o emprego como uma reivindicação decorrente do direito ao trabalho protegido se repete. Pela percepção dos coletivos juvenis de periferia há uma inclinação para distanciamento do direito ao trabalho, enquanto discurso jurídico e sindical, do discurso sobre o trabalho.

1.2 “Crise” do sindicalismo e limites do discurso sindical

Por considerar que há um processo de distanciamento dos coletivos de juventude investigados com as instituições que dão corpo aos princípios e regras que regem o Direito do Trabalho e o Direito Sindical, passo a estabelecer um contraponto para abordar a temática da “crise” do sindicalismo, dos limites do discurso sindical para a juventude e para as coletividades que vivenciam cenários de exclusão e/ou opressão em uma análise geral.

A empiria demonstrou que a juventude trabalhadora dos coletivos investigados na pesquisa efetua ações e formações que apontam para a ausência de efetivação de direitos sociais (saúde, educação, segurança, lazer, transporte etc.), os quais são a base para o debate sobre a cidadania. Todavia, o repertório juvenil ao informar a ausência dos requisitos de cidadania em suas comunidades não engloba o direito ao trabalho. Este é ausente diante de outros direitos sociais reivindicados.

Tal desencontro interessa para pontuar e resgatar, primeiro, que a ideia de saúde, educação, segurança, lazer, transporte, etc., como direitos, resulta dos protestos que a classe trabalhadora, ao longo da história e de forma dialética, firmou diante do cenário de piora das

³⁵ Tal reflexão pertence a Professora Renata Dutra e foi exposta em 9/11/2023 enquanto ministrava aula na disciplina “Direito do Trabalho e Interseccionalidades” ofertada no Programa de Pós-Graduação em Direito, na Faculdade de Direito da UnB, sala A1-04.

condições de vida com o sistema capitalista de produção³⁶, o qual reuniu circunstâncias para ocorrência da questão social. Segundo, a experiência coletiva de impactos na piora das condições de vida permitiu que as trabalhadoras e os trabalhadores se identificassem e estabelecessem o elo de solidariedade que forjou a organização coletiva³⁷.

Esse raciocínio expressa que o sindicato e o movimento sindical são frutos dialéticos das raízes da emergência da questão social que expôs trabalhadores e trabalhadoras ao pauperismo. Eles resultaram de um confronto/conflito social que tratou das condições de vida das pessoas que necessitavam trabalhar.

Todavia, a questão social após a Revolução Industrial de 1775 apresentou metamorfoses (Castel, 2015) e o entrelace entre as pautas da vida da classe trabalhadora e o sindicato, enquanto instituição e enquanto movimento sindical (Santana; Fraga, 2023), em alguma medida, se desfez ao longo da organização do sujeito coletivo, quando este afunilou sua bandeira de luta ao trabalho assalariado, com exceção dos registros históricos de greves políticas encabeçadas por categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

Ocorre que, ainda que a luta sindical esteja voltada para a condição das e dos assalariados, estes também experimentam condições de precarização. Para Castel, a precarização é um “processo central comandado pelas novas exigências tecnológicas-econômicas de evolução do capitalismo moderno” (2015, p. 526).

Não pretendo, nesse contraponto, esgotar todas as nuances sobre a história do sindicalismo no mundo e no Brasil, e o debate sobre a sua “crise”. O interesse é pontuar aspectos da literatura sobre a conjuntura do movimento sindical, os seus limites para a juventude trabalhadora e para outros grupos que se inserem em contextos de exclusão.

Sobre a experiência sindical, desde o final do século XX e começo do século XXI houve mudanças incidentes sobre as formas de trabalho e produção que desconcertaram a “homogeneidade” defendida como existente da classe trabalhadora ante a “reestruturação produtiva, flexibilização, desregulamentação, terceirização e diversificação das formas de

³⁶ A ênfase na construção da precariedade das condições de vida frente ao contexto do modo de produção capitalista nessa pesquisa não pretende deixar subentendido que a precariedade, seja da vida, ou de condições de trabalho, seria uma novidade a partir desse marco. Houve precariedade anterior, por exemplo, com a escravidão, a qual também serviu para embasar a exploração econômica.

³⁷ Registro que compreendo a organização da classe trabalhadora para além do contexto histórico europeu e de trabalho industrializado como, por exemplo, ocorreu no Brasil com a movimentação coletiva dos ganhadores na cidade de Salvador, Estado da Bahia. A referência ao sindicalismo, ao cenário europeu e ao trabalho industrial serve para enfatizar a desconexão existente entre a organização institucionalizada da classe trabalhadora, na figura do sindicato, com outras lutas que tocam na vida dos trabalhadores e trabalhadoras e que são questões comunitárias.

contrato”, que se somam, atualmente, ao fenômeno da Indústria 4.0 (Santana; Fraga, 2023, p. 7) e à incidência da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Para os autores que se dedicam aos estudos do sindicalismo as conjecturas são: que há uma crise do sindicalismo; há uma tendência de desaparecimento (Santana; Ramalho, 2004, p. 44); tendência de enfraquecimento político e representativo “[...] a partir do trabalho intermitente, parcial, informal e cuja marca fundamental é exatamente a precarização” (Rodrigues, 2023, p. 87); e há “dificuldade no discurso sindical” (Santana; Ramalho, 2004, p. 44), pois os conceitos que se adequavam à realidade da classe trabalhadora nas indústrias, tais como “classe operária, burguesia, proletariado, luta de classes” (Santana; Ramalho, 2004, p. 44), já não se adequam a realidade do trabalho nos dias atuais.

Os sindicatos e o sindicalismo se defrontam com desafios. Basta pensar a dificuldade de encontro conceitual e consciência ilustrada pelas falas de trabalhadores que replicam a narrativa de que são “colaboradores” na empresa ou que são “empreendedores” com os trabalhos por aplicativos. Tais discursos, quando se pensa a temática laboral, deslocam a perspectiva coletiva para a perspectiva individual (Santana; Ramalho, 2004), sob o manto da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Para Andréia Galvão, os sindicatos são desafiados pela perspectiva de organização e pela perspectiva política e ideológica, pois a política neoliberal interfere nas relações estabelecidas na sociedade, a exemplo da relação de trabalho, na qual há um deslocamento da responsabilidade estatal em promover políticas, voltadas para a proteção e o bem-estar para a pessoa trabalhadora, que será responsável pelo seu sucesso ou insucesso, de acordo com o seu esforço e mérito (Galvão, 2023).

De um lado, a percepção da quebra de solidariedade surge no debate como uma possível saída que explica que a crise não é do sindicalismo, pois há uma interferência da lógica neoliberal sobre o pressuposto da organização coletiva e do sujeito coletivo, o elemento subjetivo da solidariedade, e que força a revisitação da forma tradicional de atuação (Santana; Ramalho, 2004) do sindicato e do movimento sindical, sem olvidar da afetação sobre o perfil de sindicalismo que sofre com os impactos das mutações incidentes no sistema de produção (Santana; Fraga, 2023, p. 8). Por outro lado, a despeito de todas essas circunstâncias desestabilizadoras, os estudiosos do assunto e defensores do sindicalismo anuem para a necessidade de reinvenção. Santana e Ramalho, por exemplo, sugerem que:

As alternativas propostas variam, basicamente, entre os cenários que enfatizam mudanças nas atividades sindicais mais tradicionais de representação coletiva e aquelas que sugerem uma ampliação de atividades no sentido de incluir a representação de trabalhadores desempregados, “precarizados” ou excluídos do núcleo central da produção, e até de um sindicalismo comunitário que, juntamente

com outros movimentos sociais, se volta para atender as demandas daqueles que se encontram excluídos do mundo do trabalho. Isso, ao nosso ver, resgataria em muito uma tradição que foi se enfraquecendo ao longo da história do movimento operário mundial, muito por conta de sua institucionalização. (2004, págs. 48 e 49)

Nessa pesquisa, observei que entre a juventude trabalhadora dos coletivos investigados há quem vivencie o desemprego, o trabalho informal, a terceirização e as contratações permitidas pela flexibilização da legislação trabalhista, como é o caso do contrato intermitente. São situações de não trabalho e trabalho com desproteção e condições precárias, inclusive salarial.

Para Santana e Fraga “Diante das expressivas redefinições do mercado de trabalho e das situações de pouca experiência e de instabilidade ocupacional, os(as) jovens são um grupo muito vulnerável e diretamente afetado” (2023, p. 8). Contudo, tem agenciamento que articula outras formas de mobilização e resistência, por vezes de forma alheia ao sindicato, e por vezes em parceria com ele, através de “*breque*”, de “ocupação” (2023, p. 8), de “uso das redes sociais”, da “participação do movimento estudantil nos piquetes” (Santana; Fraga; Peres, 2023, p. 27).

Esses dados surgem na análise feita sobre a relação entre a juventude e sindicato a partir das formas estratégicas adotadas nas greves dos(as) trabalhadores de *call centers*, supermercados e rodoviários que aconteceram no Rio de Janeiro de 2013 a 2027. Os autores concluem que as “estruturas e práticas tradicionais, baseadas em um perfil determinado de mercado de trabalho e de trabalhadores(as), são postas à prova, questionadas e reconfiguradas em termos de forma de organização e mobilização, de prática, de temas e agendas” e que “a relação entre movimento sindical e a juventude trabalhadora está em disputa” (Santana; Fraga; Peres, 2023, p. 30)

O fato de as considerações analíticas evidenciarem que a juventude trabalhadora possui agenciamento, e, por vezes independentes da estrutura sindical, é outro sinal sobre os limites do discurso sindical tradicional. Tanto é, que ele é confrontado com as outras formas de agência da classe trabalhadora a partir do segmento juvenil, embora ofereça as experiências das suas estratégias de luta (Santana; Fraga; Peres, 2023).

Outra limitação diz respeito ao Direito Sindical enquanto dogmática que não fomenta a abertura do sindicalismo para pautas além da representação do(a) trabalhador(a) assalariado(a)³⁸, o que distancia o debate do Direito como fruto do conflito social, da construção

³⁸ O art. 511 do Texto Consolidado preceitua que: É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou

social e a leitura da estrutura e do movimento sindical a uma não redução ao que a lei diz que ele é, ou a uma Instituição burocrática.

Nesse sentido, destaco o limite da liberdade sindical na estrutura sindical brasileira, a qual tem resquícios de um modelo corporativista pela regulação da representação a partir da categorização das atividades profissionais e pela imposição da unicidade sindical, um único sindicato para a representação da categoria profissional em dada base territorial³⁹. Isto limita o sistema da liberdade sindical ampla previsto na Convenção de nº 87 de 1948 da Organização Internacional do Trabalho, a qual possibilita a pluricidade, muito embora ela não tenha sido ratificada para incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Todavia, as experiências do coletivo Precários Inflexíveis em Portugal, por exemplo, com atuação e divulgação das ações na rua, em plataformas e redes de informática e comunicação em blog na rede de internet, demonstrou a mobilização social de trabalhadores precários, jovens, para o debate e ação frente as diversas realidades de precariedade, inclusive permitidas por políticas governamentais que acentuaram a precarização laboral, no intuito de redesenhar uma outra forma de luta, diversa da sindical, a partir da auto organização dos trabalhadores (Estanque, 2012), mas articulada com o movimento sindical, ainda que com alguma tensão e distinção na comunicação, na posição política e na forma de ser classe (Soeiro, 2012).

No entanto, esse cenário de auto-organização dos trabalhadores se fosse no contexto brasileiro, cuja estrutura sindical é adepta ao modelo corporativista (Carvalho, 2016), teria que observar a regulação da representação pela categorização das atividades profissionais e pela imposição da unicidade sindical. São aspectos que limitam a liberdade sindical.

Outra experiência é a da criação do sindicato dos trabalhadores da Amazon, nos Estados Unidos, a *Amazon Labor Union (ALU)*, que é exemplo de organização independente, liderada pelo jovem *Chris Smalls*, e que ocorreu durante o contexto da pandemia de covid-19, no qual as vendas pela internet aumentaram, e, por consequência, o ritmo de trabalho, houve demora na contratação de novos funcionários, negligência da empresa com a saúde dos trabalhadores pelo não fornecimento de material para contenção do contágio, que precisou ser reivindicado, e

trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. Como se vê, a legislação estabelece que o sindicato deve atuar na defesa e coordenação de interesses econômicos ou profissionais de empregadores e trabalhadores.

³⁹ O art. 516 do Texto Consolidado dispõe que: Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial. O inciso II do art. 8º da Constituição Federal delimita que: é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

denúncia de opressão racial no interior da empresa, cuja matéria foi divulgada em jornal de grande circulação, o que fez o interesse na sindicalização aumentar (Braga, 2023).

Essa experiência de sindicalização e reivindicação por melhores condições de trabalho, conduzida pelo tom juvenil e a partir da base, se efetivou pela solidariedade acerca da condição laboral e da opressão racial no ambiente laboral, de modo a concretizar a liberdade sindical. No contexto brasileiro, todavia a criação do sindicato teria que passar pelo crivo da categorização profissional e da unicidade sindical.

E, como ilustração dos limites do discurso sindical, a partir da apreensão pela juventude dos coletivos que investiguei, dou destaque a fala de Júlia, integrante do Crias da Mata, que em resposta ao questionamento se haveria alguma semelhança ou diferença do Crias da Mata com relação ao sindicato, caracterizou a sua percepção da seguinte forma:

“Acho que sindicato é uma coisa muito mais formal [...] Parece tudo muito burocrático, acho que quando ouço a palavra sindicato vem aquela coisa “é uma organização muito mais burocrática do que um movimento social”, não que o movimento social não tenha os seus regimentos, suas questões a cumprir, mas eu sinto essa questão quando se fala de sindicato.

Tiago, membro do Sarau da Onça, reconhece a luta sindical como necessária, mas limitada a uma pauta específica da vida das pessoas:

Entrevistadora: Você disse que vê semelhança entre movimento social e esses grupos aí, e sindicato você vê alguma semelhança entre o sarau e o sindicato?

Tiago: Não, risos.

Entrevistadora: E qual seria a diferença ou diferenças?

Tiago: Porque o sindicato é muito mais ligado à política do que a vida no geral das pessoas né, tipo, é muito mais ligado a questões políticas mesmo, política na, no, no sentido de politicagem mesmo, o sistema político brasileiro, eu acho que é muito mais (inaudível) a isso, do que... eu acho né, mas tipo assim, tem que ter, pois através disso que se conseguiu direito de trabalho, que certas injustiças que acontecem no ambiente de trabalho é... são enfrentadas através dos sindicatos, mas a diferença acredito que seja essa, e que mexe mais na vida diretamente das pessoas talvez o sarau mexa mais, tipo, trazer essa consciência crítica, formar lideranças às vezes, porque aí... acredito que através desses movimentos sociais, do que eles proporcionam que... vai se existir novos líderes de sindicato, é... e outras lideranças, outros espaços através desses movimentos sociais, tipo um grupo de capoeira por exemplo pode se formar músicos, líderes, é... atletas, o sarau da onça escritores, lideranças de grupos sociais, candidatos, políticos.

A mesma percepção expõe Dalila, participante do Sarau da Onça:

Entrevistadora: E você vê alguma semelhança entre o sarau e o sindicato?

Dalila: Não.

Entrevistadora: E qual a diferença entre eles?

Dalila: Acho que é porque o sindicato é mais voltado pro trabalhador né, dos direitos de trabalhador, e o sarau seja pro direito da pessoa mesmo, independente de ser trabalhador ou não, acho que tem essa diferença...

Pontuo que as falas da juventude sobre o sindicato ser uma Instituição burocrática reflete o cenário em que inquietações sobre omissões e exclusões são postas e que evidenciam novas

demandas (como as pautas identitárias e culturais). E entre elas está a concepção de trabalho como atravessada por questões interseccionais (raça, gênero, geração, etc.), que vão além discussão de classe social. Tais demandas culminam por rejeitar espaços de institucionalidade em favor de espaços associativos, em que o sentimento de pertencimento e identidade são aflorados, e que mais se aproximam da lógica dos movimentos sociais.

O movimento social é uma forma de organização da classe trabalhadora, assim como o sindicalismo. Contudo, grande parte do legado do movimento sindical é centrada na experiência da classe trabalhadora a partir de sua condição de classe. Nesse sentido, o debate sobre as diversas possibilidades de outros pertencimentos aponta para a necessidade de reconhecer “que a articulação com base na classe implica muitas vezes “silêncios e exclusões”” (Fortes, 216, p. 598).

Tais silêncios e exclusões, que também representam a existência de conflitos sociais, a partir da década de 1970 disputaram a experiência do espaço público “na forma de movimentos sociais plurais e autônomos, numa sociedade que então buscava sair da ditadura militar” (Paoli, 1993, p.143). Para a autora:

São movimentos múltiplos que emergem de vários pontos do espaço social e que dificilmente se universalizam, do modo esperado, em relação ao poder instituído. Não têm uma base classista necessária ou homogênea nem se constituem dentro de formas organizativas e discursivas já conhecidas; quando estas emergem em alguns destes movimentos, são tratadas como opções políticas debatidas e não como inevitabilidades históricas. [...] Estes movimentos mantêm viva a sua diferença interna, enfatizando desigualmente as dimensões reivindicativas; convivem diversamente no espaço social movimentos por direitos sociais propriamente ditos, por direitos culturais, por direitos humanos, por direitos econômicos e sindicais e por direitos de expressão. Cada ênfase destas encontra forma na ação que organiza cada identidade coletiva e seu campo de atuação.

Assim, seja pelo aporte teórico, seja pela empiria dessa pesquisa, o contraponto aqui estabelecido conflui para a necessidade do movimento sindical se reinventar e resgatar a solidariedade para além da temática laboral institucionalizada.

O “novo vocabulário” (Rodrigues, 2023, p. 107), considerando o recorte dessa pesquisa, pode ser com a voz juvenil e comunitária como uma nova lógica para reconstituir vínculos solidários e contemplar a luta de outros grupos que experimentam a exclusão social, que no caso da periferia de Salvador tem o tom da pele racializado.

No aspecto comunitário, Braga ressalta as experiências de novos sindicatos, nos quais havia protagonismo juvenil, e faz crítica a estrutura sindical “de cima para baixo” (2023, p. 12), através dos dados que coletou com os trabalhadores e as trabalhadoras de cidades rurais do Estado da Pensilvânia, EUA, que sofreram o impacto da ausência dos trabalhos industriais e do sindicalismo de justiça social.

A sua conclusão é que a chave das solidariedades, a partir das comunidades, vai além da condição laboral. Ela toca na vivência da repressão policial marcada pelo aspecto racial e na ausência de acesso a direitos sociais básicos, tanto pela população não racializada, que é afetada com a piora da condição laboral e de vida, quanto pela população racializada que é alvo da exploração econômica e da expropriação política. Esta “passa a funcionar como condição da reprodução da exploração econômica” (Braga, 2023, p. 233).

A expropriação política dessa população é representada pela violência política não só no aspecto laboral, que historicamente demonstra a maior parte da população negra vivenciando trabalhos informais ou empregos e salários aquém aos da população branca. É, ainda, “o abuso da força [...] déficit de moradias decentes, dificuldade de acesso à comida fresca, o endividamento das famílias, as escolas de baixa qualidade, a falta de cuidados com a saúde, [...] subinvestimento permanente em serviços urbanos essenciais, como limpeza urbana” (Braga, 2023, p. 237). Ou seja, é um retrato da expropriação política nas comunidades e que guarda correspondência com as mazelas informadas pela juventude dos coletivos da Pastoral da Juventude, do Sarau da Onça e do Crias da Mata existentes nos bairros periféricos de Sussuarana e Mata Escura da cidade de Salvador (BA).

A contribuição teórica sobre voltar para esses locais marginais, pois ali novos vínculos de solidariedade e identidade existem, ou estão sendo forjados para pautas além da laboral, (Braga, 2023) vai ao encontro das bandeiras levantadas pelos coletivos juvenis da periferia de Salvador aqui investigados.

E nesse sentido, por um lado, o discurso sindical corporativista, tal como posto, é incongruente, é limitante e não se envolve com as demandas comunitárias e de estar no espaço marginal, periférico e social, nos quais também há experiências coletivas em que a juventude traça estratégias e agências também de bem-estar. Para Braga, a perspectiva é por um “novo sindicalismo de justiça social” (2023 p. 260). Por outro lado, o sindicato não aproveita esses espaços para tentar recuperar o debate sobre assuntos sindicais se aproximando de outras frentes, contra outras formas de exploração e/ou opressão, tanto é que os coletivos juvenis que investiguei apontam para um processo de distanciamento do direito ao trabalho, enquanto discurso jurídico e discurso sindical, do discurso sobre o trabalho.

Pensar a articulação entre movimento sindical e coletivos juvenis em comunidades de periferia é um horizonte para uma rede de debates e intervenção para a construção de projetos políticos, principalmente diante dos cenários de precarização da vida que deu novos contornos a questão social, a partir das transformações no contexto laboral que ocorreram após a reestruturação produtiva.

1.3 Aproximações e distanciamentos do Movimento Social e Sindical

Feito esse contraponto entre o processo de distanciamento dos coletivos de juventude com as instituições que dão corpo aos princípios e regras que regem o Direito do Trabalho e o Direito Sindical, com a “crise” do sindicalismo, com os limites do discurso sindical para a juventude e para outras coletividades (população racializada) que vivenciam cenários de exclusão e/ou opressão em uma análise geral, passo a propor a reflexão sobre aspectos que aproximam e/ou distanciam os coletivos com a morfologia do Movimento Social e do Movimento Sindical.

Nesse sentido, eu não desconsidero que há limites, mas há também possibilidades de analisar os coletivos juvenis fluando, ou não, sobre o movimento sindical e/ou o movimento social.

Além disso, não pretendo dissociar o movimento sindical do movimento social, apenas estabelecer paralelos de aproximação ou distanciamento entre estes e os movimentos juvenis organizados na periferia, a partir da percepção da juventude dos coletivos da Pastoral da Juventude de Sussuarana, do Sarau da Onça e do Crias da Mata e de referenciais teóricos, localizando a cisão do Direito do Trabalho, como uma pauta apropriada pelo Sindicato, e os direitos que o segmento juvenil traz em seu repertório (e aqui me refiro a toda a empiria demonstrada ao longo do texto da dissertação).

Como são coletivos situados em bairros periféricos da cidade de Salvador (Ba), Sussuarana e Mata Escura, cuja população é majoritariamente racializada, o diálogo sobre a questão racial, a problematização e a construção de rede na comunidade surgem no espaço de sociabilidade e proporcionam o pensar coletivo por emancipação, a partir de um horizonte decolonial.

Como ilustração dessa costura eu aponto a fala de Abdias, jovem líder no Crias da Mata e integrante do Sarau da Onça:

Entrevistadora: Nesse espaço de sarau o que se busca?

Abdias: Eu acho que a formação de um letramento periférico, de um letramento racial pra os meninos, uma outra perspectiva, uma mudança de perspectiva, é fazer com que a galera entenda que o que é possível, que não é fácil, e aí a gente não vai entrar em discursos meritocratas dentro do sarau, porque não é essa a visão, mas entender também que existem rede de apoio e que cada pessoa daquele sarau pode ser uma rede de apoio.

E dentre todos os repertórios sobre as pautas formativas, identifico objetivos que margeiam o debate sobre o reconhecimento social e o pertencimento a espaços públicos, por exemplo, quando se pensa no direito à educação pública universitária quando falam em

“cursinho pré-vestibular” e no direito ao trabalho regulado quando falam em “criação de currículo”:

Entrevistadora: Sobre o que se conversa nesse espaço?

Abdias: Tudo, tudo, inclusive a elaboração de projeto, elaboração de projeto, criação de currículo, pode ser algo muito prático, pod... pode ser é, uma oficina pra debater a história da capoeira, que também faz parte da nossa história, entende? Então assim, é literalmente ser o ponto fora da curva, tá ligado? É ia olhar... pra... assim... o que é que é... o estudo formal não toca dentro da escola que a gente vai pegar agora e colocar, o quê que tá no livro aqui de história, mas que não é bem assim, ou então o que é que não tá nesse livro de história e ao mesmo tempo pre... éééé... aula pré-vestibular, o Sarau da Onça eu lembro que num ano, a... agora eu não vou conseguir recordar que ano foi, mas fazia e espero que volte agora pós - pandemia né que consegue se ajeitar, um cursinho pré-vestibular [...]. Então tipo assim, pra galera ocupar a universidade não sei se somente como eu era antes, eu cheguei na UFBA há muito tempo e só vim estudar na UFBA cinco anos depois, eu chegava na UFBA pra ficar rimando, pra ficar resenhando, pra ficar brincando, mas não era estudante, ó pá aí? Conhecia o espaço assim limitado da UFBA, mas nunca tinha entrado numa sala, por exemplo, então pra entender tipo assim que eu nunca me via dentro da sala, enquanto estudante, nunca me via.

São ações tímidas que evidenciam o construir de repertórios para um futuro agir e que perpassam por uma formação política e crítica da sociedade.

Nessa pretensão emancipatória as categorias do afeto e do acolhimento são reforço aos laços de solidariedade, assim como outras edificações/formações voltadas para a conscientização e a politização das pautas do dia a dia da juventude periférica, o que implica em discutir direitos e contextos de ausência ou de inefetividade destes, por exemplo, com relação ao direito à cidade, ao lazer, ao debate de gênero e à saúde como relata Maria Cristina, jovem líder no Crias da Mata:

Entrevistadora: Nesse espaço do Crias o que se busca?

Maria Cristina: Eu busco acolhimento, eu busco é... escuta, eu busco a voz dos meus sabe... compar... partilha, é isso que eu busco, e que a gente possa, cada um do seu lugar, se politizar, e crescer.

Entrevistadora: Sobre o que se conversa nesse espaço do Crias?

Maria Cristina: Ah, a gente conversa assim... o... o Crias é um coletivo muito... é... plural né, dentro do nosso corpo do coletivo tem... tem psicóloga né, tem Jamile que é design interiores, tem eu que é da ciência política, França é mais da arte, Alan é mais fotógrafo, então já tem essa diversidade dentro do coletivo, é... o Crias a gente tem uma formação política antes do sarau né, antes das poesias, das músicas, das danças, e essas formações políticas a gente já falou sobre acesso à cidade, a gente já falou sobre elislofobia, a gente já falou sobre política institucional, governamental, a gente já falou sobre TPA, a gente já falou sobre várias coisas assim que estão ligadas ao nosso dia a dia e que a gente precisa se apropriar né, enquanto moradores e jovens periféricos, é isso.

Esse panorama remete a reflexão que os movimentos juvenis organizados tratados nessa pesquisa orbitam sobre pressupostos teóricos desenvolvidos por Melucci (1989) constitutivos dos sujeitos coletivos de direitos (Souza Júnior, 1990) que resgatam elementos como a

solidariedade e a identidade em tempos de proliferação do discurso neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Melucci (1989) compreende a atuação coletiva como pautada nas seguintes categorias analíticas: em 1) laços de solidariedade que 2) desenvolve um conflito e 3) rompe limites postos do sistema em que se dá a ação. A solidariedade é vista na ideia de reconhecimento como parte da unidade social. O desenvolvimento do conflito é a relação entre opostos que visam o mesmo bem valorado. E o romper dos limites do sistema é o pensar as possibilidades de variação admitida na estrutura do sistema.

Com esses parâmetros analíticos, entendo que as falas coletadas na pesquisa de campo se aproximam das categorias tratadas por Melucci, pois nos processos formativos em coletividade se concretiza um sentimento de solidariedade quanto aos valores, à formação de opiniões, aos pressupostos de vida, além de uma identidade no sentido de pertencimento comunitário.

Esses aspectos são enfatizados na fala de Dandara, jovem integrante da Pastoral da Juventude em Sussuarana:

Entrevistadora: Há algum sentimento de identidade no sentido de pertencimento?

Dandara: Sim.

Entrevistadora: Pertencimento ao quê?

Dandara: À sociedade, ao todo, como um todo, que a gente tá incluso, que a gente não tá totalmente esquecido, por mais que pareça, partes de alguns... de algumas áreas, a gente tá incluso sim, que a gente é... somos todos iguais, todo mundo tá ali, vê sua dificuldade, vê o que você vive, em geral, entendeu?

E no entender de Maria Cristina, liderança jovem no Crias da Mata, a solidariedade reflete a condição das pessoas e as práticas ancestrais da população racializada, ao ponto de criar o sentimento de identidade e pertencimento local, de saberes e formas de elevar a estima:

Entrevistadora: O grupo desperta algum sentimento de solidariedade?

Maria Cristina: Sim.

Entrevistadora: Em relação ao quê?

Maria Cristina: A condição de todos nós né, todos nós um participamos da vida do outro ali, (...) às vezes um tem uma dificuldade, tá com um parente que tem uma dificuldade de alimentação, a gente vai, arruma uma cesta, então acho que essa é a nossa forma assim de... de... ser solidário um ao outro, até porque a gente, pouxa, a gente tenta exe... exercitar a solidariedade sabe, porque tá todo mundo tão vulnerável que a solidariedade acaba sendo algo que... a gente tem, que eu sinto que é muito por uma questão de ancestralidade, que os nossos povos sempre tiveram nessas condições e sempre ajudaram uns aos outros [...]

Entrevistadora: Há algum sentimento de identidade no sentido de pertencimento?

Maria Cristina: Sim, principalmente periférico [...], o pertencimento intelectual, sabe, o pertencimento da autoestima, acho que nesse lugar.

Esses dados identificam uma experiência e uma dinâmica de reconhecer e ser reconhecido(a) como parte da unidade social, a partir de laços que se fortalecem nos espaços

de pastoral e de sarau nas comunidades periféricas, como também no delineamento da periferia como lugar social e da população racializada como voz ativa.

Retiro essas impressões da fala de Ayana, jovem participante do Sarau da Onça:

Entrevistadora: O grupo faz alguma reivindicação?

Ayana: Acredito, reivindicação em questão de mostrar que na periferia não existe só ladrão né, como a imprensa sempre foi... sempre gostava de ser... de mostrar né pra o povo, principalmente assim, teve uma época que o Se liga Bocão né, época do... desse programa aí, não é nem o Balanço Geral, é o Se liga Bocão mesmo, que ele toda vez tava lá na Sussuarana e ele dizia assim “porque no bairro só existe vagabundo, essas coisa”, aí o pessoal sempre dizia “não, aqui tem pai e mãe de família que acorda cedo, tem jovem que faz isso e faz aquilo” sabe? Nessas questões, então também tem muita poesias voltadas pra esse público, principalmente pro apresentador que no final da poesia a galera dizia “cala a boca Bocão”, risos, e aí pronto, é... [...] a questão também da... do racismo né, de dizerem que a gente, povos pretos, é não sabemos lidar com muitas coisas, que a gente não tem autoridade pra fazer aquilo que a gente quer, que a gente não consegue [...].

E para Ivy, jovem participante do Crias da Mata, a dinâmica coletiva instrumentaliza as reivindicações de direitos em face de um cenário de negligência e esquecimento da periferia:

Entrevistadora: O grupo faz alguma reivindicação?

Ivy: Sim, sim, ele reivindica os nossos direitos, os direitos da comunidade, os direitos de... é... como eu disse, a gente é muito negligenciado, então eles reivindicam isso, que o governo tenha algum olhar mais, mais delicado pra, pra gente né, [...] acabam esquecendo da periferia, acabam esquecendo do... que existem pessoas né, do nosso lado também, e aí eles não, não nos tratam tanto assim com... e aí eles são desumanos com a gente, então é isso que... é... o movimento do Crias da Mata eles reivindicam, nossos direitos, [...]a gente procura dar um, um... um... dar autoestima pra galera.

A semente dessas sociabilidades é potente, pois estimulam, também, o amadurecimento para a consciência do coletivo, para a realidade social de periferia e o seu papel de agente na comunidade, o que promove o desenvolvimento da dimensão sócio-política, além de engajamentos que anseiam transformação social quanto ao que se entende por mazelas, opressões, injustiças e desamparos que assentam a existência de um conflito, uma relação de oposição no tecido social.

Para Abdias, liderança no Crias da Mata e participante no Sarau Onça, há um estímulo para o agir militante, uma comunidade que milita:

Entrevistadora: Esses espaços estimulam uma caminhada militante?

Abdias: Com certeza, é... independente pra que lado seja, se seja... uma, uma militância cultural, uma militância partidária, uma militância racial, uma militância do que for, mas, estimula.

E o agir militante pressupõe um processo de conscientização, como indica Lara, liderança jovem na Pastoral da Juventude em Sussuarana, em face dos reconhecimentos dos contextos de mazelas e opressões como a da ausência de segurança pública e a busca pelo trabalho regulado:

Entrevistadora: Você entende que esse espaço de coletividade é importante para a juventude?

Lara: Sim.

Entrevistadora: Por qual razão?

Lara: Porque é nesse espaço que a gente tem outras referências, né, além do bairro, eles têm... criam a consciência né... enxergam, de enxergar a nossa realidade é... no espaço de debate, eles trazem muitos assuntos pessoais pra gente, pra compartilhar com a gente, acho que esse espaço que ele tem de segurança, de se abrir pra um outro que eles se reconhecem como igual pra ele.

[...]

Entrevistadora: O grupo reconhece alguma mazela, alguma opressão, alguma desproteção que afeta a juventude?

Lara: Sim.

Entrevistadora: Qual(is)?

Lara: Opressão da segurança pública hoje, é a gente tem bastante consciência, a questão de emprego né, de não ter como... como iniciar, de não saber como vai entrar em um trabalho CLT.

Entrevistadora: Enquanto liderança você reputa que os jovens ao fazer esses reconhecimentos eles tomam consciência de possíveis ausências ou violações de direitos?

Lara: Dos dois.

Especificamente sobre o agir cultural e pastoral da juventude articulada nos coletivos que investiguei, percebo o repertório de ação na sutileza dos poemas que recitam, que criam, que conscientizam no caso dos coletivos que desenvolvem os saraus, no agir solidário que concretizam e na teia de sociabilidade que constroem, tanto no movimento de sarau, quanto no movimento pastoral.

Tiago, participante do Sarau da Onça, ilustra esses aspectos em seu relato:

Entrevistadora: O grupo faz alguma reivindicação?

Tiago: Sim, com certeza, risos, toda poesia é uma reivindicação, mas tipo já aconteceu de, de chamar autoridades pra debater certos assuntos.

[...]

Entrevistadora: O grupo reconhece alguma mazela, alguma opressão, alguma desproteção que afeta a juventude?

Tiago: Demais, todas, as, as, as principais, as primeiras poesias do sarau mesmo uma delas, por exemplo, denunciava o posto de saúde da Sussuarana que tinha uma caixa de lixo na frente do posto de saúde, as pessoas descartavam lixo, a comunidade inteira descartava lixo num lugar que era pra promover saúde, tipo, um monte de lixo num posto de saúde, muita contradição, e foi com essa denúncia, tipo, recitando essa poesia que a realidade mudou, chegou um outro posto de saúde.

Entrevistadora: Tem outras mazelas?

Tiago: Violência policial, é... que tem muita gente que vai recitar e recita coisas referentes a isso, violência contra é... pessoas homossexuais, trans, é... violência de estupro de pai com filha, que é tipo poesia com todo esse tipo de situação, abandono de pais com filhos, tem bastante coisa, tudo que a gente sofre já pareceu no sarau, alguém falando sobre.

Entrevistadora: Enquanto liderança você reputa que os jovens ao fazer esses reconhecimentos eles tomam consciência de possíveis ausências ou violações de direitos?

Tiago: Sim, sim, com certeza no tempo de sarau é um espaço que é... esses jovens conseguem adquirir consciência crítica pra enxergar esse tipo de violação, tanto pela... pelos debates que acontecem quanto pelas realidades que são apresentadas lá.

O repertório de ação por meio da arte também é evidenciado na fala de Maria Cristina, líder jovem no Criar da Mata:

Entrevistadora: Você entende que esse espaço de coletividade é importante para a juventude?

Maria Cristina: Sim.

Entrevistadora: Por qual razão?

Maria Cristina: Porque é um espaço que é... esse... os jovens eles podem chegar e a partir da poesia falar sobre as suas angústias, falar sobre violências que eles sofrem, entendeu? [...] então, eu acho que é importante para os jovens, porque é um espaço onde eles podem colocar pra fora as angústias que sofrem a partir das vulnerabilidades das quais eles enfrentam todos os dias, eu acho que é esse lugar da gente compartilhar a... as nossas artes né, porque ali é dança, é teatro, é poesia, é um espaço aonde a gente pode falar de política de uma forma acessível, em... em uma linguagem nossa, periférica, preta, sabe, em sua maioria, mas a raça vai atravessar diretamente essa relação, é um espaço aonde a gente pode se informar e formar que é o importante né, você criar auto estima pra você participar de um *slam*, pra você participar é... de uma batalha nacional, é esse espaço que você inicia ali fazendo uma poesia, você vai fazer mais duas, três e daqui a pouco você tá girando as batalhas da cidade, então... interfere diretamente no pessoal, de cada um de nós ali.

Por esses achados, entendo que a opção política da juventude das coletividades entrevistadas é contra as opressões, as mazelas e a lógica neoliberal que adentra a intersubjetividade da costura social, apostando na individualidade e no discurso da meritocracia, em disputa com o fundamento da solidariedade que embasa a ação coletiva, ainda que com alguma contradição.

O jovem líder Abdias, por exemplo, na sua individualidade diz que prefere o trabalho “sem carteira assinada”, pois “consigo fazer minha grade, consigo fazer minhas apresentações, eu consigo sair do..., consigo ser mais criativo, é isso né [...], mas tenho que ficar com carteira assinada porque tem a questão da segurança”. Essa percepção contraditória, contudo, não traduz uma repulsa à relação de trabalho regulada, mas, sim, à forma como ela é regulada no que toca a fixação da jornada.

O aspecto da contradição ou da ambiguidade é compreendido por Marilena Chaui como demonstração de “processos de conhecimento, a criação de uma cultura ou de um saber a partir de ambiguidade que não estão na consciência dessa população, mas na realidade em que vivem” (2023, p.131).

Para ela, “seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas da sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe [...]” (2023, p. 103). E, por isso, a percepção ambígua da juventude sobre aspectos do trabalho regulado, enquanto objeto cultural, “é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas” (2023, p.103).

Sobre as coletividades juvenis investigadas, há, ainda, um agir em busca de modificação social para romper um limite de variação admitido pelo sistema posto. No caso, uma experiência por emancipação a partir da coletividade pastoral ou cultural, da inconsciente percepção da

captura neoliberal, por exemplo, no contexto de trabalho (quando surge a contradição ou falas de aversão ao trabalho com carteira assinada como algo que engessa a administração do tempo), das formas de sociabilidade e até da própria ideia de comunidade.

Em resumo, quando identifico na dinâmica do grupo jovem (pastoral ou cultural) a permanência por opções de vivência comunitária, frente às opressões e explorações vividas na periferia, visualizo o rompimento da variação de limites admitida por determinada estrutura. É um desafio à lógica do sistema capitalista e à narrativa neoliberal, embasadas em relações de poder e de desigualdade material, por meio de uma orientação antagonista, ainda que limitada aos recursos que os movimentos juvenis de periferia têm acesso.

A dinâmica dos coletivos de juventude também pode ser analisada pela lente da teoria do confronto político (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009) que dão tom as “dimensões política e cultural” (Santana; Fraga; Peres, 2023, p. 23) e às expressões e ações de mobilizações coletivas desenvolvidas com a ideia de repertório. Nessa pesquisa eu utilizo a ideia de repertório com tom comunitário, de modo que o seu desdobramento referente à evolução para a noção de um “conjunto de performance” (Alonso, 2012, p.29) não é aqui desenvolvida.

Assim, a ação pastoral dos(as) jovens da Pastoral da Juventude de Sussuarana, enquanto cultura religiosa, adota repertórios voltados para a comunidade com as missões, as caminhadas, as campanhas (contra o extermínio da juventude e pela vida das companheiras), os debates, as ações de solidariedade e sociabilidade.

Já os(as) jovens do Sarau da Onça e Crias da Mata, os repertórios são de práticas culturais com os saraus, as caminhadas, os debates, as formações, as apresentações em praças da comunidade e fora da comunidade.

Essas são as formas (Alonso, 2012) de repertório comunitário de confronto, em especial, voltadas para o Estado (enquanto opositor para o qual são direcionadas reivindicações), tendo em vista as mazelas e opressões existentes nos bairros periféricos de Sussuarana e Mata Escura da cidade de Salvador (Ba), dentre elas, a ausência de políticas públicas que viabilizem direitos de cidadania e a manifesta repressão policial. Afinal, a discussão sobre direitos (reivindicação ou reconhecimento) perpassa pelo contexto de conflito social.

Com esses referenciais teóricos direciono o olhar no sentido que os coletivos da Pastoral da Juventude de Sussuarana, Sarau da Onça e Crias da Mata sugerem aproximações com outras articulações coletivas que encabeçam repertórios de lutas, como o movimento social e o sindical, bem como ilustram a concepção de sujeito coletivo. A amostra empírica indica pontes entre as coletividades juvenis com a configuração do movimento social e sindical.

Lara, liderança na Pastoral da Juventude de Sussuarana, por exemplo, caracteriza como ponto de intersecção entre as coletividades o objetivo de atuarem em prol de melhores condições para a classe trabalhadora:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social ou sindicato?

Lara: Não.

Entrevistadora: Você vê alguma semelhança ou diferença desse grupo pastoral que você participa com o movimento social e sindicato?

Lara: Acho que todos são por melhorias né, melhorias pro... pro... assalariado, melhorias pro jovem dentro do bairro então... acho que a semelhança é essa, a busca por melhorias pra classe que necessita, a que trabalha, a que estrutura a cidade.

Por outro lado, o engessamento da estrutura sindical aflora como ponto que distancia os coletivos juvenis da figura da organização sindical, embora ambos tenham pretensão emancipatória, ainda que dentro dos limites que o sistema capitalista impõe. É o que eu recolho da percepção de Dionísio, jovem integrante do Crias da Mata:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

[...]

Dionísio: Já, já.

Entrevistadora: E sindicato?

Dionísio: Não, não.

Entrevistadora: Você vê alguma semelhança entre o movimento social e esses grupos que você citou aqui da Mata Escura?

Dionísio: Sim.

Entrevistadora: Qual seria?

Dionísio: O fato de querer mudar a sociedade, de querer transformar ela em algo melhor, acredito que isso.

Entrevistadora: E com sindicato você vê alguma semelhança?

Dionísio: Sim, sim, querer direitos e oportunidades, melhoria também.

Entrevistadora: E diferenças, você vê entre os grupos e sindicato?

Dionísio: Ôh, eu não entendo direito, mas eu acredito que... o sindicato ele precisa seguir toda uma norma, toda uma... toda uma cartilha, tudo direitinho, já esses espaços eles tem mais uma... uma espécie de liberdade pra poder falar livremente sobre esses assuntos, sobre os assuntos, acho que seria essa a diferença.

Entrevistadora: E movimento social você vê alguma diferença?

Dionísio: Não, eu acredito que tá bem próximo.

E, para além dos limites estruturais de proceduralização do agir representativo, há a categorização para a representação das atividades econômicas e profissionais que cercam os limites da luta para a pauta laboral, o que é um distanciamento das outras pautas que os coletivos de juventude abordados nessa pesquisa dão tom e voz.

Essa análise eu extraio do discurso de Maria Cristina, liderança jovem do Crias da Mata:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

Maria Cristina: Sim, do Odara, hoje eu faço parte do Mulheres Negras decidem né, o Odara estuda a mulher negra, já faço parte da Mulheres Negras decidem, já fiz parte da RJF, Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas, quando adolescente eu fiz parte do movimento MJPOP, Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, fiz também parte do Conexão Cidadão, risos, já fiz parte também, risos, da LBL, Liga Brasileira de Lésbicas, construindo o (não entendi) seminário nacional de lésbicas e bissexuais, é... já fiz parte de um movimento aqui em Salvador que era uma Ocupação

Sapatão que era uma festa só direcionada para mulheres, é... hoje faço parte do Crias, Coletivo Crias da Mata e é isso, assim, eu tou falando muito resumidamente, risos, porque eu já participei de muitas coisas, fiz muitas coisas, mas esses foram os espaços que eu participei durante anos.

Entrevistadora: E de sindicato, já participou?

Maria Cristina: Não, não tenho sangue.

Pesquisadora: Você vê alguma semelhança ou diferença do Crias com o movimento social?

Maria Cristina: Sim.

Entrevistadora: Qual seria?

Maria Cristina: A disputa.

Entrevistadora: Mas aí seria semelhança ou diferença?

Maria Cristina: A diferença, a disputa política [...] eu não vou nem dizer que é uma disputa política porque o Crias também faz disputa política quando a gente tá ali né... no [...] processo de disputar aquelas mentes venham, venham, venham, mas eu digo que o lugar de... de estar em alguns espaços de secretaria sabe, de alguns espaços de... de... conselhos, de alguns espaços nacionais de disputa de políticas públicas, eu acho que essa é a diferença, né, por isso que a gente é coletivo também, e... a semelhança é essa ideia de que a gente precisa acessar sabe, direitos.

Entrevistadora: E você vê alguma semelhança da ideia do Crias com o sindicato?

Maria Cristina: Não.

Entrevistadora: Então, qual seria a diferença?

Maria Cristina: Assim, porque o sindicato é... tem uma atuação direcionada a uma... [...] área né, sindicato de engenharia, sindicato de ciências sociais, sindicato de não sei o quê, esse sindicato tem uma função ali que é, pelo menos teria né, que é garantir os direitos desses profissionais de certa área e também promover é... discussões né, coisas pra... para a melhoria da classe trabalhadora e (não entendi), então o Crias não tem um... um... uma linha só, entendeu?

Por outro lado, Abdias, também liderança no Crias da Mata, narra a representação sindical como incisiva na reivindicação por melhores condições de trabalho:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

Abdias: Social já, mas num...

Entrevistadora: E de sindicato, já participou?

Abdias: Não como... como posso dizer... nunca como sindicalizado, mas meu pai é diretor de sindicato, eu sou da luta sindical, tá ligado? [...] meu pai é sindicalista, meu pai é diretor do sindicato dos vigilantes e aí tipo... sempre tô na luta com ele, me forjou nessa luta assim.

Entrevistadora: Você vê alguma semelhança entre o Crias e o movimento social?

Abdias: Sim, inclusive é... a galera do sarau de certa forma é... faz o diálogo com o movimento social, a questão da luta, a questão da formação é... passei muito tempo no movimento social, e o que mais me chamou atenção no que eu hoje trabalharia aí... ainda é o movimento sem teto, inclusive passei vários anos assim, acho que uns três anos em diálogo com o MSTB né, que é o movimento sem teto da Bahia, e aí com a galera do... da (não entendi), a galera do MST, movimento sem teto, tipo assim... é uma galera que tem um debate embasado, eu acho que é isso que falta até ne alguns movimentos sociais, debate embasado, você conhecer o seu direito, você saber o que você está lutando e aí... eu participei também de alguns movimentos que eram meio perdidos, sabe? E aí eu... só que quando eu venho com o sarau eu venho com o sarau já... essa semelhança com esses movimentos que eu acredito que hoje eu lutaria, movimento como sei lá a Conem que eu já vi um trabalho muito forte, que é um movimento social mais questão racial, o Negro também tem isso, enfim, tem, tem várias assim que tem esse trabalho pensado, só que tá perdido.

Entrevistadora: Por quê?

Abdias: Porque tá velho, não tem uma renovação de quadro a depender do movimento, tem a juventude, mas a juventude é para é... *on line* sabe? *On line* na hora de aparecer é o França Mahin, o jovem negro periférico ali na frente, o, o, o coletivo, o movimento dá... esse espaço, é o movimento dá, só que na hora de tomar a decisão não é o França

Mahin que tá sentado na cadeira, e é tão escroto quanto o que o Governo, a Prefeitura, ou qualquer pessoa faça, diferente do sarau, diferente do sarau, que o sarau é você chegou, você vai sentar é... às vezes tem coisas que vão ser decididas ali, na frente do público que chegou a primeira vez, tá ligado?

Entrevistadora: E sindicato, tem semelhança?

Abdias: Eu vejo no sentido de luta assim, eu gosto muito do sindicato, sindicato é uma galera muito revoltada assim, é... eu gosto de sindicalista vei, sindicalista pra mim é massa que os caras já chegam “bora, bora tocar fogo em tudo, bora destruir tudo” aí... aí tipo assim, não que o certo seria esse, não tô falando do discurso, aí diferença do sindicato pra movimento social, mas o, o, o, sindicato acho que é mais incisivo, o movimento social já é mais teórico até, às vezes, a depender do movimento é mais teórico, a depender do movimento, mas tipo... eu acho... a depender do sindicato é mais incisivo “bora destruir tudo”, claro, mas não é o que eu falo da questão do... do discurso, desse negócio do bora destruir, mas a energia diz assim “é pra fazer greve, bora fazer”, mas também tem a questão depende do sindicato, se é pra fazer greve umbora fazer, se é pra sentar e negociar umbora sentar e negociar, o que não pode é continuar assim, é a onda tipo assim “eu j... já não aceito mais”, quando o sindicato diz senta diz assim “a gente já não aceita mais, cabou”, não tem quem faça voltar atrás “ôh, aceite mais um pouquinho” é a mesma coisa do sarau, semelhança é isso, “ôh aceite mais um pouquinho, sente mais um pouquinho, bora conversar” “conversar nada, você me dá ou (não entendi)”, a gente negocia, a gente pode até negociar e vê o que fica melhor pras duas partes, mas do jeito que tá não vai ficar mais.

Há aqui um encontro e um desencontro entre o Crias da Mata e o sindicato. A aproximação é no sentido que ambos corporificam a ideia de sujeito coletivo que não se conforma com as condições de vida. O primeiro, com as condições existentes na comunidade periférica, e o segundo com as condições de trabalho (que também é, de certa forma, condições de vida).

E a leitura da ausência de aprofundamento, pelo Crias da Mata, sobre a pauta do trabalho e as condições de trabalho, de forma direta e prioritária, parte da análise que aponta o entendimento de distanciamento entre a estrutura sindical e os movimentos juvenis, e outros de forma geral, ao ponto de o debate sobre o trabalho pertencer ao movimento sindical, justamente, por este só abraçar a luta das pessoas enquanto classe trabalhadora.

A impressão que retiro desse panorama é que a juventude pertencente aos coletivos investigados entrega percepções que aproximam ou fazem orbitar, flutuar os seus movimentos organizados sobre a compreensão do movimento social. Contudo, não deixam de estabelecer como ponto de intersecção entre os movimentos juvenis da periferia, o movimento social e o sindicato os repertórios de vivências coletivas que se voltam para a transformação da sociedade, para a busca por melhores condições de vida, para a reivindicação de direitos e para a formação de identidade.

Tais questões são visíveis nas falas de Ana, liderança na Pastoral da Juventude, Luffy e Helena, integrantes da Pastoral da Juventude, respectivamente:

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social ou sindicato?

Ana: Movimento social, não, mas né...a gen... a gen... assim... eu não... nunca participei né..., mas acompanho assim... de notícia e tal.

Entrevistadora: E sindicato, já participou?

Ana: Sindicato não.

Entrevistadora: Mas você vê alguma semelhança ou diferença desse grupo pastoral que você participa com o movimento social e sindicato?

Ana: Sim, sim. A semelhança seria mesmo de... do... desenvolvimento né... da capacidade crítica mesmo em relação a esses assuntos né... de assédio, (inaudível), racismo e do... do... desejo mesmo de mudança da realidade né... e da parte de reinv... reivindicar os direitos.

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

[...]

Luffy: Hum, não, nunca participei.

Entrevistadora: E sindicato, já se filiou?

Luffy: Sim, agora eu faço parte do sindicato dos nutricionistas, pois nossa profissão precisa de melhores... de melhores condições de trabalho.

Entrevistadora: Você vê alguma semelhança ou diferença desse grupo pastoral que você participa com o sindicato?

Luffy: Sim, eles lutam por melhores condições de vida.

Entrevistadora: E com o movimento social?

Luffy: Sim, sim, acaba que... acaba que a PJ acaba se enquadrando nesse mesmo sentido, de buscar melhores condições de vida pra população periférica.

Entrevistadora: E diferenças entre eles, você vê?

Luffy: A espiritualidade.

Entrevistadora: Você participa ou já participou de algum movimento social?

[...]

Helena: Unhum, eu acho que não, não.

Entrevistadora: E sindicato?

Helena: Não.

Entrevistadora: Você vê alguma semelhança do grupo pastoral/PJ que você participa e essas duas organizações coletivas?

Helena: Eu acho que são pautas diferentes, mas tem algumas semelhanças.

Entrevistadora: Tipo quais?

Helena: Vou... vou... vou fazer a comparação com o MST [...] fala assim um... um pouco da reforma agrária né... e eu acho que... essa busca... tipo... essa questão da identidade também, se reconhecer como identidade de um... de um grupo, eita! Peraí, calma, voltou, essa... essa questão de identidade de tá dentro de um grupo, você criar é... afinidades dentro de um grupo, em questão das reivindicações também, dos atos políticos e de a vivência em comunidade.

Há intersecção, também, por raciocínio inverso, na tentativa de tentar dissociar “a luta por direito” com o ato de “reivindicar”, as quais são dinâmicas intrínsecas, como é perceptível na fala de Dandara, jovem participante da Pastoral da Juventude de Sussuarana:

Dandara: Eu acho que a Pastoral tem semelhança com o movimento social.

Entrevistadora: Por quê?

Dandara: A luta por direito, por inclusão.

Entrevistadora: E qual seria a diferença quanto ao sindicato?

Dandara: Porque o sindicato, na maioria das vezes, vai na frente do trabalhador para reivindicar algo, né? [...] E vai pra sempre reivindicar algo, falar sobre o direito, cobrar o que não tá sendo feito, e o movi... movi... a pastoral eu não vejo isso, vejo mais como uma coisa social que é com várias pessoas, que é com várias pessoas de realidade diferente, falando sobre... sobre luta, sobre os deveres, sobre os direitos.

São com essas aproximações e distanciamentos, embasadas na pesquisa de campo, que percebo a juventude periférica, em suas respectivas sociabilidades coletivas, dialogando com a perspectiva do Direito que compreende suas fontes para além da lei. Como resultado do processo de confronto da realidade ou do conflito social, através de condições estruturantes de opressão e exploração que, na seara trabalhista, por exemplo, interpelam a ideia de proteção.

Aqui, há um ponto de contato com a proposta do Direito Achado na Rua, a partir da leitura crítica da normatividade. Se trata de uma epistemologia que pensa o direito para a emancipação social (Souza Júnior, 2021).

Nela, o sujeito de direito, individual ou coletivo (Souza Júnior, 1990), reivindica a titularidade do direito de modo atrelado ao caráter libertador das condições espoliadoras e exploradoras (Souza Júnior, 2021), seja da condição de trabalho, seja da condição de vida.

As suas premissas são: a) a determinação dos espaços social e político das experiências sociais, b) reconhecimento dos protagonistas, das dinâmicas e dos sujeitos coletivos de direito (Souza Júnior, 1990) formados, e c) os achados que confrontam a lógica dominante e que forjam categorias para o direito como fruto da luta social.

Elas ajudam a compreender a dimensão da ação dos coletivos investigados nessa pesquisa, pois são coletivos que se expressam no espaço público das suas comunidades, que protagonizam, enquanto sujeito coletivo de direito, ações de denúncia da regulação excludente quanto ao acesso aos direitos sociais e opressora quanto ao tratamento violento pela força policial, que dão tom e voz para visibilidade das mazelas e as opressões deflagradas pelos processos de expropriação política, com a ausência ou deficiência de efetivação de direitos sociais básicos na comunidade, e a exploração econômica, com a vivência de trabalhos informais e precarizados, e que com seus repertórios confrontam o discurso jurídico de proteção social.

Tais processos de expropriação, exploração e opressão deflagram nos movimentos juvenis locais que foram investigados reivindicação por libertação, incorporando a ideia de sujeito coletivo de direito que disputa o sentido da normatividade (Souza Júnior, 2021) diante de condições, que reunidas, são de expropriação da vida periférica como um todo.

Isso porque, ainda que os direitos sociais existam na norma jurídica, a realidade de expropriação política e exploração econômica são perpetuadas na realidade juvenil periférica. E no que toca a pauta laboral, os movimentos organizados de periferia adotam repertórios atrelados à preocupação no acesso ao mercado de trabalho formal para o segmento juvenil, mesmo que com passos tímidos (preocupação em se qualificar, em como se portar em uma entrevista, em como elaborar o currículo profissional).

Todavia, esses mesmos repertórios denunciam com mais intensidade a ausência na comunidade de direitos sociais de forma ampla (saúde, educação, segurança, lazer, transporte etc.) e a violência policial, do que, estritamente, a ausência do direito ao trabalho regulado, principalmente porque na percepção dessa juventude é próprio do sindicato a defesa e reivindicação da pauta laboral.

O repertório dá o tom para a ausência de requisitos da cidadania, pois a juventude reivindica um bloco de Direitos e não só de Direito do Trabalho. Este se situa no silêncio, enquanto compreensão de direito social e enquanto perspectiva de debate por melhores condições de trabalho.

CONCLUSÃO

Nessa pesquisa o trajeto perfilhou a abordagem multidisciplinar e interseccional, inicialmente, sobre a periferia como um lugar social e de expressões juvenis, mas também de opressões sociais e estigmas, no qual os elementos da religião e da cultura são presentes nos discursos e nas vivências coletivas de jovens da Pastoral da Juventude de Sussuarana, do Sarau da Onça e do Crias da Mata.

A investigação também perpassou pelas experiências de trabalho vivenciadas pela juventude dos coletivos citados e situados nos bairros periféricos de Sussuarana e da Mata Escura, na cidade de Salvador (BA). Da mesma forma, qual o alcance pela juventude da experiência do trabalho regulado e das políticas de qualificação do segmento juvenil.

Na sequência, o lugar do trabalho pela percepção coletiva dos movimentos juvenis organizados foi explorado a fim de compreender como ele é assimilado e traduzido pelos movimentos, e eventuais repertórios de reivindicação, assim como as possíveis aproximações ou distanciamentos dos coletivos juvenis como movimento social e o sindical.

Pela depuração dos dados empíricos, concluo que é possível inferir que as expectativas de trabalho para a juventude periférica dos coletivos da Pastoral da Juventude de Sussuarana, do Sarau da Onça e do Crias da Mata se distanciam da ideia de trabalho protegido ou, ao menos, não se iniciam com a experiência do trabalho formal, diante dos relatos de vivências juvenis caracterizadas por fraudes ou pela exclusão em relação ao conjunto de direitos sociais e, em especial, os trabalhistas.

Além disso, muito embora seja possível reafirmar a centralidade do trabalho, diante de uma juventude que se apresenta como parte da classe que vive do trabalho e que se coloca socialmente em função da qualidade da experiência do trabalho, as expectativas sobre a pauta laboral são assimiladas pelos movimentos juvenis investigados, em suas estratégias e agências, como secundária diante de outras consideradas latentes no contexto periférico, notadamente aquelas afetas aos direitos sociais em sentido lato.

A experiência do trabalho informal e ilícito é uma peculiaridade da realidade laboral da juventude de periferia que se contrapõe à preferência, dessa mesma juventude, pela experiência do trabalho regulado, muito embora as experiências relatadas na condição de estágio, menor aprendiz, que são políticas reguladas para qualificação, proteção e inserção da juventude no mercado de trabalho, também foram indicadas com marcas de precarização, como foi tratado no capítulo 2 dessa dissertação.

De um lado, há anseio pelo trabalho protegido, e de outro, há desencontro desse anseio com as políticas de regulação e qualificação juvenil para inserção no mercado de trabalho, dada as narrativas de precarização nos contratos de estágio e aprendizagem e a ausência de efetividade de políticas públicas, como a do contrato de trabalho verde e amarelo. Em contrapartida, a juventude dos coletivos periféricos investigados nessa pesquisa não consegue posicionar o trabalho em outro lugar que não o das experiências que deflagram processos de precarização do mercado de trabalho, das formas de contratação e das relações de trabalho.

Nesse caminhar há intersecção entre geração, raça, classe e estigmas que recaem sobre a população que reside em zonas geográficas de exclusão, de modo a dificultar o percurso em busca do trabalho protegido e a evidenciar uma regulação do trabalho excludente de proteção social para a população periférica e racializada. Nesse tocante, há uma relação histórica com os trabalhos precarizados admitidos e o desemprego estrutural conformado desde o período da escravidão e a partir da “libertação” dos e das pessoas escravizadas que justificam as marcas do trabalho informal, ilícito e precarizado na realidade juvenil periférica na atualidade.

Para a juventude periférica investigada, e que trabalha, há dificuldade no acesso ao trabalho protegido, há desproteção e há entraves para o posicionamento do trabalho regulado como pilar importante na estruturação de um projeto de vida, por esses e essas jovens de periferia, que não atravessem o contexto de precarização das condições de vida.

Por isso, o trabalho precário e informal na realidade da juventude de bairros periféricos da cidade de Salvador(Ba) é uma reprodução das estruturas sociais e econômicas de conformação regulatória distante do parâmetro protetivo de alguns(mas) trabalhadores(as) e das pessoas situadas em zonas periféricas. É uma reprodução tolerada socialmente, face a ausência de alternativa diversa ao cenário de vivência laboral na informalidade ou na precarização para esses trabalhadores e essas trabalhadoras.

Todavia, com maior ênfase, a empiria desenha o entrelace interseccional para a afetação de opressões e mazelas na vida desses(as) jovens de periferia como corpos passíveis de morte, passíveis de violência estatal e com facilidade para experiências na criminalidade, do que sobre o tema do trabalho em si. Em maior relevo, a evidência é para a vulnerabilidade dessas vidas diante da violência estatal, do que a agressividade do mercado de trabalho pela realidade do desemprego, da informalidade ou da precarização das relações de trabalho reguladas.

Esse contorno denota a regulação sobre o tipo de tratamento que a juventude periférica é submetida. É a regulação pela repressão que muito diz sobre o modo como elas “vivem, pensam e sentem o mundo” (Dutra, 2021, p. 38).

Sob a perspectiva coletiva, as expectativas sobre a pauta laboral não são assimiladas e traduzidas pelos movimentos juvenis como pauta prioritária, como foi tratado no capítulo 3 dessa dissertação. Isso porque, os espaços de vivência pastoral (Pastoral da Juventude de Sussuarana) e de sociabilidade cultural (Saraus da Onça e Crias da Mata) não direcionam a agência desses grupos para o debate do direito ao trabalho e para o direito a condições de trabalho dignas, de modo a desaguar em ações reivindicatórias.

E assim como há outras opressões latentes no contexto periférico, a exemplo da violência policial, e carências de políticas públicas para acesso ao direito à saúde, à educação, ao lazer, ao transporte, à cultura, entre outras, observo uma precedência dessas preocupações na ação dos movimentos coletivos, em detrimento das discussões sobre a regulação do trabalho. É um alerta de que há outras precariedades vivenciadas no contexto da periferia e de que a reivindicação pelo conjunto dos direitos sociais vem antes pelas políticas sociais mais amplas, do que especificamente pela política de proteção ao trabalho, da qual historicamente esses sujeitos e suas formas de produzir foram excluídos.

Os coletivos trazem repertórios para a reivindicação de direitos sociais e, nesse bloco, o direito ao trabalho regulado e o debate sobre as condições de trabalho não é aprofundado. Há uma distância entre o discurso jurídico sobre o trabalho e o discurso da juventude periférica por meio de seus coletivos, ao ponto de se configurar um silêncio a respeito da legislação trabalhista, como pauta prioritária, e que problematize a temática laboral e o direito do trabalho em si.

Não se trata de ausência da questão do trabalho: trata-se de uma juventude que vive do trabalho e o trabalho que é pautado coletivamente centra-se no direito ao trabalho e na não precarização das condições de trabalho sem, contudo, alcançar, de forma sistemática, a reivindicação quanto aos direitos trabalhistas em sentido estrito, tampouco em relação a um repertório sindical historicamente consolidado. Nesse sentido, não verifico potência de debate reivindicatório ao direito ao trabalho nesses espaços coletivos, dado que há uma lacuna semântica de proteção ao trabalho que seja compatível com o tipo de experiência laboral que a juventude vivencia.

Muito dessa distância dos coletivos juvenis em relação ao discurso jurídico sobre o trabalho e com as instituições que dão corpo aos princípios e regras que regem o Direito do Trabalho e o Direito Sindical se justifica, ainda, com a percepção juvenil sobre a pauta laboral ser própria do Sindicato, ao passo que o repertório dos coletivos juvenis versa sobre pautas comunitárias. Para a juventude dos coletivos e para os referenciais teóricos trabalhados no

capítulo 3 dessa dissertação há uma identificação do Direito do Trabalho como agenda apropriada pelo Sindicato.

Essa apreensão revela a limitação da estrutura sindical e a distância do movimento sindical de outras frentes reivindicatórias por outros coletivos quando se dedica, somente, à defesa corporativa das categorias profissionais e aos trâmites típicos da estrutura sindical.

Com essa análise a hipótese dessa pesquisa é confirmada para o entendimento de que, pelas experiências de trabalho da juventude periférica, incluindo vivências com a informalidade, as expectativas são distantes do trabalho protegido e são assimiladas e traduzidas pelos movimentos juvenis de periferia como pauta secundária, diante de outras que são latentes no contexto periférico.

Os delineamentos sobre as expectativas distantes quanto ao trabalho regulado e as precariedades diversas na vida, para além da laboral, reforçam a centralidade do trabalho, pois com ela se relaciona ao indicar qual o tipo de trabalho que a juventude periférica acessa, em qual local reside, qual lazer usufrui (e se usufrui), qual espaço de formação educacional frequente, qual acesso ao direito à saúde alcança (e se alcança), entre outras reflexões. Essa reflexão conversa com o que a Lélia Gonzales diz no sentido que a população racializada imersa em “desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc... [...] implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc...” (1979, p. 2).

Além disso, nessa pesquisa a centralidade do Trabalho está para além da localização da pauta laboral como prioritária. As entrevistas identificaram uma juventude que trabalha e que, portanto, integra a classe que vive do trabalho, nos termos dos referenciais teóricos aqui adotados. E, se o trabalho, que é central nessa realidade, não surgiu no discurso, na estratégia, na mobilização coletiva e no projeto de vida da juventude com centralidade, é outro ponto de análise. E, a forma como o discurso e o repertório juvenil vão assimilar a interferência do trabalho nos lugares sociais ocupados pelos jovens difere da existência da condição central do trabalho, pois, se a pauta laboral não é a agenda principal dos coletivos investigados, isto é, na forma clássica como a Sociologia do Trabalho e o Direito do Trabalho tem observado a experiência do trabalho, há que se atentar para a grande demanda do segmento juvenil pela cidadania social, que decorre do processo de construção da classe trabalhadora, pensada em perspectiva interseccional. O convite é para direcionar o olhar para o aspecto do direito ao trabalho como direito social premente para um segmento historicamente excluído econômica e juridicamente, uma vez que os grupos escutados nessa pesquisa não trazem o debate sobre o

direito do trabalho da mesma forma como outros movimentos e outros momentos históricos e contextos já trouxeram.⁴⁰

Novamente, a pesquisa com a juventude negra periférica de Salvador (BA), a partir de suas experiências de trabalho, evidencia a centralidade do trabalho enquanto experiência concreta que aponta para o Direito a questão social: no contexto especificamente estudado, essa questão se manifesta por uma exclusão em relação ao sistema de proteção social que decorre da sua seletividade e, ao mesmo tempo, de sua inefetividade para determinados grupos. Assim, a juventude periférica, a partir dos seus contornos étnico-raciais, experimenta uma ampla exclusão em relação à cidadania social (à medida que faltam direitos sociais de forma ampla, como saúde, educação, lazer, segurança pública etc.), e não só o direito ao trabalho. O exercício a ser feito é voltar para as lentes e as categorias que a Sociologia do Trabalho e o Direito do Trabalho pensaram para o que seria o trabalho central, por exemplo, questionando como os sindicatos dialogam com as experiências de trabalho dessa juventude para convertê-las em ação coletiva potencial⁴¹.

Outro aspecto é sobre qual o projeto de vida (caráter estruturante) que a juventude periférica consegue pensar diante do seu campo de possibilidades, em que a precarização é elemento existente e que aponta para a realidade do trabalho informal em suas trajetórias, a presença da precarização nas políticas de qualificação profissional e a inserção da juventude no mercado de trabalho, o desemprego, a sua localização e de demais pessoas das comunidades periféricas em zonas de desamparo, distantes dos discursos jurídicos sobre o trabalho e sobre a proteção social, significando desamparo.

Como desfecho, pontuo que falar de juventude, de trabalho e de periferia no contexto da cidade de Salvador (BA) é tratar de diversas intersecções que demonstram qual a regulação social que afeta o segmento juvenil, como afeta e que denota qual a sua condição e quais as perspectivas de futuro e projeto de vida que, sem dúvidas, se desenrolam em zonas de desproteção social.

⁴⁰ Registro que essa ponderação foi feita pela minha orientação durante o momento da defesa da dissertação e aqui registro meu agradecimento no lapidar da pesquisa.

⁴¹ Também registro, e agradeço, a rica contribuição por essa síntese e reflexão ao Professor Luiz Paulo que dialogou com as ponderações anteriores pelo Professor Antonio Sérgio durante o momento de avaliação do texto da dissertação.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmilla Costhek. **Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho**. Novos estudos CEBRAP: volume 39, nº 3, setembro 2020, p. 579 - 597. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGw9nNzqPrS7wFsMN/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Empregos informais representam mais de 60% das vagas em todo o mundo**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/empregos-informais-representam-mais-de-60-das-vagas-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 29 mai. 2021.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 02, nº 03: p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>. Acesso em: 18 set. 2024.

ALVES, Leonardo Dias; GHIRALDELLI, Reginaldo. **A divisão racial do trabalho na formação social brasileira**. In: NEVES, Angela Vieira; _____ (organizadores). Trabalho, democracia e participação no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

ALVES, Míriam Fábila; OLIVEIRA, Valdirene Alves de. **Política Educacional, Projeto de Vida e Currículo do Ensino Médio: Teias e Tramas formativas**. Humanidades & Inovação, v. 7, p. 20-35, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2608>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALVES, Raíssa Roussenq. **Entre o silêncio e a negação: trabalho escravo contemporâneo sob a ótica da população negra**. São Paulo: Ed. Letramento, 2019.

ANOUMOU, Mossi kuami. **Sarau da onça: da ação pastoral comboniana à afirmação da identidade negra no bairro Sussuarana em Salvador-BA (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal da Bahia, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2021.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. **A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

Disponível em: revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346. Acesso em: 21 jan. 2024.

BORGES, Regina Célia P.; COUTINHO, Maria Chalfin. **Trajetórias juvenis: Significando projetos de vida a partir do primeiro emprego**. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 189 - 200, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200004. Acesso em: 29 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de setembro de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019**.-Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/Mpv/mpv905.htm#:~:text=ME DIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20905%2C%20DE%2011%20DE%20N

OVEMBRO%20DE%202019&text=Institui%20o%20Contrato%20de%20Trabalho, trabalhist a%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 24 nov. 2024.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do Trabalho: Curso e Discurso**. São Paulo: LTr, 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CASSAB, Clarice. **Das correntes de prometeu a sociedade do não-trabalho? Reflexões sobre a centralidade do trabalho a partir da juventude**. In On line Libertas, volume 1, nº 2, p. 136 - 151, Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355196823_DAS_CORRENTES_DE_PROMETEU_A_SOCIEDADE_DO_NAO-TRABALHO_REFLEXOES SOBRE_A_CENTRALIDADE_DO_TRABALHO_A_PARTI R_DA_JUVENTUDE. Acesso em: 27 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. In: HOMERO, Santiago (organizador). 1. Ed; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CORREIA, R. L. J.; NEGRAO, J. **Do Sertão à Favela: as aproximações de Raique Lucas, nosso entrevistado em O Direito Achado na Rua**. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7suj4nrJ-pA&t=14s>. Acesso em: 24 out. 2023.

CÔRTEZ, Mariana. É culpa de quem? Guerra, humilhação e verdade nas relações entre petencostalismo e bolsonarismo. In: ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto (organizadores). **Dossiê Neoliberalismo híbrido no Brasil**. São Paulo. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR. V. 12, n. 3, set – dez (2022), páginas. 709-742. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/36/19>. Acesso em: 12 out. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, 10 (1): 171-188, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Make. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, Maurício José Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 21. Ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

DURÃES, Bruno Rodrigues. **Do Trabalho Informal Tradicional ao Uberizado: história, inovação e pandemia**. NAU Social, 11(21), 2020, 361 - 375. Disponível em: <https://index.pkp.sfu.ca/index.php/record/view/2358193>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DUTRA, Renata Queiroz. **Direito do trabalho: uma introdução político-jurídica**. Belo Horizonte: RTM, 2021.

_____. **Trabalho, regulação e cidadania: a dialética da regulação social do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2018.

DUTRA, Renata Queiroz. MARQUES, Flávyya Wanessa Abreu Marques. **Revivendo a falsa promessa: a Medida Provisória nº. 905 de 2019 e o contrato verde e amarelo**. Revista AMATRA-5: vistos etc., v. 1, nº 16 – Salvador, p. 93-102, 2021. Disponível em: <https://amatra5.org.br/novo/wp-content/uploads/2021/04/Vistos-16-2021.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

ESTANQUE, Elísio. **Precariedade, sindicalismo e ação coletiva**. Revista Configurações, 9, p. 81-102, 2012. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35957/1/Configuracoes_9.pdf#page=5. Acesso em: 23 nov. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEFFERMANN, Marisa. Os jovens inscritos no tráfico de drogas: os trabalhadores ilegais e invisíveis/visíveis. In: BOCAYUVA, Helena; NUNES, Silva Alexim (organizadoras). **Juventudes, subjetivações e violências**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

FELTRAN, Gabriel. **Crime e castigo na cidade**. (Programa de rádio ou TV/Entrevista - Podcast Roteirices). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/260krYeWzumNIXR3pyB39a>. Acesso em: 24 nov. 2024.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300002>. Acesso em: 24 nov. 2024.

FIGUEREDO, Fernanda dos Santos. **Uma análise da estrutura sindical brasileira a partir da experiência de organizações coletivas de entregadores de aplicativos (Dissertação de Mestrado)**. Universidade de Brasília, 2023.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. **O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica**. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211 - 229, Mai./Ago., 2004.

GALVÃO, Andréia. **Desafios político-ideológicos e organizativos para o sindicalismo do futuro**. Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, v. 3, p. 01-08, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/15955/10726>. Acesso em: 14 nov. 2023.

_____. Sindicalismo e ação coletiva diante da precarização do trabalho no Brasil. In: Adalberto Cardoso; Fabiano Santos; Ericson Crivelli. (Org.). **Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contracorrente, 2023, v. 1, p. 147-192.

GONZALEZ, Lélia. **A Juventude Negra Brasileira e a questão do desemprego**. Resumo apresentado na Segunda Conferência Anual do AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION – APRIL 26- 29, 1979 (Painel sobre: The Political Economy of Structural Unemployment in the Black Community. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed., 2005.

KREIN, José Dari. **Conferência de Encerramento: Crises e Horizontes do Trabalho a partir da periferia**. 2021. XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EO571QMIXBs>. Acesso em: 14 nov. 2023.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escritório da OIT no Brasil - Brasília: OIT, 2010.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. Ed. São Paul: SaraivaJur, 2023.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76: p. 11-48, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>. Acesso em: 1º nov. 2024.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: Relações Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho**. 14 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova*, v. 17, p. 49-66, Jun. 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsbyW73tXTR4VNNs/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v.5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 21 jan. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000 (Dissertação de Doutorado)**. Universidade Federal da Bahia, 2013.

_____. Trabalho: uma categoria central nos itinerários e trajetória juvenis? Um estudo de caso sobre jovens trabalhadores da cidade de Salvador/BA. In: GRACIOLI, Maria Madalena. (org.). **Juventude, trabalho e emprego: políticas públicas, desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2016.

OLIVEIRA, Isabela Fadul de; SANTANA, Quéren Samai Moraes. Relações de estágio e educação jurídica no Brasil. **Revista. Jurídica. FA7**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 13-28, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/908>. Acesso em: 24 nov. 2024.

OLIVEIRA, Roberto Veras de; KREIN, José Dari. ¿Sigue siendo válido en América Latina el enfoque de la informalidad? **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo (II): desafíos y debates en el siglo XXI** / María Julia Acosta ... [et al.]; Coordinación general de Enrique De la Garza Toledo ... [et al.]. - 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CEIL-CONICET, 2024, p. 623-668.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: experiências do mundo público na história do Brasil moderno. In SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; AGUIAR, Roberto (Orgs.). **Introdução crítica ao direito do trabalho**. Série O Direito Achado na Rua – v. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 1993, p. 24-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300004>. Acesso em: 24 nov. 2024. (Versão **Estudos Avançados**, v. 3, nº 7, Dez 1989).

PIRES, Thula. **Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica americana ao colonialismo jurídico**. LASA FORUM, v. 50, p. 69-74, 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro; Elsevier, 2011.

QUEIROZ, Adriana Franco de. **Do direito à cidade para o direito ao trabalho: Ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” de vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia**. Universidade Federal da Bahia, 2018.

_____. **Informalidade e territórios de trabalho em Salvador: uma breve análise da ocupação de espaços públicos de excessivo controle e concorrência por vendedores ambulantes**. Salvador (BA): Universidade Católica de Salvador, 2014. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/download/informalidade-e-territorios-de-trabalho-em-coninter-3gt-0232-queirozpdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

QUEIROZ, Carolina Correia. **Tensões e articulações na criação de espaços públicos: A construção da ideia do Parque Theodoro Sampaio, em Mata Escura, Salvador-BA (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal da Bahia, 2022.

RAMOS, Renata Fornelos d’Azevedo. **Juventude da periferia: do estigma ao modo de vida**. 1 ed. Curitiba: A ppris, 2018.

RIBEIRO, Luana Silva. Políticas Públicas para juventude no Brasil: um estudo do programa jovem aprendiz (2005-2018), 2020.

RODRIGUES, Flávia Santana; SILVA, Jair Batista da. **Juventude, desigualdades e mercado de trabalho na Bahia**. Bahia Análise & Dados, v. 21, p. 155 - 175, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/38192827/Os_jovens_desigualdades_e_mercado_de_trabalho_na_Bahia_pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. Sindicatos e juventude trabalhadora precária, uma relação possível: a experiência das greves de 2014 e 2016 no teleatendimento do RJ. In SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa (org). **Juventude trabalhadora e sindicatos: formas e dinâmicas da ação coletiva no Rio de Janeiro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 7-14.

SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa. Apresentação. In _____ (org). **Juventude trabalhadora e sindicatos: formas e dinâmicas da ação coletiva no Rio de Janeiro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 7-14.

SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa; PERES, Thiago Brandão. Sindicatos e juventude trabalhadora no Rio de Janeiro hoje. In SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa (org). **Juventude trabalhadora e sindicatos: formas e dinâmicas da ação coletiva no Rio de Janeiro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023, p. 15-32.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 26 - 37, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt. Acesso em: 29 mai. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro** (Dissertação de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: Uma história da formação do país**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; MACEDO, Debora Maria Borges; FIGUEIREDO, Marina Morena Alves de; VIEIRA, Nanah Sanches; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. **A informalidade do trabalho da juventude no Brasil: o que pensam os integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6585/1/td_2171.pdf. Acesso em: 28 mai. 2021.

SILVA, Tarcisio Augusto Alves. **As Políticas Públicas de juventude no Brasil pós-golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais**. Revista de Ciências Sociais, nº 54, Janeiro/Junho de 2021, p. 150-167. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/55724>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SOEIRO, José. **“Estou aqui por rezear o meu futuro” Juventude, precariedade e protesto**. Revista Configurações, 9, p. 103-119, 2012. Disponível em:

https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35957/1/Configuracoes_9.pdf#page=5. Acesso em: 23 nov. 2024.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2004.

SOUZA, Michela Augusta de Moares e; ALVES, Maria Zenaide. **Projetos de Vida, um conceito em construção**. Revista De Ciências Humanas, 20(02), p. 145–165. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3387>. Acesso em: 31 out. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Terra, trabalho e racismo: as veias abertas da cumulação capitalista. 2023. **Plantationoceno: capitalismo racial, trabalho e terra**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JvL73ZvrdYw>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo. O Direito Achado na Rua: questões de teoria e de práxis. In _____ (org). **Introdução crítica ao direito do trabalho**. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021. V. 10, p. 71-101.

_____, José Geraldo de. Movimentos sociais. A emergência de novos sujeitos – o sujeito coletivo de direitos. **Anais da XIII Conferência Nacional da OAB**. Belo Horizonte: Conselho Federal da OAB, 1990, p. 307-315.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes. 1. ed.; 6. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020 (Invenções Democráticas, v. IV).

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Revista Outubro, n. 7, 2002, p. 49-59. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

THEODORO, M. L. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

_____. **A sociedade desigual**. Capítulo 2 – Mercado de Trabalho, desigualdade de racismo. São Paulo: Zahar, 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, n. 52, 2016, pp.1–17.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. Disponível em: <https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com Sigilo

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Entre informalidade e projeto de vida: uma análise da regulação laboral que afeta a juventude periférica de Salvador”, de responsabilidade de Entrevistadora Angélica Tavares Santos, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é delinear o perfil regulatório que afeta o segmento juvenil de bairros periféricos da cidade de Salvador (BA) a partir da vivência laboral no trabalho informal, para o fim de elaboração da tese de dissertação da pesquisadora, a ser posteriormente publicada na comunidade científica. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semi-estruturada. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa melhor compreender o padrão regulatório que afeta a juventude periférica da cidade de Salvador (BA) a partir da vivência laboral no trabalho informal, a importância do trabalho para o projeto de vida e possíveis repertórios e traços regulatórios a partir de movimentos locais.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (71) 99236-6660 ou pelo e-mail silviangelicacle@hotmail.com.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento elaborado para este fim, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Salvador (BA), ____ de _____ de _____

ANEXO II - Roteiro de Entrevista (Jovem integrante de Movimento no bairro)

Questões atinentes ao perfil dos/as entrevistados/as e aos dados sociodemográficos:

- 1) Nome _____ data de nascimento __/__/__
- 2) Com qual gênero se identifica? Masculino (), Feminino (), outros ()
- 3) Raça/etnia: Preto/a (), Pardo/a (), Branco/a (), Amarelo/o (), Indígena ()
- 4) Estado civil: Solteiro/a (), Casado/a (), União Estável (), Divorciado/a () Separado/a (), Viúvo/a ()
- 5) Endereço: _____
- 6) Com quem mora? _____
- 7) Renda familiar: 1 salário mínimo (), 2 salários mínimos (), menos que um salário mínimo (), outros (), não possui ()
- 8) Renda pessoal: 1 salário mínimo (), 2 salários mínimos (), menos que um salário mínimo (), outros ()
- 9) Escolaridade: _____
- 10) Estuda e trabalha? Ou só estuda ou trabalha? _____
- 10.1) Caso não trabalhe, já trabalhou? _____

Questões sobre a centralidade do trabalho, o trabalho formal/informal, o projeto de vida e afetação, ou não, de regulação estatal:

- 11) Qual foi seu primeiro trabalho?
- 12) Me fale das suas experiências passadas e atuais:
 - 12.1) Caso a resposta seja curta insistir com: Já trabalhou como estagiário/a, menor aprendiz ou como terceirizado/a? Me fale desta experiência.
- 13) Hoje trabalha com a carteira assinada?
- 14) Por qual razão você já trabalhou/trabalha?
- 15) É uma necessidade?
- 16) Qual a destinação da sua remuneração?
- 17) Me conte como acontecia o trabalho:
 - 17.1) Caso a resposta não seja abrangente insistir com: Como era o tempo? A remuneração? O local? Havia garantias? Havia riscos?
- 18) Alguém da sua família ou conhecidos/as de bairro já experimentou o mesmo trabalho que o seu?
- 19) Durante a pandemia de covid-19 quais foram as experiências de trabalho que você, seus familiares ou conhecidos/as de bairro tiveram?
- 20) Essas pessoas conseguiram se inserir no mercado de trabalho pelos programas “Contrato de trabalho verde e amarelo”?
- 21) Alguém da sua família ou conhecidos/as de bairro já trabalhou/trabalha sem carteira assinada? Se sim, qual era/é o trabalho? Fale dele:
- 22) Alguém da sua família ou conhecidos/as de bairro já trabalhou/trabalha com carteira assinada?
- 23) Com quantos anos começou a trabalhar? E seus pais e irmãos/ãs?
- 24) O que você espera do seu trabalho? Como queria que fosse? Quais os principais problemas?
- 25) Você pensa que seu trabalho é respeitado? Ele permite que as pessoas lhe vejam como parte importante da sociedade?
- 26) Você planeja o seu futuro? Se sim, o que planeja?
- 27) O trabalho aparece e/ou interfere nesse planejamento?

- 28) Já ficou doente e precisou parar de trabalhar? Como você resolveu essa questão?
29) Prefere o trabalho com carteira assinada ou sem carteira assinada? Por qual razão?

Questões para investigar percepções sobre a juventude, articulações coletivas e possíveis dinâmicas regulatórias:

- 30) Você se considera jovem?
31) Para você o que significa ser jovem?
32) Quais as principais dificuldades e desafios que a juventude da periferia enfrenta?
33) Como a questão do trabalho aparece para a juventude do seu bairro?
34) Você se sente um(a) jovem trabalhador(a) com direitos?
35) Conhece e reivindica seus direitos?
36) Os direitos são respeitados?
37) Há alguma(s) organização(ões) coletivas na sociedade que você entende como importante(s)? Qual(is)?
38) Há no seu bairro algum grupo de atividade cultural, de atividade religiosa, de atividade comunitária ou de associação local que você ou seus/suas amigos/as jovens participam?
39) A juventude do seu bairro ou da periferia se preocupa com a questão do/a jovem e do trabalho? Ela se mobiliza? Como?
40) O que lhe motivou a participar desse grupo?
41) Nesses espaços o que se busca? Sobre o que se conversa? O que se trabalha?
42) Como acontece as atividades?
43) Há alguma arrecadação, pagamento ou divisão de valores entre os integrantes por isso?
44) Você reconhece as atividades desenvolvidas nesse espaço como trabalho?
45) Você entende que há ou que é necessário incentivo público para essas atividades? Como seria?
46) Já houve debate sobre juventudes e condições de trabalho nesse espaço?
47) No espaço há momentos de formação?
48) O grupo desperta algum sentimento de solidariedade? Se sim, em relação ao quê?
49) Há algum sentimento de identidade no sentido de pertencimento? Se sim, pertencimento ao quê?
50) O grupo faz alguma reivindicação?
51) O grupo reconhece alguma mazela, alguma opressão, alguma desproteção que afeta a juventude? Qual(is)?
52) Há alguma sugestão ou proposta de ação desse coletivo sobre a realidade da juventude e o mercado de trabalho?
53) Você participa ou já participou de algum movimento social ou sindicato? Se sim, viu alguma semelhança ou diferença? Qual e por quê?
54) Há algo sobre a juventude periférica e a questão do trabalho, ou outra, que queira acrescentar?

ANEXO III - Roteiro de Entrevista (Jovem liderança de Movimento no bairro)

Questões atinentes ao perfil dos/as entrevistados/as e aos dados sociodemográficos:

- 1) Nome _____ data de nascimento __/__/__
- 2) Com qual gênero se identifica? Masculino (), Feminino (), outros ()
- 3) Raça/etnia: Preto/a (), Pardo/a (), Branco/a (), Amarelo/o (), Indígena ()
- 4) Estado civil: Solteiro/a (), Casado/a (), União Estável (), Divorciado/a () Separado/a (), Viúvo/a ()
- 5) Endereço: _____
- 6) Com quem mora? _____
- 7) Renda familiar: 1 salário mínimo (), 2 salários mínimos (), menos que um salário mínimo (), outros ()
- 8) Renda pessoal: 1 salário mínimo (), 2 salários mínimos (), menos que um salário mínimo (), outros (), não possui ()
- 9) Escolaridade: _____
- 10) Estuda e trabalha? Ou só estuda ou trabalha? _____
- 10.1) Caso não trabalhe, já trabalhou? _____

Questões sobre a centralidade do trabalho, o trabalho formal/informal, o projeto de vida e afetação, ou não, de regulação estatal:

- 11) Qual foi seu primeiro trabalho?
- 12) Me fale das suas experiências de trabalho passadas e atuais:
 - 12.1) Caso a resposta seja curta insistir com: Já trabalhou como estagiário/a, menor aprendiz ou como terceirizado/a? Me fale desta experiência.
- 13) Hoje trabalha com a carteira assinada?
- 14) Por qual razão você já trabalhou/trabalha?
- 15) É uma necessidade?
- 16) Qual a destinação da sua remuneração?
- 17) Me conte como acontecia o trabalho:
 - 17.1) Caso a resposta não seja abrangente insistir com: Como era o tempo? A remuneração? O local? Havia garantias? Havia riscos?
- 18) Alguém da sua família ou conhecidos/as de bairro já experimentou o mesmo trabalho que o seu?
- 19) Durante a pandemia de covid-19 quais foram as experiências de trabalho que você, seus familiares ou conhecidos/as de bairro tiveram?
- 20) Essas pessoas conseguiram se inserir no mercado de trabalho pelos programas “Contrato de trabalho verde e amarelo”?
- 21) Alguém da sua família ou conhecidos/as de bairro já trabalhou/trabalha sem carteira assinada? Se sim, qual era/é o trabalho? Fale dele:
- 22) Alguém da sua família ou conhecidos/as de bairro já trabalhou/trabalha com carteira assinada?
- 23) Com quantos anos começou a trabalhar? E seus pais e irmãos/ãs?
- 24) O que você espera do seu trabalho? Como queria que fosse? Quais os principais problemas?
- 25) Você pensa que seu trabalho é respeitado? Ele permite que as pessoas lhe vejam como parte importante da sociedade?
- 26) A juventude da periferia prefere o emprego com carteira ou outras formas de trabalho?
- 27) Você planeja o seu futuro? Se sim, o que planeja?

- 28) O trabalho aparece e/ou interfere nesse planejamento?
- 29) Já ficou doente e precisou parar de trabalhar? Como você resolveu essa questão?
- 30) Prefere o trabalho com carteira assinada ou sem carteira assinada? Por qual razão?

Questões para investigar percepções sobre a juventude, articulações coletivas e possíveis dinâmicas regulatórias:

- 31) Você se considera jovem?
- 32) Para você o que significa ser jovem?
- 33) Quais as principais dificuldades e desafios que a juventude da periferia enfrenta?
- 34) Como a questão do trabalho aparece para a juventude do seu bairro?
- 35) Você se sente um(a) jovem trabalhador(a) com direitos?
- 36) Conhece e reivindica seus direitos?
- 37) Os direitos são respeitados?
- 38) Há alguma(s) organização(ões) coletivas na sociedade que você entende como importante(s)? Qual(is)?
- 39) Há no seu bairro algum grupo de atividade cultural, de atividade religiosa, de atividade comunitária ou de associação local que você ou seus/suas amigos/as jovens participam?
- 40) A juventude do seu bairro ou da periferia se preocupa com a questão do/a jovem e do trabalho? Ela se mobiliza? Como?
- 41) O que lhe motivou a participar desse grupo?
- 42) Nesses espaços o que se busca? Sobre o que se conversa? O que se trabalha?
- 43) Como acontece as atividades?
- 44) Há alguma arrecadação, pagamento ou divisão de valores entre os integrantes por isso?
- 45) Você reconhece as atividades desenvolvidas nesse espaço como trabalho?
- 46) Você entende que esse espaço de coletividade é importante para a juventude? Se sim, por qual razão?
- 47) Você entende que há ou que é necessário incentivo público para essas atividades? Como seria?
- 48) Há alguma outra medida que seria importante para fortalecer esses espaços?
- 49) Já houve debate sobre juventudes e condições de trabalho nesse espaço?
- 50) No espaço há momentos de formação?
- 51) Há formação de lideranças?
- 52) O grupo desperta algum sentimento de solidariedade? Se sim, em relação ao quê?
- 53) Há algum sentimento de identidade no sentido de pertencimento? Se sim, pertencimento ao quê?
- 54) O grupo faz alguma reivindicação?
- 55) O grupo reconhece alguma mazela, alguma opressão, alguma desproteção que afeta a juventude? Qual(is)?
- 56) Enquanto liderança você reputa que os jovens ao fazer esses reconhecimentos eles tomam consciência de possíveis ausências ou violações de direitos?
- 57) Esses espaços estimulam uma caminhada militante?
- 58) Se sim, para quais pautas?
- 59) Qual o lugar do trabalho quando a juventude pensa seu futuro e suas perspectivas?
- 60) O que o trabalho deveria proporcionar? O lazer, a emancipação financeira, os estudos?
- 61) Há alguma sugestão ou proposta de ação desse espaço sobre a realidade da juventude e o mercado de trabalho?
- 62) Você participa ou já participou de algum movimento social ou sindicato? Se sim, viu alguma semelhança ou diferença? Qual e por quê?

63) Há algo sobre a juventude periférica e a questão do trabalho, ou outra, que queira acrescentar?